

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Os contributos das associações de surdos para a
visão da surdez como um problema de direitos:
capital social e qualidade de vida.**

Sara Alexandra Santos Pinho

2011

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, no Domínio de Educação e Surdez, realizada sob a orientação da Professora Doutora Isabel Menezes.

Resumo

A presente dissertação teve como objetivo principal estudar a comunidade surda e o seu “capital social” através da análise da sua participação nas vivências de algumas associações de surdos. Durante o estudo, tivemos não só em conta as questões dos direitos e da qualidade de vida, mas também a forma como estas estão relacionadas com a participação associativa. Outros objetivos desta investigação, decorrentes do primeiro, foram tentar perceber quais as ofertas e serviços que estas associações têm para a sua comunidade, conhecer as suas dinâmicas de funcionamento e por último, compreender qual o seu contributo na luta contra a discriminação e para a visão da surdez como um problema de direitos.

Assim, começamos por fazer o enquadramento teórico destas problemáticas, contextualizando historicamente o Associativismo Surdo, descrevendo a ação das grandes organizações, nacionais e internacionais, ligadas a este e, por fim, abordando os conceitos que se relacionam com as demandas desta Comunidade. Depois, no capítulo das metodologias, foi caracterizada a metodologia mista, com instrumentos de recolha de dados qualitativos (entrevistas semidiretivas) e quantitativos (inquéritos por questionário). Com os primeiros pretendeu-se recolher informação sobre as dinâmicas associativas e a opinião dos seus líderes, de forma a conhecer e caracterizar a associação que representam. Aqui, focamos essencialmente nas atividades desenvolvidas, nos protocolos estabelecidos, nas ofertas culturais, recreativas e desportivas, de formação e de apoio. Os segundos serviram para recolher a opinião dos associados que participam com frequência nas vivências associativas, para verificar em que medida esta participação influencia a sua qualidade de vida. A apresentação e discussão dos resultados deram corpo à terceira parte da dissertação. A apresentação e discussão dos resultados deram corpo ao terceiro capítulo da dissertação, permitindo concluir que a participação associativa é muito importante não só para a satisfação e integração social, mas também para a consciência dos direitos.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para tornar mais visível a agenda social e política das pessoas surdas.

Abstract

This thesis had as main goal to study the deaf community and its “social capital” and quality of life through the analysis of their participation in the activities of deaf associations. During this study we constantly accounted for the rights of deaf people, their quality of life and how both are related with their associative participation. Other goals of this research, were understanding what kind of services these associations have to offer to their community, as well as to know its functioning dynamics, and lastly, understand how they contribute to the fight against the discrimination of deaf people and to promote a vision of deafness as a rights issue.

Therefore, we began by a theoretical contextualization of the problem, historically contextualizing the Deaf Associativism, describing the actions of major national and International organizations, and discussing the concepts related to deafness as a rights issue. The methods chapter, characterizes a mixed methodology approach used in this study, involving both semi-directive interviews and questionnaires. With the interviews we intended to gather information and the opinion from some associative leaders, in a way to get to draw a profile of the associations they represent, focusing in the activities, the promote at the cultural, recreational, training and support levels. Questionnaires were used to gather the opinion of the larger group, the associates who often participate on associative experiences, to explore to what extent this participation influences their quality of life. Results suggest that associative participation and support for the rights of the deaf is very important for life satisfaction.

This thesis hopes to contribute for the visibility of the political and social agenda of deaf people.

Résumé

L'objectif principal de ce papier est d'étudier la communauté sourde et son «capital social» à travers une analyse de leur participation dans les expériences de certaines associations de sourds. Pendant l'étude, nous avons toujours pris en compte les questions des droits, la qualité de vie et comment ceux-ci sont liés à la participation associative des personnes sourdes.

Les autres objectifs de cette recherche, découlants de ce premier, ont été d'essayer de comprendre quels sont les offres et les services que ces organisations fournissent à leur communauté, en apprendre davantage sur la dynamique de leur fonctionnement et enfin comprendre quel en est leur apport en ce qui concerne la lutte contre les discriminations et la compréhension de la surdité comme un problème de droits.

Ainsi, dans la première partie, nous établissons le cadre théorique de ces problèmes, historiquement contextualisant les associations de sourdes, en abordant les concepts qui se rapportent aux exigences de cette communauté, et en décrivant l'action de grandes organisations, nationales et internationales, liées à des associations de sourdes. Dans la seconde partie, le chapitre sur la méthodologie, nous avons utilisé une méthodologie mixte, avec des outils de collecte de données qualitatives (entretiens semi-directifs) et quantitatives (enquêtes par questionnaire). Avec les premiers, l'objectif était de recueillir des informations et les opinions de quelques responsables de certaines associations afin de comprendre et de caractériser l'association qu'ils représentent. Nous nous concentrons sur les activités, les protocoles établis et des activités culturelles, récréatives, sportives, de formation et de soutien à la société. Les derniers ont permis de recueillir l'opinion du grand groupe de membres qui participent fréquemment à des expériences associatives, pour voir dans quelle mesure cette participation influence leur qualité de vie.

Ainsi, les principales conclusions sont que la participation associative et conscience des droits sont très importantes pour la satisfaction avec la vie. Avec ce travail on a essayé de contribuer à rendre visible l'agenda politique et social de ce groupe social.

Dedicatória

A vós, pai e mãe, que com uma paciência incomensurável, o forte apoio e o carinho de sempre me serviram de suporte para a concretização de mais este objetivo. Outros virão e serão alcançados porque vos tenho e vocês me têm a mim.

A ti amor, pela compreensão, pela força e pela segurança de saber que estás e estarás sempre do meu lado.

A vocês princesas, Rita e Beatriz, por povoarem a minha mente e o meu coração de uma forma tão grande e intensa que me faz ter força para isto e muito mais.

Á Susana, à Sara, à Joana, à Faty e à Tânia, companheiras de viagem nesta luta que só nós sabemos como foi renhida.

Agradecimentos

Agradecer a todos os que, com o seu contributo, tornaram este trabalho possível e o transformaram em realidade:

Professora Dra. Isabel Menezes pela disponibilidade, pelo otimismo e pela orientação no verdadeiro sentido da palavra. Sempre um passo à frente e em constante desafio.

Susana e Sara pela preciosa ajuda e por me facilitarem o acesso a espaços que não eram os meus.

Por fim, aos voluntariosos participantes neste estudo pelo seu contributo e às associações que de portas abertas me receberam.

Lista de Abreviaturas

LGP – Língua Gestual Portuguesa

ASL – American Sign Language (*Língua Gestual Americana*)

WFD – World Federation of the Deaf (*Federação Mundial de Surdos*)

EUD – European Union of the Deaf (*União Europeia de Surdos*)

FPAS – Federação Portuguesa das Associações de Surdos

CPDDPS – Comissão de proteção e Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas

ONU – Organização das Nações Unidas

ICED – International Congress of the Deaf (*Congresso Internacional de Surdos*)

EU – European Union (*União Europeia*)

CDPS – Carta dos Direitos da Pessoa Surda

Índice

Resumo

Abstract

Resumé

Dedicatória

Agradecimentos

Lista de Abreviaturas

Índice

Introdução 21

Capítulo I – Enquadramento Teórico 25

1. Contextualização histórica do Associativismo Surdo. 26

2. Associativismo Surdo contemporâneo. 33

3. A surdez como um problema de direitos. 39

Capítulo II - Metodologia 49

1. Objetivos e Questões da Investigação. 52

2. Desenho da Investigação. 54

3. Critérios de seleção das Associações de Surdos. 56

4. Entrevistas. 57

4.1 Construção. 59

4.2 <i>Análise de conteúdo.</i>	61
5. Inquérito por questionário.	61
5.1 <i>Especificidade do instrumento com as pessoas surdas.</i>	62
5.2 <i>População e Amostra.</i>	65
6. O papel de investigadora e Intérprete de LGP no processo metodológico.	66
Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados	69
1. Estudo qualitativo – Entrevistas a líderes associativos	70
1.1 <i>Participantes</i>	70
1.2 <i>Análise de conteúdo</i>	73
1.3 <i>Discussão</i>	93
2. Estudo quantitativo – Qualidade de vida e participação em associações de surdos	97
2.1 <i>Participantes</i>	98
2.2 <i>Experiências de participação associativa</i>	103
2.3 <i>Satisfação com a vida</i>	107
2.4 <i>Relação entre as dimensões em estudo</i>	112
2.5 <i>Preditores da satisfação com a vida</i>	113
2.6 <i>Discussão</i>	116
Conclusão	121
Bibliografia	125
1. Referências Bibliográficas	125

2. Legislação	129
3. Endereços eletrônicos	130
Anexos	131

Índice de Anexos

Anexo I – Grelha de observação exploratória	133
Anexo II – Guião das entrevistas	135
Anexo III – Transcrição 1	139
Anexo IV – Transcrição 2	151
Anexo V – Análise de conteúdo 1	165
Anexo VI – Análise de conteúdo 2	175
Anexo VII – Inquérito Inicial	187
Anexo VIII – Inquérito final	199

Índice de Quadros

Quadro 1 – Distribuição pelas duas associações	98
Quadro 2 – Distribuição em função do sexo	99
Quadro 3 – Distribuição por níveis etários	99
Quadro 4 – Distribuição por situação	99
Quadro 5 – Distribuição em função do nível de escolaridade	100
Quadro 6 – Distribuição relativa à situação profissional dos surdos	101

Quadros 7 a 9 – Acesso à informação	102
Quadros 10 a 12 – Comunicação	102
Quadro 13 – Distribuição de associados	103
Quadro 14 – Envolvimento (Ação)	105
Quadro 15 – Participação (Ação)	105
Quadro 16 – Oportunidades de reflexão (Reflexão)	106
Quadro 17 – <i>Alfa de Cronbach</i> das dimensões Ação e Reflexão	106
Quadro 18 – Ação e Reflexão	107
Quadro 19 – Qualidade de participação	107
Quadro 20 – Satisfação	108
Quadro 21 – <i>Alfa de Cronbach</i> da dimensão Satisfação com a vida	108
Quadro 22 – Satisfação com a vida	108
Quadro 23 – Vida social	109
Quadro 24 – <i>Alfa de Cronbach</i> da dimensão Satisfação com a vida social	109
Quadro 25 – Vida social	109
Quadro 26 – Igualdade de direitos	110
Quadro 27 – <i>Alfa de Cronbach</i> da dimensão igualdade de direitos	110
Quadro 28 – Afirmação de direitos	110
Quadro 29 – <i>Alfa de Cronbach</i> da dimensão afirmação de direitos	111
Quadro 30 – Igualdade e Afirmação de direitos	111

Quadro 31 – Satisfação com o acesso à saúde, a escola e o trabalho	112
--	-----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Níveis de escolaridade para os participantes surdos	101
Gráfico 2 – Motivos que levaram à associação	104
Gráfico 3 – Nível de importância das experiências de participação	105

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Correlações	113
Tabela 2 – Resultados (<i>Model summary</i>)	114
Tabela 3 – Coeficientes	115

Introdução

Viegas (2004:33) afirma que na última década do século XX se assistiu a um interesse renovado pelas “questões do associativismo”, destacando conceitos fundamentais como o “capital social” (Putman, 1993; 2000) e a “democracia participativa” (Cohen e Rogers, 1995). No seu artigo, o autor fala das implicações democráticas, que podem advir dos diferentes tipos de associações voluntárias, traçando o panorama português numa perspetiva comparativa com outros países da Europa. Para o autor os grandes feitos democráticos do associativismo, em Portugal, manifestam-se na integração, na cooperação e na solidariedade social.

Da leitura deste artigo cresceu e amadureceu o interesse pela comunidade surda, como uma comunidade de direitos. Daí ser objetivo desta investigação estudar esta comunidade e o seu “capital social”, através da análise da participação e envolvimento nas vivências de algumas associações de surdos, de forma a perceber quais as implicações democráticas que estas trazem.

Quando produzimos conhecimento não partimos de uma posição neutra, uma vez que existe *a priori* algo que nos leva a querer conhecer esses lugares de partilha e construção de conhecimento ou seja, um “conhecimento situado”. (Sandra Harding, 1986 & Donna Haraway, 1988).

Desta forma, o contacto profissional com a realidade da surdez, enquanto Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP), o quotidiano de observação e partilha com esta comunidade, bem como as barreiras que muitas vezes lhes são colocadas, fez-me refletir sobre as questões dos direitos das pessoas surdas, da sua qualidade de vida e principalmente na forma como esta está relacionada com a participação associativa.

Durkheim (2001), apresenta-nos um conjunto de pressupostos, de onde se destaca a preocupação empírica com a mudança, nas estruturas sociais, nas instituições, nas práticas e nas crenças, é nesta lógica de mudança social que se desenvolve esta investigação.

É nossa intenção tentar perceber quais as estratégias e dinâmicas de funcionamento que estas associações propõem/disponibilizam, aos participantes associativos, em proveito de uma melhor qualidade de vida. Tendo sempre por base, a ideia da existência de uma possível correlação entre a excelência desta participação (e.g. Ferreira, 2001; Putman, 2000) e as questões da sua qualidade de vida e do seu empoderamento.

A escassez de estudos acerca deste tema em Portugal acarreta falhas para a intervenção nesta área, verificando-se aqui a relevância desta investigação em termos teóricos. Neste sentido, este estudo pode apresentar novas pistas e ideias para a intervenção junto de pessoas com surdez em áreas como as dos direitos civis, sociais e educativos. Como afirma Coelho (2010:91), no nosso país, “carecemos de dados nacionais, atuais e fiáveis, quer relativamente à população surda, quer caracterizadores da sua real situação”. Destacando posteriormente a necessidade de recorrermos a alguns “parcos, dispersos e desatualizados dados que nos dão as Associações e Federações de Surdos, os testemunhos de vida dos surdos e também as experiências de longos anos de trabalho e de luta de alguns agentes educativos”.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista sociopolítico, este estudo torna-se também pertinente, pois pode indicar novos rumos para futuras medidas de política social, no âmbito dos serviços que têm estado envolvidos no apoio, social e político, por parte das associações de surdos em Portugal dirigidas ao desenvolvimento do empoderamento e autodeterminação dessas pessoas, promovendo a sua participação e, conseqüentemente, a sua inclusão social. Segundo Harding (1991:10), toda a “Ciência é política”, no sentido em que “grupos com agendas sociais em conflito têm lutado para ganhar controlo sobre recursos sociais que as ciências podem fornecer”; pretende também ser este o nosso contributo com esta investigação, o de fornecer recursos sociais que ajudem este grupo social, que são os surdos, a conseguir impor a sua agenda social e política, bem como a alcançar as suas demandas.

Esta investigação divide-se em duas fases. Inicialmente, pretende-se entrevistar os líderes associativos, tentando abarcar diferentes contextos associativos, para

desta forma maximizar as probabilidades de encontrar pontos de vista e formas de atuar diversificadas. Numa segunda fase, iremos dirigir-nos a essas associações para aplicar um inquérito por questionário aos participantes, com o intuito de abranger o grande grupo, recolhendo a sua opinião sobre os direitos e a qualidade de vida da comunidade surda e o tipo de ação/participação que revelam dentro das dinâmicas associativas; esta fase servirá também para realizar uma observação de cariz exploratório, das dinâmicas e atividades lá praticadas. Toda a investigação será atravessada por uma abordagem mista, de cruzamento entre metodologias, técnicas e instrumentos qualitativos e quantitativos, com um foco nos discursos e opiniões dos participantes.

Nogueira (2000), num artigo sobre o feminismo e os discursos de género, mostra-nos que, à luz de uma orientação pós-moderna, “o conhecimento científico necessita ser compreendido como poder social” e não como a procura da verdade universal e absoluta (Flax, 1990; Harding, 1990; Rosenau, 1992); ora, esta investigação reconhece a identidade surda como “fragmentada, plural, em conflito e dependente das relações sociais que o indivíduo estabelece” (Burr, 1995). Indivíduo este, portador de um conhecimento experiencial, vivencial, “pragmático e parcial”, que lhe confere um papel intrinsecamente “social e político” (Flax, 1990).

Como afirma Klein (2001), os discursos sobre os surdos e a sua surdez não se afiguram homogéneos, pelo contrário, estes inscrevem-se entre diferentes formações discursivas, constituídas a partir de diferentes campos (medicina, pedagogia, linguística).

Com base nestes argumentos, é nossa intenção conhecer as dinâmicas das associações de surdos, na tentativa de perceber qual o papel destas na afirmação dos direitos dos surdos, na sua qualidade de vida, na luta contra a discriminação e qual o seu contributo para uma visão da surdez como um problema de direitos.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I – Enquadramento Teórico

Diversos autores (Cabral, 2005; Carvalho, 2007; Coelho, 2010) falam-nos da História dos Surdos e de como os primeiros registos da existência de pessoas surdas nos reportam de imediato para os seus direitos, ou a quase “interminável” ausência destes. Como afirma Campos (2005:63), nos primórdios da sua História, os surdos eram “representados como imbecis” e como tal era tratados, “sendo-lhes vedada uma grande parte dos bens sociais como a instrução, o casamento, os ofícios religiosos, as heranças familiares, etc”.

Assim, pretende-se neste capítulo, fazer uma breve contextualização histórica dos momentos, das lutas e do surgimento das primeiras organizações de surdos, para em seguida falarmos nas organizações que atualmente lideram e coordenam este movimento social a nível mundial, europeu e nacional, terminando com a análise da problemática da surdez tendo por base os direitos conquistados e reivindicados por esta comunidade.

1. Contextualização histórica do Associativismo Surdo.

Adorados como deuses e respeitados pela crença do seu poder de comunicar com estes, os surdos, são assim reconhecidos como pessoas especiais, no Egito, alguns milénios antes do nascimento de Cristo. Não humanos para os Helénicos (Grécia) e Romanos que, impelidos pelo seu ideal de atingir a perfeição física e intelectual, passaram a considerar os surdos seres incompletos, imperfeitos e incompetentes. Para estes, o pensamento só se desenvolvia com a linguagem, esta por sua vez só existia através da fala, que os surdos não possuíam. Considerados pessoas sem direitos, sem utilidade, eram muitas vezes marginalizados ou mesmo condenados à morte.

Talvez tenha nascido aqui o estigma que durante milhares de anos viria a acompanhar as pessoas surdas, com especial incidência nos seus problemas de comunicação, fala e linguagem.

Datado do ano 1000 a.C, o Talmude (Lei Hebraica – Palestina), é o primeiro documento a distinguir e classificar os surdos em categorias (Carvalho, 2007:9), seguindo-se em 534 d.C o Codex Justinianus que, influenciado pelo anterior, nega aos surdos congénitos, direitos civis como o casamento ou a posse de propriedades (Cabral, 2005:49). A capacidade da fala era decisiva para o enquadramento legal das pessoas surdas (Carvalho, 2007:12). A posição da Igreja Católica assentava nos mesmos princípios: incapazes de falar, os surdos eram também incapazes de dizer os sacramentos, a sua alma não era, por isso, imortal, só depois do século XII foram autorizados a casar. Curiosamente foi Beverley, um arcebispo inglês, o primeiro a ensinar um surdo a falar e conseqüentemente a tentar educá-lo, contrariando as ideias de Aristóteles e de Santo Agostinho, que defendiam que os surdos não podiam ser educados (idem). Segundo Cabral (2005:49), Aristóteles (384-322 a.C.) terá dito que os surdos não podiam falar e, por isso, era-lhes vedado o acesso à razão.

Só com o Renascimento e as suas ideologias Humanistas, onde predomina a descoberta, o conhecimento científico e uma maior abertura ao desconhecido, surge a possibilidade do surdo poder ser educado. Girolano Cardano (1501-1576), um matemático, médico e filósofo italiano, cujo primeiro filho era surdo, afirmou que os surdos podiam e deviam receber instrução, com ou sem o auxílio da fala. No entanto, a verdadeira educação de surdos apenas ganha forma com Pedro Ponce de León, monge beneditino, que se dedicou à educação das crianças surdas da nobreza castelhana, para que estes pudessem herdar e gerir os bens familiares: utilizando um método diversificado e focado num alfabeto manual, o seu trabalho serviu de base para muitos dos que lhe seguiram (Cabral, 2005 e Carvalho, 2007). Destaque para Charles Michel de L'Épée, que reconheceu a língua gestual como o real veículo para a aprendizagem do surdo, que criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (1ª escola para surdos do mundo) e que atribui aos surdos o estatuto de humanos, ao reconhecer a existência da sua língua e ao defender a instrução destes.

Adquirem aqui, os surdos, um dos direitos fundamentais, o Direito à Educação, passando a ter o estatuto de Humanos, e adquirindo a possibilidade de aceder a bens e direitos que antes lhes eram negados. No entanto, muito ainda seria preciso conquistar, uma vez que, apesar de a experiência dos diferentes educadores de surdos espalhados pelo mundo inteiro, influenciados pelas ideias da sua época e do lugar onde realizavam os seus estudos, demonstrar, ao longo dos anos, que a língua gestual é a língua natural dos surdos e que estes deveriam educados através da mesma, esta conceção nem sempre foi respeitada. (Carvalho, 2007)

Com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, viveu-se uma época de grandes mudanças, novas ideias e transformações sociais. Por um lado a ideologia de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, que defendia que os homens tinham direitos naturais iguais, por outro a mecanização, a indústria, o urbanismo e o comércio que faziam crescer as desigualdades sociais. Não alheia à época, a educação dos surdos foi vivida através de relações de poder, na alternância de métodos, onde os avanços e recuos, tanto do oralismo como do gestualismo, se fizeram sentir. Muitos educadores (Massieu, Sicard) defenderam que os surdos deveriam ser educados, e assim o fizeram, através do gesto, que nestes surgia de forma natural, lutando pelo Direito à Educação dos surdos na sua própria língua (ibidem). Também Campos (2005:64) afirma que com o advento da Revolução Francesa, os surdos foram-se afirmando ativamente como cidadãos, começando a sua existência social a ser reconhecida, a educação passa assim a ser um direito inalienável para todos os surdos mas o seu estatuto jurídico continuará, por muito tempo, a ser precário e indeterminado.

Destacamos nomes como os de Laurent Clerc, Thomas Gallaudet, Horace Mann e Ferdinand Berthier, que muito contribuíram para a luta e defesa dos direitos das pessoas surdas. O primeiro foi aluno e posteriormente professor no Instituto Nacional de Surdos-mudos de Paris, até rumar a Londres, juntamente com Sicard e Massieu (seus mentores), para disseminar os seus métodos de ensino. Lá conheceu Thomas Gallaudet, com quem viria a fundar uma escola para surdos nos EUA: para tal, Clerc fez variadíssimas demonstrações do seu método de ensino de surdos com o objetivo de obter apoio financeiro (conseguiu o primeiro

grande donativo para apoiar a educação de pessoas com deficiência), legislativo e do público em geral, tendo a escola aberto em Abril de 1817. Gallaudet viria a tornar-se diretor dessa escola, e Clerc o seu principal professor, os alunos destes regressavam às suas terras de origem, levando consigo a ASL (American Sign Language), fundando comunidades de surdos em vários locais do país, tornando-se assim cidadãos produtivos e grandes líderes, disseminando os seus ensinamentos e tornando-se a maior influência nas novas escolas de surdos dos EUA. Ainda nos EUA, o Secretário de Estado da Educação Horace Mann, considerado o pai da educação americana, por esta ser a sua principal causa, inicia a sua luta por uma escola pública, acessível e igual para pobres e ricos, incentivando a harmonia social. Da mesma forma, defendeu a escola pública para surdos, tornando-se membro da direção da primeira escola de surdos e contribuindo para a formação de professores para surdos (Carvalho, 2007).

Deixando um pouco os pergaminhos da Educação surge, em França, Ferdinand Berthier, educador de surdos, intelectual e organizador político do século XIX, um acérrimo defensor da cultura e identidade surda. Liderando um grupo de professores, inaugurou a primeira organização social da *nação surda* criando o “Comité de Sourds-Muets” (1834), constituída pela elite dos intelectuais surdos. Posteriormente, esta estrutura alargou as suas funções políticas tornando-se sucessivamente na *Société Centrale des Sourds-Muets* (1837) e, mais tarde, na *Société Universelle des Sourds-Muets*.

Segundo Campos (2005:67), “a partir do momento em que um grupo que se define por alguns traços culturais comuns e passa a ser gerido por um poder político que fala em seu nome e exerce alguma influência sobre ele, emerge a comunidade”. Desta forma e, segundo a autora, para se dar consistência a esta ideia de “povo surdo” era necessário criar “um universo simbólico coerente”, eleger um “fundador e rituais propícios à sua eficácia cognitiva, afetiva e social”. Surgem assim, os “Banquetes Surdos”, associados a esta ideia de movimento surdo (Mottez, 2006).

Os “Banquetes Surdos” tiveram lugar em Paris, desde 1834, nestes “Banquetes”, participavam homens surdos de sucesso, algumas personalidades surdas

internacionais e alguns, poucos ouvintes (convidados), ligados à comunidade surda, uma elite de homens letrados. Só a partir de 1883, meio século depois, as mulheres surdas foram autorizadas a participar, uma vez que “de acordo com a razão do século XIX, os papéis atribuídos ao género estavam liminarmente definidos, e banquetes conotados com tribunas políticas eram exclusivamente do foro masculino” (Campos, 2005:68). Um hino à Língua Gestual e àquele que foi o seu maior defensor, o Abade de L'Épée, locais de convívio e fóruns políticos, onde se revelavam os sonhos, os planos, as lutas e os compromissos dos surdos.

Durante o séc. XIX, várias associações de surdos foram criadas, sendo que a primeira nasceu na França em 1838: a criação desta, e o facto de a tradição dos “Banquetes Surdos” se ter espalhado por todo o mundo, fez com que, como afirma Coelho (2010:74), a comunidade surda se expandisse e, apesar de o Congresso de Milão, em 1880, ter dificultado este processo exponencial de crescimento, não o conseguiu travar.

“As associações de surdos proliferaram pelas principais cidades de França. Algumas delas destinavam-se especificamente a fins lúdicos e desportivos. (...) Mas havia também as associações militantes da causa surda. A imprensa editada por estas instituições era por vezes acintosa, virulenta ou irónica, e sempre profusamente ilustrada. (...) não se limitava apenas à causa social dos surdos. Tratava também de questões políticas e de educação.” (Campos, 2005:69)

Lutando por objetivos como a melhoria da educação dos surdos e o acesso ao ensino superior, o reconhecimento e desenvolvimento da Língua Gestual, a formação de intérpretes e a defesa da Cultura Surda, a *Federação Nacional de Surdos de França* (1963), foi a entidade mais representativa desta comunidade, as conquistas mais expressivas apareceram em 1998, com a Carta dos Direitos dos surdos e a criação de 3 sectores importantes: o dos direitos dos surdos, o da informação e comunicação e o do património cultural (Carvalho, 2007:91).

Paralelamente, em países como a Inglaterra e os EUA, outras associações e lutas foram sendo travadas pela comunidade surda, exemplo disso são a RDA (Royal Association for Deaf People – Inglaterra) e a NAD (National Association of Deaf –

EUA). A primeira, de cariz religioso, tinha como objetivos providenciar emprego, alívio e formação religiosa para surdos adultos (idem:93). A NAD (1880) é uma organização sem fins lucrativos que representa a Comunidade Surda, na defesa dos seus direitos civis, em áreas como a acessibilidade, a educação, o emprego, a saúde, a reabilitação, tecnologias, telecomunicações e transportes (idem:94/5).

Ainda nos EUA, outro acontecimento marcante estimula o movimento surdo o *“Deaf President Now”*, um protesto estudantil com grande cobertura da comunicação social, que decorreu de 6 a 13 de Março de 1988, na Universidade de Gallaudet, na altura a única universidade para surdos no mundo. Perto de 3 mil pessoas, surdas e ouvintes, reuniram-se para exigir que o cargo de reitor da universidade fosse ocupado por um surdo. Este protesto deu visibilidade ao movimento internacional pelos direitos das pessoas surdas, uma importante afirmação política, um repúdio ao paternalismo, que se viria a traduzir numa “mudança histórica”. Após esta revolta, o movimento surdo difundiu-se um pouco por todo o mundo, incluindo na sua conceção a “despatologização” da surdez, a legitimação da língua gestual, a busca da identidade surda e o orgulho de pertencer a uma comunidade, com cultura e língua próprias (Danesi, 2001:56).

Na Europa, foi fundada, em 1951, a WFD (World Federation of the Deaf), durante o I Congresso Mundial de Surdos que decorria em Roma: atualmente a WFD tem sede em Helsínquia. Crucial na coesão e contacto entre as entidades e pessoas surdas de todo o mundo, a WFD rege-se por princípios como a promoção do estatuto das Línguas Gestuais, o desenvolvimento da educação de surdos e a promoção do acesso à informação, reivindicação dos direitos humanos das pessoas surdas e a promoção da criação de organizações de surdos onde estas não existam. A última grande conquista da WDF foi conseguida em Dezembro de 2006, com a convenção dos direitos humanos, ao ver alargada a proteção dos direitos das pessoas surdas (Carvalho, 2007:96/7).

Corria o ano de 1985 quando a EUD (European Union of the Deaf) surgiu no panorama organizacional, a única a representar os interesses dos surdos a nível europeu. Pretende estabelecer e manter o diálogo entre o mundo ouvinte e as associações de surdos, coopera com a WFD e tem como principal objetivo

“promover, elevar e proteger os interesses, necessidades e oportunidades das pessoas surdas europeias”. Apoiada em conceitos como emancipação e igualdade de oportunidades procura o reconhecimento das pessoas surdas como cidadãos de pleno direito, defendendo o reconhecimento da Língua Gestual, o poder através da informação e a igualdade no emprego (Carvalho, 2007:99/100).

No Brasil, segundo Moura (2008:3), foi também fundamental, o movimento multicultural da década de 80 para que se desse o fortalecimento da comunidade surda, tendo para isto contribuído bastante, as suas associações e principalmente a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) que defende o uso da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na educação dos surdos, bem como uma filosofia que vê a pessoa surda como diferente e pertencente a um grupo linguístico minoritário.

Em Portugal, a primeira “associação de surdos” é criada em 1934, no Porto e denomina-se *Grupo Recreativo de Surdos-mudos do Porto*, destinada às vertentes lúdica, desportiva e excursionista: dois anos volvidos nasce em Lisboa um clube, *Club Os Mudos*. Outras se seguiram nas reivindicações sociais, políticas e educativas para a Comunidade Surda: no entanto, só em 1958, ano da fundação da *Associação Portuguesa de Surdos*, estas reivindicações se revestiram de maior expressão. É pois, na década de 70, que a luta organizada e a afirmação social ganha força, nomeadamente através da cobertura legal própria, da organização de encontros regulares, de acordos com a Segurança Social e de protocolos com o Governo (Coelho, 2010:74/5).

No início dos anos 80 é constituída a FPAS (Federação Portuguesa das Associações de Surdos), representante das instituições e associações de surdos portuguesas, tem como principais objetivos, coordenar as ações destas, representar os seus interesses, promover o seu desenvolvimento e apoiar a cooperação entre as mesmas. Desenvolve protocolos com o Ministério da Justiça, com a Comunicação Social, com algumas universidades e com a Segurança Social. Atualmente, tem filiadas 11 associações de surdos, maioritariamente da zona da Grande Lisboa, sendo que, na zona Norte, destacamos a Associação de Surdos do Porto (ASP). É desde o ano 2000 filial da WFD e da EUD, tornando-se

assim a representante das associações nacionais a nível Mundial e Europeu. Destacar ainda que, em 2010, trabalhou no sentido de criar a Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas (CPDDPS), para lutar pela igualdade nas várias áreas da sociedade (Direitos Humanos, Educação, 3ª idade, emprego e Juventude), tentando atingir uma melhor qualidade de vida e promovendo a igualdade de oportunidades para as Pessoas Surdas (www.fpas.org.pt a 06.08.2011).

A década de 90 traz-nos um alargamento associativo: são fundadas em Lisboa a FEPEDA (Federação Europeia de Pais das Crianças Deficientes Auditivas) e a Associação de Intérpretes de LGP (AILGP). No final, em 1997 é então reconhecida a LGP na Constituição da República Portuguesa, “um marco decisivo na luta dos surdos no nosso país” (Coelho, 2010:75).

Assim, a comunidade surda lutou ao longo de mais de um século para ver respeitada a sua identidade e a sua cultura, num contexto onde a diferença se pretende assumir como riqueza, onde a alteridade é sinónimo de validade, força e luta, luta essa que pretende resultar numa maior participação e num desenvolvimento ativo. Pois, como afirma Sanchez (1990), este é um “movimento mundial, que mais cedo ou mais tarde terminará com a ignomínia que representaram estes 100 anos de predomínio do irracional quer na conceção da surdez”, quer na sua educação. No entanto, o autor afirma que a luta não terminou e defende que neste processo “é necessário que os surdos sejam protagonistas”, e que devemos dialogar com eles num plano de igualdade.

2. Associativismo Surdo contemporâneo.

Actualmente, existem várias associações que afirmam os direitos dos surdos, a nível mundial (WFD), europeu (EUD) e nacional (FPAS). É nossa intenção, numa lógica de aproximação gradual, discorrer sobre as principais iniciativas, na atualidade, especialmente no que concerne à afirmação da surdez como um problema de direito.

Sediada em Helsínquia (Finlândia), como vimos, a WFD – World Federation of the Deaf nasceu em Roma (Itália), a 23 de Setembro de 1951. Trata-se de uma organização não-governamental, de âmbito internacional, com membros oriundos dos 5 Continentes, de 130 países diferentes, reconhecida pela ONU como o mais alto representante da Comunidade Surda Mundial (cerca de 70 milhões). A sua prioridade é assegurar os direitos humanos das pessoas surdas de todo o mundo, em todas as esferas da vida.

Do ponto de vista da WFD os direitos humanos são universais logo, as pessoas surdas têm o direito a exercer os seus direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais numa base de igualdade com todos os outros. Infelizmente, os direitos das pessoas surdas são constantemente subvalorizados, especialmente nos países em desenvolvimento. As suas maiores barreiras são o não reconhecimento, aceitação e uso da LG, bem como a inexistência de respeito pela sua cultura e identidade linguística. No site da organização podemos ver que aproximadamente 80% dos 70 milhões de surdos em todo o mundo, não têm acesso à educação, apenas 2% consegue obter educação em LG, agravando-se a situação quando falamos no caso particular das mulheres e crianças. Assim, só o desenvolvimento e reconhecimento legal, das LG's, poderá promover a igualdade de oportunidades na sociedade para as pessoas surdas.

Assim, os princípios orientadores da WFD são: promover as Línguas Gestuais, desenvolver a educação, melhorar o acesso à informação, reivindicar os direitos humanos das pessoas surdas e ainda, promover a criação de organizações de surdos onde estas não existem (www.wfdeaf.org a 05.08.2011).

Carvalho (2007:97) considera que o alargamento dos direitos das pessoas surdas, previsto na nova convenção dos direitos humanos (Dezembro de 2006), foi a grande conquista desta organização. Para tal, muito contribuíram os estreitos laços que a WFD tem com a ONU e a participação ativa que esta desenvolve nos seus organismos (p.e., *Alto Comissariado para os Direitos Humanos*).

A referida Convenção focou-se maioritariamente nos direitos linguísticos, que nos parecem ser transversais à grande maioria das demandas das pessoas surdas, o

acesso à educação e à informação em língua gestual, a proteção e promoção das identidades culturais e linguísticas da pessoa surda.

De destacar também os Congressos Mundiais organizados pela WFD, sob os mais diversos temas, que consistem principalmente em encontros entre as comissões científicas representativas dos vários países, com o objetivo de discutir assuntos que estejam em agenda, dentro da temática geral escolhida. O último aconteceu em Durban, África do Sul, sob o tema “*Global Deaf Renaissance*”; nas suas resoluções podemos ler, de forma muito sintética e parcial, o seguinte: *Promover uma educação com qualidade, responsabilizando os governos, que devem tomar medidas ativas; Promover, com urgência, a língua gestual e os estudos surdos; Reafirmar a igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas surdas; Melhorar o acesso à saúde; Encorajar a aprendizagem da língua gestual e o envolvimento com a cultura surda por parte dos pais ouvintes de crianças surdas; Viabilizar serviços apropriados para os cidadãos surdos idosos e Promover o associativismo dos surdos; surdo-cegos e juventude surda.*

A par com este grande evento, a WFD também organiza a Semana Internacional dos Surdos (IWD), na última semana de Setembro, com o propósito de chamar à atenção dos responsáveis políticos, das autoridades e do público em geral, para tudo aquilo que já conseguiram alcançar e para as preocupações da Comunidade Surda. Durante esta semana, organizações de surdos de todo o mundo são encorajadas a divulgar o seu trabalho e a “darem voz” às suas reivindicações e pedidos.

Os grupos de especialistas (*Special Interest Groups*), são outra valência da organização. Estes grupos trabalham em áreas de interesse diversificadas e prioritárias, na luta dos direitos das pessoas surdas; atualmente são 10, mas aqui apresentamos aqueles que entendemos ser os mais importantes, por tratarem assuntos como os CODA's (Children of Deaf Adults), debatendo a necessidade de uma maior cooperação e troca de informação, entre estas crianças e os seus pais surdos. Os movimentos LGBT Surdos (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), defendendo que as associações nacionais de surdos têm a responsabilidade de assegurar que estes são aceites e reconhecidos pela

comunidade. Os Intérpretes de Língua Gestual desenvolvendo e melhorando, em parceria, com a ONU e a WASLI (*World Association of Sign Language Interpreters*) a carreira destes profissionais. A População Surda Sénior gerando bens e serviços para esta parte da comunidade e o grupo das Novas Tecnologias, tão importantes nos nossos dias, capazes de derrubar muitas das barreiras da comunicação e tema central do próximo Congresso Mundial (Turquia, 2015).

A WFD, tem também uma secção autónoma, ligada aos mais jovens, a WFD *Youth Section* (WFDYS) que surgiu em 1987, durante o 10º Congresso Mundial. Desde então este grupo tem desenvolvido diversas atividades (acampamentos), onde se realizam fóruns de discussão, debates de ideias e onde se elegem os membros diretivos. O seu grande objetivo é que todos os jovens surdos, do mundo, usufruam de uma efetiva igualdade de oportunidades e vejam os seus direitos respeitados (www.wfdeaf.org a 05.08.2011).

“As decisões do Congresso de Milão, em 1880, foram o momento mais obscuro da História dos Surdos” (Coelho, 2007:62). A grande consequência deste congresso foi a abolição da língua gestual do ensino dos surdos, promovendo a todo o custo, a fala e a oralidade; desde então, algum progresso tem sido alcançado, restituiu-se, em alguns países, a língua gestual como língua natural das pessoas surdas e, como veículo privilegiado para a sua educação, no entanto, o reconhecimento da língua gestual não se verificou em todos os países do mundo e, ainda muito há para ser feito. Em 2010, na cidade de Vancouver (Canadá), no 21º Congresso Internacional para a Educação dos Surdos (ICED), foi criado e assinado, por mais de 750 representantes de países de todo o mundo, um documento intitulado: *A New Era of Participation and Collaboration: Moving Forward from the effects of the 1880 Milan resolution*. O objetivo deste documento foi que se estabelecesse uma nova marca, um novo ponto de referência na Educação dos Surdos, promovendo a participação dos cidadãos surdos nas decisões acerca da sua educação, bem como nas políticas do seu país, para não mais nos reportarmos a Milão.

Marku Jokinen, presidente da WFD, congratulou o Comité Organizador e todos os participantes deste congresso internacional, por fazerem parte de um movimento

significativo, reforçando a estreita aliança entre os direitos humanos e a educação: *“Education, which is much more than just scores, curriculum, and pedagogies, means nurturing deaf children to become full human beings with rights, knowledge and skills. It means enabling them to their maximum potential as individuals in today’s society. We must also recognize and value diversity within Deaf community – Deaf, hard of hearing, Deaf-blind – with full rights to language, culture, community and choices”* (www.wfdeaf.org; www.ICED2010.com a 05.08.2011).

A EUD – European Union of the Deaf é uma organização sem fins lucrativos cujos membros são as Associações Nacionais de Pessoas Surdas da Europa. Criada em 1985, é hoje, a única organização que representa os interesses dos Surdos Europeus junto da União Europeia (UE), visando estabelecer e manter o diálogo junto desta, garantindo assim que as questões relacionadas com os surdos são levantadas e se mantêm em agenda, nas políticas da UE (Carvalho, 2007).

Com a missão de promover e proteger os direitos das pessoas surdas com vista a alcançar uma cidadania de pleno direito através de uma política de igualdade de oportunidades, a EUD preconiza três linhas de orientação: o reconhecimento do direito de usar língua gestual; conferir poder às pessoas surdas através da comunicação e da informação e promover a igualdade na educação e integração no mercado de trabalho (Ibidem).

Desde os seus primeiros passos que a EUD tudo fez para implementar estas conceções no seu trabalho, o que fez com que esta organização alcançasse algumas metas e, conseqüentemente, cumprisse os seus objetivos. Seguem-se alguns dos seus feitos mais importantes.

No seu *site* podemos ver que várias ações foram levadas a cabo para incentivar o trabalho conjunto entre as associações nacionais e os seus governantes, que resultaram no reconhecimento legal das línguas gestuais nacionais, em diversos países. Em 2001, os trabalhos desenvolvidos, no âmbito do Ano Europeu das Línguas, deram início a produtivas cooperações entre a EUD, o Departamento Europeu das Línguas Menos Usadas, o Conselho Europeu e a Comissão

Europeia na promoção da língua gestual. Outro marco histórico importante ocorreu em 2003 quando o Parlamento do Conselho Europeu adotou a *Recomendação 1598*, que visa proteger as diferentes línguas gestuais dos países membros, beneficiando pessoas surdas de países não pertencentes à UE.

A EUD tem vindo também a supervisionar o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na redução de barreiras às pessoas surdas e, atuando como conselheira no Fórum Europeu da Deficiência e da Comissão Europeia, no respeitante às políticas da UE (www.eud.eu a 29.08.2011).

Esta organização luta contra a discriminação na empregabilidade, para tal contribuiu ativamente para o processo de implementação da *Diretiva Europeia 2000/78/EC* que determina o enquadramento geral para a igualdade de tratamento no acesso ao mercado de trabalho, promovendo desta forma, a troca de experiências entre os seus membros e os seus respetivos governos (idem).

Segundo Carvalho (2007:100), vários membros da EUD aproveitaram o financiamento atribuído pelo HORIZON, uma iniciativa da EU que procura promover a integração de pessoas deficientes e em desvantagem no mercado de trabalho, para colaborar em diversos projetos de formação. Para o autor, este envolvimento é crucial para evitar a marginalização das pessoas surdas.

A EUD apoia ainda os seus membros através da difusão de informação, oferecendo aconselhamento e fazendo uso vasta rede de contactos que possui no campo da surdez. Supervisiona os desenvolvimentos em domínios relevantes à comunidade surda, atuando onde entende ser necessário. Desenvolve parcerias com outras organizações chave e participa ativamente em eventos onde os interesses dos seus membros possam ser afetados (www.eud.eu/EUD-i-14.html a 29.08.2011).

A FPAS – Federação Portuguesa das Associações de Surdos é uma instituição de Solidariedade Social sem fins lucrativos, e cujos principais objetivos se prendem com a coordenação das ações das associações filiadas, representação dos interesses destas e promoção do seu desenvolvimento e cooperação.

Para além destas atividades a FPAS tem estabelecido diversos protocolos ao nível da Educação, Justiça, Segurança Social e dos Meios de Comunicação Social. Representa, desde 2007, a Comunidade Surda Portuguesa a nível internacional. Exemplo disso são as participações em seminários, congressos e outros eventos, organizados pela EUD e pela WFD, nos quais se estudam e discutem os meios para atingir os objetivos de toda a População Surda, ou seja, uma melhor qualidade de vida, promovendo a igualdade de oportunidades.

Desenvolvendo um intenso trabalho na área da defesa dos direitos das pessoas surdas, luta desde 2010 pela criação de uma Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas (CPDDPS) que promoverá a igualdade dos Surdos em contextos como o dos Direitos Humanos, da Educação, da Terceira Idade, do Emprego, da Juventude e Legislativos (www.fpasurdos.org.pt a 29.06.2011). A associação foi, como veremos de seguida, essencial para a elaboração da Carta dos Direitos da Pessoa Surda, que marca um importante reconfiguração da surdez em Portugal, e que será objecto de uma análise aprofundada no ponto seguinte.

3. A surdez como um problema de direitos.

Os representantes da Comunidade Surda Portuguesa, através da FPAS e considerando instrumentos jurídicos nacionais e internacionais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Declaração dobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas ou Linguísticas, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais e a Constituição da República Portuguesa, elaboraram, em Portugal, a Carta dos Direitos da Pessoa Surda (CDPS).

Este documento preconiza o respeito pelos direitos do cidadão surdo, bem como a sua integração cívica, social, cultural e profissional, tendo em conta que este

pertence a uma minoria sociolinguística e sociocultural, que utiliza a LGP como língua natural e, através dela, integra a Comunidade Surda.

No seu preâmbulo podemos ler que “o respeito pelos Direitos do Homem (*sic*) e do Cidadão no que concerne à pessoa surda implica o reconhecimento da LGP a todos os níveis” (educação, justiça, serviços públicos, comunicação social, atividades e serviços culturais e vida social): este é talvez o direito pelo qual mais lutou a comunidade surda, não só em Portugal, mas também no mundo, como podemos ver na primeira parte deste capítulo.

Consideramos este um direito transversal e que viabiliza a maioria dos outros direitos da pessoa surda, uma vez que é através dela que a pessoa surda vai comunicar, desenvolver as suas capacidades cognitivas, adquirir conhecimentos e pertencer culturalmente à sua comunidade.

Gomes (2010:11) considera que o dia-a-dia das pessoas surdas se desenrola em diversos espaços estruturais, como o doméstico, o do trabalho e o da comunidade (Santos, 1999). Nestes espaços, os surdos “crescem em permanente interação com o outro” e, segundo a autora, é neste jogo de relações que o indivíduo exerce o seu papel de cidadão, enfatizando a defesa e a importância da “língua gestual como promotora de acesso aos espaços e direitos supracitados”.

Partindo deste ponto, o primeiro passo foi reconhecer a LGP na Lei: em 1988, o Parlamento Europeu reconheceu as Línguas Gestuais dos diferentes países membros, como as Línguas das respetivas Comunidades Surdas, e recomendou a cada Estado membro que reconhecesse a sua Língua Gestual como meio de comunicação natural das pessoas surdas e a eliminasse os obstáculos à sua utilização (Carvalho, 2007:127).

Portugal, através do artigo 74º, nº2, alínea h) da Constituição da República Portuguesa, propôs-se a “proteger e valorizar a LGP, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”, decorria o ano de 1997, quase uma década depois das recomendações do Parlamento Europeu. No entanto, apenas um ano depois, surge o Despacho nº 7520/98 que se reveste de importância por, pela primeira vez, em Portugal, referir que a educação de surdos deveria desenvolver-se em ambientes bilingues, que

possibilitem o uso da LGP e do português escrito e eventualmente falado. Mais uma década volvida e em 2008, é publicado o Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de Janeiro, este sim considerado o ponto de viragem na educação, ao veicular a criação de Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS).

Brocado (2009) afirma que a criação de EREBAS constitui um “marco no âmbito das políticas educativas, permitindo a estes alunos a possibilidade de comunicar e de crescer em duas línguas, a LGP e o Português escrito” e cita André Béteille dizendo “Conhecer uma língua torna-nos humanos, conhecer duas línguas permite-nos ser cidadãos do mundo.”. Este diploma legal assume claramente uma mudança de paradigma educacional, perspetivando a criação de alicerces sólidos e sustentáveis que permitirão aos surdos, enquanto atores da vida social e económica, serem cidadãos de pleno direito (ME/DGIDC, 2009:7).

Os enunciados deste diploma articulam-se de perto com a Carta dos Direitos da Pessoa Surda (CDPS), que têm relevantes suas consequências para uma conceção da surdez como um problema de direitos. Por essa razão a CDPS merece uma reflexão mais aprofundada no que concerne ao direito à LGP, à educação, ao emprego, à cidadania e à participação que tentaremos articular com os contributos teóricos que permitem discutir e fundamentar estes direitos.

De acordo com o “artigo 1º: Língua Gestual, Toda a Pessoa Surda tem o direito à LGP e a receber formação nesta língua”, cruzando-se, assim, o direito à LGP, nas diversas esferas da vida com o Direito Universal à Educação, à Educação na sua própria língua e ainda o direito ao currículo surdo e a uma educação de excelência. O artigo 5º: Educação vai ainda mais longe ao afirmar:

“1. Toda a Pessoa Surda tem o direito à igualdade de oportunidades, ...no acesso à educação, a todos os níveis desta, bem como a uma educação normal e plena.”

“2. A Educação deve prosseguir o pleno desenvolvimento da personalidade surda, promovendo o conhecimento da cultura, história e língua da Comunidade Surda.”

Ora, estas escolas pressupõem que as respostas educativas veiculem, a “plena participação na vida da comunidade escolar”, promovendo a “interação satisfatória com os outros como iguais” num processo de aprendizagem

conduzido globalmente na sua língua natural, ou seja, uma “resposta educativa que assenta no princípio da igualdade”. Ainda, como promotoras da educação e da cultura surda, estas escolas devem colaborar entre si, num trabalho em rede, “com as associações nacionais e locais representativas dos surdos”, na defesa de “direitos e objetivos comuns” (ME/DGIDC, 2009).

No seguimento desta conceção, Thoma (2006:28) afirma que a escola de surdos, é o “lugar desejado por estes para aprender”: no entanto, a escola parece não estar a suprir as “necessidades surdas” advindas das exigências sociais (formação do cidadão), académicas (formação do indivíduo) e de mercado atuais (formação do trabalhador), “triplo mandato educativo” (Dale, 2002; Magalhães, 2003).

Assim, as reivindicações surdas mudaram, se antes os surdos lutavam pelo direito à escola de surdos, hoje lutam por condições de “permanência”, por “qualidade de ensino” e por “aprendizagens válidas” na competição do mercado de trabalho. Desta forma, querer saber e querer conhecer o código escrito da língua portuguesa passou a ser uma condição de possibilidade, uma ferramenta a mais no jogo injusto, porque partimos de condições desiguais entre sujeitos, para manter-se em situação de empregabilidade (Thoma, 2006:33). É por esta razão que o artigo 8º da CDPS dá relevo à Formação Profissional e Emprego:

“1. Toda a Pessoa Surda tem direito a escolher a sua formação profissional.”

“2. A formação profissional deve possibilitar a melhor qualificação de toda a Pessoa Surda.”

“6. Ninguém pode ser privado do seu emprego em razão da sua surdez.”

Klein (2001:78), aproximando-se das práticas da escola e dos movimentos surdos, pretende evidenciar as relações entre os diferentes discursos que se inscrevem enquanto formação discursiva sobre a surdez, os surdos e o trabalho. Pois, segundo a autora, é recorrente a relação educação – trabalho – cidadania, por sua vez, os movimentos surdos também apresentam essa relação, colocando no trabalho a esperança de uma vida cidadã.

Coelho (2009; 2010) fala-nos nos direitos linguísticos, relacionando-os com a acessibilidade, e a cidadania como uma tríade de conceitos que se entrelaçam. Afirmando que, quer no domínio das políticas includentes, quer das acessibilidades, há ainda muito a fazer no que às pessoas surdas diz respeito. O conceito de acessibilidade é visto por esta autora como uma chave para a inclusão social e um princípio indispensável para a sociedade inclusiva e para a vivência da cidadania. Assim, a acessibilidade comunicacional não consiste apenas em “facilitar a comunicação dos surdos com os surdos e dos surdos com os ouvintes”, mas implica também entender a premência, do direito à comunicação, à informação e à participação, ou melhor, ao “direito de ser capaz de comunicar, de se expressar e de compreender através de uma língua estruturada”. Considerando esta a primeira condição de acessibilidade dos surdos, sem a qual não faz sentido equacionar todas as outras, conclui que estes princípios devem figurar de forma clara na agenda das políticas públicas, bem como as mudanças que apontem no sentido de uma acessibilidade crescente e universal (p.89), sendo conveniente que, desde muito cedo, existam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma língua natural (Coelho, 2009:23; Coelho, 2010). É também este o sentido da CDPS, quando se refere às questões de acessibilidade e de participação:

“artigo 14º: 1.Toda a pessoa surda tem direito aos meios de acessibilidade, que permitam abolir eventuais barreiras provocadas pela surdez (língua), de forma gratuita.”

“artigo 3º: 2.(...), terão de ser criadas as condições necessárias que possibilitem a toda a Pessoa Surda o acesso a uma informação plena (através da língua), que lhe permita exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres.”

Conforme referido acima, mais uma vez se verifica a transversalidade do direito efetivo à LGP, a sua utilização e o seu reconhecimento, têm um papel fundamental, pois é através da língua gestual que vem o acesso à informação e, por sua vez, é a informação que permite aos surdos “exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres”.

Ora, a afirmação da diferença, tem sido especialmente relevante na relação com os conceitos de cidadania e significação política.

Segundo (Magalhães, 2010), “os Estados modernos definiram a cidadania com base naquilo que se assumia que os indivíduos e grupos, frequentemente partilhando um mesmo território, tinham em comum, a língua, a cultura, a religião, etc”. Neste contrato social a cidadania era “da ordem do atribuído”, uma vez que só era protegidos pelo Estado se “se desligassem das suas especificidades e identidades locais, comunitárias e de grupo para serem integradas no grande corpo da nação”. No entanto, nos finais do século XX, o autor afirma que, se assistiu a uma renegociação do contrato social. Esta renegociação teve por base a reclamação das diferenças, ou seja, “os indivíduos e os grupos iniciaram, no interior das sociedades ocidentais, processos em que reclamavam a sua soberania de volta com base nas suas diferenças de etnia, de género, de estilo de vida, de identidade sexual, etc”. Queriam ser incluídos não por aquilo que tinham em comum com os outros mas precisamente por aquilo que os diferenciava, “include me out”, a cidadania passou assim, a ser “da ordem do reclamado” (cit in: Gomes, 2010:5). Ora, já Skliar (1998) afirmava que “a diferença como significação política, é construída histórica e socialmente, é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante”.

Concluindo, vários autores (Pacheco & Caramelo, 2005; Stoer & Magalhães 2005; Gomes 2010) vêm falar-nos de um paradigma emergente, fundado nesta ideia da reclamação da diferença, por parte dos surdos, numa afirmação da sua identidade como um processo político de reclamação da cidadania, onde a sua identidade se constrói na identificação do Outro e ao Outro, numa interação constante. Esta visão também está presente na CDPS, nomeadamente quando afirma:

“artigo 4º: 1.Toda a Pessoa Surda tem direito à participação efetiva na vida cultural, social e económica do País, bem como nos assuntos públicos, em particular nos projetos e decisões que, direta ou indiretamente, lhe digam

respeito”; “2.Toda a Pessoa Surda tem direito à proteção contra a discriminação, a todos os níveis, da sua vida privada, social e profissional.”

“artigo 16º: 1.Toda a Pessoa Surda tem direito a que sejam respeitados os seus Direitos, qualquer que seja o seu modo de expressão.”; “2.O Estado deve abster-se de toda a prática tendente a assimilar a Pessoa Surda na sociedade ouvinte contra a sua vontade.

Desta forma, enfatizando e valorizando o surdo na sua diferença, reconhecemos a surdez como uma condição social e política, onde a pessoa surda, de forma ativa e atuante, constrói a sua própria cidadania, pertencente a uma minoria linguística e cultural que lhe confere características identitárias específicas, é esta a premissa que defendemos.

Note-se que o conceito de identidade é utilizado de forma generalizada nos vários ramos das ciências sociais, desde o contributo de G. H. Mead (1934) que afirmava que o “eu” de cada um se define pelo exercício da alteridade, pela interação com e pelo reconhecimento do outro.

Stuart Hall (1997) apresentou-nos três ideias distintas de identidade: a primeira que se afigura como individualista, única, permanecendo estática desde o nascimento até à morte do sujeito; a segunda que assenta numa lógica de interação, considerando que a identidade se forma na interação do sujeito com a sociedade e a terceira que defende que não há uma identidade fixa, mas sim, que ela é formada e transformada continuamente, em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Quando pensamos na identidade surda, esta última ideia apresentada por Hall (1997) reveste-se de grande importância, uma vez que “não podemos ver o surdo de um ponto de vista simplista e massificado”, mas sim de forma plural. Além dos aspetos identitários comuns à comunidade há, como afirma Danesi (2001), “uma pluralização de identidades, relacionadas, ao género, sexo, idade, raça, cor, classe social e posição económica”. É na construção desta identidade plural, concordante com a ideia de Hall, que pretendemos assentar a nossa investigação, a identidade como diferença.

Como já afirmamos anteriormente, os surdos pertencem a uma minoria linguística e cultural, e é aqui que reside a sua diferença, é a língua que os define, é o olhar que lhes trás uma forma diferente do “ouvir” o mundo, e são os seus “marcadores culturais” (Coelho, 2010) que constroem a(s) identidade(s), a(s) comunidade(s) e as culturas surda(s).

Kauchakje (2003:64) dá sentido a este conceito de minoria, afirmando que estas são assim consideradas por trazerem inscrito no corpo algum atributo que os define como diferentes e/ou porque não podem expressar poder individualmente, embora o possam manifestar, por meio da sua organização, aquilo a que a autora chama de “poder social”.

Esse “poder social” pode, através da participação associativa ativa ser um meio para atingir determinados objetivos, alguns dos quais passam por possibilitar a concretização de aspirações e a implementação de programas permitindo o acesso a formas de procedimento democrático: por outro lado, a representação associativa, funciona como uma representação sociológica dos interesses e das opiniões daqueles que nela participam, tentando de forma mais ou menos direta, organizar-se a fim de mobilizar estas minorias ativamente (DVPS, 1999:191). Novamente, é neste sentido que pode ser lido o artigo 2º da CDPS sobre a vida associativa:

“2. O objetivo essencial de toda a Associação de Surdos é a promoção da Vida da Comunidade Surda...e o respeito dos direitos fundamentais da Pessoa Surda. O respeito por estes direitos pressupõe a procura de um desenvolvimento pleno através do encontro com os seus semelhantes, a defesa, a conservação e o desenvolvimento da Comunidade Surda.”

Para os grupos minoritários, em particular os surdos, como vimos, a inclusão diz respeito ao exercício de direitos, tais como o do acesso à cidade, aos equipamentos de educação, ao trabalho, à assistência e previdência social, à saúde, ao lazer e à cultura. Sobretudo, diz respeito não apenas à participação no cenário social já dado, mas sim à participação na sua reconfiguração e reconstrução para que novos direitos relativos à diversidade sejam incorporados (Kauchakje 2003:67). É desta cultura de direitos que nos fala Dagnino (1994:108),

afirmando que a nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento, uma cidadania de baixo para cima.

Cabe assim, desta forma organizada, numa divisão de tarefas em prol da emancipação e construção da cidadania, uma comunidade surda mais ativa e um associativismo mais forte. Numa dinâmica em que os limites da inclusão/exclusão (Stoer, Magalhães & Rodrigues 2004), “o estar-se ou não incluído e o ser-se ou não excluído”, dependem de múltiplos fatores e dos lugares que ocupamos.

Neste capítulo fez-se uma pequena resenha histórica, principalmente no que aos direitos diz respeito, focaram-se os avanços e recuos, as lutas e conquistas. Mostrou-se que, ao longo de séculos de história, os surdos foram discriminados e arredados dos seus direitos, onde tudo foi conquistado a pulso pois, como afirma Klein, “a política da identidade/diferença surda trava-se em cenários nada seguros, permanentemente atravessados pela luta de significados, em que o ser surdo reivindica uma virada epistemológica, o direito à enunciação inscrita na multiplicidade das experiências de sujeitos e grupos culturais” (cit in: Coelho, 2010).

No entanto, também podemos verificar que a pouco e pouco as diferenças, foram deixando de aceitar esta conjuntura, os discursos que os acompanharam por anos sem fim, e deram início à sua “emancipação”. Passaram, como dizem Stoer e Magalhães (2005) a querer ser sujeitos da sua própria enunciação, assumindo o papel de agência, reclamando a sua diferença, chamando a atenção dos investigadores e fazendo com que os Estados, passassem a atribuir um papel especial às “políticas de diferença”.

Os mesmos autores definiram para estas políticas três níveis distintos, o político, que nos fala dos “dispositivos legais e normativos que regulam em termos de cidadania formal, a relação dos diferentes aparelhos do Estado com as pessoas e grupos diferentes, internos e externos”; o epistemo-ontológico das conceções e conhecimento sobre as diferenças e por fim o prático, dos quotidianos das nossas sociedades na sua relação com as diferenças (cit in: Coelho, 2010:23).

É precisamente isso que podemos ver nos pontos dois e três deste capítulo, os direitos conquistados e reclamados por este grupo, por esta minoria linguística e cultural que são os surdos, quer ao nível da legislação, quer ao nível das práticas através das organizações que os apoiam e defendem.

Coelho (2010:33/4) defende que “a surdez é uma diferença linguística, uma diferença cultural e uma diferença política” e afirma que reconhecer a diferença é um “processo de emancipação dos indivíduos e das sociedades”, desta forma, “não podemos aceitar a demissão de funções de responsabilidade a quem compete tomar as decisões necessárias para que a implementação de políticas socialmente adequadas, as quais se encontram legisladas, sejam uma realidade inalienável”. (idem:95)

Seguindo a ideia que nos apresenta Madalena Klein no preambulo da obra de Orquídea Coelho (2010), vemos a surdez como potência, uma “potência que se desdobra em movimentos de resistência e de lutas identitárias pelo direito de ter respeitada uma forma de vida – nem melhor, nem pior que outras, apenas diferente”.

Segue-se o capítulo dedicado à investigação realizada onde podemos perceber como esta foi construída e pensada. Dele fazem parte os objetivos e as questões da investigação, para as quais tencionamos descobrir as respostas, ou as nossas respostas, uma vez que existem sempre diversos pontos de vista sobre uma realidade. Do seu desenho constam os métodos utilizados para a recolha de informação, a entrevista e o inquérito por questionário, bem como um espaço onde figura o papel que a investigadora, enquanto Intérprete de LGP, desempenhou na construção e aplicação destes métodos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

II – Metodologia

Segundo um estudo de Samira Kauchakje (2003:57), que tem como objetivo central trazer elementos que possam favorecer a demanda identitária dos surdos, relacionando-a com o campo dos direitos e da inclusão social, realizado no contexto brasileiro, embora a inscrição em leis e a implementação de políticas seja o resultado almejado pelos movimentos sociais que demandam direitos, isso não é suficiente, pois a garantia do seu exercício e a sua efetividade reside, principalmente, na mudança de valores e atitudes (idem:63).

De igual forma, o caso português apresenta, na legislação que contempla a educação de surdos, como já foi mencionado anteriormente, o Despacho Normativo 7520/98, que transformou o paradigma educativo existente dando ênfase à aquisição da LGP como primeira língua e o Português como segunda língua, na sua vertente escrita, que viria a ser substituído, dez anos depois, pelo Decreto-Lei 3/2008 que, numa filosofia apoiada em conceitos como inclusão e igualdade de oportunidades, pretende valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade de ensino. Assim, o surdo, crescendo nestes ambientes educativos bilingues e ao mesmo tempo biculturais, desenvolver-se-ia de forma plena, como um cidadão consciente, crítico e pleno de direito, dada a importância fulcral que tem a língua gestual. No entanto, e é esta a grande questão que se levanta, conforme afirma Coelho (2007:48) na sua Dissertação de Doutoramento, “a realidade educativa dos surdos no nosso país está longe de corresponder ao legislado”.

Desta forma e tomando em termos comparativos ao contexto português o que Samira Kauchakje afirma, e dando extrema relevância à educação como instrumento de acesso e reclamação de direitos questionamo-nos:

Será que é visível na sociedade portuguesa esta mudança social, ou em conformidade com os estudos apresentados, os direitos da comunidade

surda estão apenas inscritos na legislação, não se verificando efetivamente na prática?

Deverão as Associações de Surdos e os seus participantes ter um papel mais ativo e reivindicativo na luta pelo reconhecimento dos seus direitos? Se sim, que recursos estão ao alcance destas associações para empreender esta luta?

Kauchakje (2003:67/8) chama à atenção para o sentido de inclusão social como um exercício de direitos, tais como o do acesso à cidade, aos equipamentos de educação e à educação em si, ao trabalho, à assistência social, à saúde, ao lazer e à cultura, para os grupos minoritários, em particular os surdos, bem como para a visão dos direitos como conquistas sociais, com base em Castells (1983), afirmando que os movimentos sociais são protagonistas na demanda por direitos.

Partindo do que autores como Scherer-Warren (1999) e Marshall (1967) definiram como *direitos de terceira geração* ou *direitos contemporâneos*, com ênfase nos novos movimentos sociais (género, etnias, diferenças culturais, etc...), onde se incrusta o caso dos surdos como uma minoria linguística que reclama o reconhecimento de uma cultura, também ela particular, mais uma vez se vê o associativismo, enquanto movimento coletivo e social, em lugar de destaque e mais uma vez nos questionamos:

Não será altura de reivindicar outros direitos?

Não estará no momento de se afirmarem, de uma vez por todas, os surdos, como minoria linguística e cultural que são, reivindicando o direito à diversidade, à diferença cultural e identitária?

Que força terão as Associações de Surdos nesta busca pelos denominados direitos de terceira geração?

Menezes (2007:53) fala-nos do conceito de capital social, usado para conceber a intersecção entre as pessoas, o bem-estar e a comunidade (Nelson & Prilleltensky, 2005). Putnam (1995, 2000), apresenta uma ideia de capital social que nos parece interessante, define-o como uma

característica das organizações sociais que pode aumentar a eficácia social e estimular a participação.

O trabalho de Putnam tem sido muito discutido e questionado (Jackman & Miller, 1998; Portes, 1998; Lin, 1999), pois os seus contributos trouxeram uma visão mais exógena e variável do conceito de capital social, que lhe confere o poder de transformação e mudança (Menezes, 2007:54). Os contributos deste autor não terminam por aqui, pois afirma que se assiste a uma tendência para a privatização da vida social e para o decréscimo da sociabilidade e do envolvimento dos cidadãos em associações voluntárias, tanto de carácter cívico como ligadas à vida social, reflexo da diminuição do capital social, facto que afeta a qualidade da democracia. Concluindo, Putnam fala-nos dos conceitos de *bonding* e *bridging* como características das associações, as primeiras colocam a ênfase na homogeneidade e nos laços existentes entre os membros, ao passo que as segundas acolhem uma maior diversidade e dirigem as suas atividades para fora.

Seguindo esta linha de pensamento, voltamos a questionar-nos:

Deverão as associações de surdos virar-se para o exterior, aumentando o seu capital social e conseqüentemente promover, enriquecer e desenvolver a participação democrática e a mudança social?

Tendo em conta esta problemática é nossa intenção explorar uma realidade pouco conhecida, como o são as associações de surdos: para tal, passaremos a relatar os nossos objetivos, as questões que deram início à nossa investigação e a forma como esta se desenvolveu.

1. Objetivos e Questões da Investigação

O principal foco desta investigação é a participação associativa, ou melhor, a qualidade desta e do envolvimento dos associados, para isso serão analisadas dimensões como a ação (participação efetiva), a reflexão (empoderamento) e a satisfação (qualidade de vida).

Segundo o ponto 2, do artigo 2º, da Carta dos Direitos da Pessoa Surda, que nos fala da vida associativa, “o objetivo essencial de toda a Associação de Surdos é a promoção da Vida da Comunidade Surda...e o respeito dos direitos fundamentais da Pessoa Surda. O respeito por estes direitos pressupõe a procura de um desenvolvimento pleno através do encontro com os seus semelhantes, a defesa, a conservação e o desenvolvimento da Comunidade Surda”, como já podemos ver anteriormente. No entanto, a minha experiência, certamente limitada, sugere que o associativismo surdo pode ser mais um “encontro de semelhantes” que, apesar de muito dinâmico, tem um cariz essencialmente cultural, desportivo e recreativo, não sendo tanto um associativismo que luta pelos direitos das pessoas surdas.

Viegas (2004:33), no estudo que realizou acerca das implicações democráticas das associações voluntárias, conclui que as associações em que as percentagens de envolvimento registam valores mais elevados são as “associações desportivas, culturais e recreativas”, logo seguido das “associações de solidariedade social”. Estas são associações com elevado grau de voluntariado, que se movem, segundo o autor, no campo da comunicação, cultura e normas sociais e com objetivos direcionados para os seus membros. Questionando-se sobre as implicações democráticas deste envolvimento associativo, verifica que a generalidade destas associações propiciam a integração social, reforçam as identidades e possibilitam a cooperação, mas não desenvolvem grandes competências simbólicas, profissionais ou políticas, exceto ao nível do seu pessoal dirigente. No que diz respeito às associações em que as percentagens de envolvimento são mais baixas, “associações de defesa de direitos de cidadania e valores sociais”, Viegas afirma que estas são claramente associações de defesa de causas, socioculturais e sociopolíticas, que podem dar importantes contributos para o debate na esfera pública. A nível individual desenvolvem o sentido crítico e a capacidade de participação na vida pública.

Desta forma, as questões de investigação prenderam-se com a motivação para a participação e a qualidade desta, de forma a perceber como a participação associativa interfere na qualidade de vida dos seus associados. Mais

especificamente, tentou-se com este estudo, dar resposta às seguintes questões de investigação:

- *De que forma a reflexão sobre as questões dos direitos contribui para uma participação mais autónoma e ativa, na sociedade?*
- *Que papel têm as propostas e dinâmicas associativas para o aumento do capital social e consequente força reivindicativa dos surdos?*
- *De que forma, as associações em estudo, suportam a sua comunidade na demanda pelos seus direitos e qualidade de vida?*
- *De que forma é que a participação associativa está relacionada com a qualidade de vida e satisfação pessoal dos associados?*

2. Desenho da Investigação

Diversos autores, na área das experiências de participação, desenvolveram trabalhos com grupos minoritários, ligados aos movimentos de luta e reivindicação pelos seus direitos (Carneiro, 2006; Ferreira, 2006).

Carneiro (2006), apresenta-nos um trabalho através do qual pretende analisar o processo de desenvolvimento psicológico da identidade gay e lésbica e do papel que neste processo assumem, as redes de apoio social e a participação comunitária em associações nacionais de defesa dos direitos homossexuais. Na sua tese de doutoramento o autor afirma que, as “experiências de participação política nas associações de defesa dos direitos (homos)sexuais mostram-se importantes para a satisfação” com a orientação sexual de lésbicas e gays.

Discorrendo sobre a construção das homossexualidades através da participação associativa o autor, conclui dos seus resultados que um resultado importante do estudo foi verificar que “o grau de satisfação dos sujeitos em relação às suas homossexualidades” era mais elevado quando as experiências de participação nestas associações combinavam “elevada ação e reflexão”, ou seja, as

experiências associativas de alta qualidade permitem a quem nelas participa um maior grau de satisfação e consequentemente qualidade de vida.

Da mesma forma, Ferreira (2006), formulou o seu projeto de investigação na “qualidade das experiencias de participação em associações, movimentos e grupos de diferentes tipos” e sobre como esta participação se relaciona com o “pensar e o agir politicamente”.

Assim, utilizando uma metodologia quantitativa, os resultados obtidos foram importantes para, como afirma o autor, documentar o “modo como a diversidade deve ser considerada no interior do conceito de cidadania” e também, “a necessidade de se olhar mais profundamente para os contextos de participação e para as oportunidades que estas propiciam àqueles que nelas estão envolvidos”.

Tomamos como relevantes as seguintes conclusões: a participação associativa revela-se importante não só em termos de participação política mas também, como veículo para um elevado número de oportunidade de ação e reflexão que se figuram consistentes com uma elevada qualidade de experiências e participação social.

Estes estudos mostram que o associativismo pode estar relacionado com a qualidade de vida e a afirmação dos direitos de grupos em risco de exclusão, que a participação ativa é um excelente meio para a ação e reflexão sobre os seus próprios desígnios.

Daqui podemos fazer um paralelo à minoria surda e seguindo alguns dos experientes passos dos autores supracitados, construir uma investigação com bases sólidas. Desta forma, e após uma primeira fase, na qual entrevistamos alguns líderes associativos, dirigimo-nos as associações de surdos para, através de um inquérito por questionário, recolher a opinião dos associados destas, sobre os seus direitos e a sua qualidade de vida, e sobre o tipo de ação/participação que estes revelam dentro das dinâmicas associativas. Esta fase serviu de igual forma para realizar uma “observação de cariz exploratório”, das dinâmicas e atividades lá praticadas (Pardal, 2000:111).

A observação é uma das técnicas mais antigas de recolha de dados. No caso dos estudos interpretativos, a observação assume uma natureza fundamentalmente

naturalista (Adler & Adler, 1994). Por outras palavras, ela ocorre no contexto natural onde se desenrolam os fenómenos em estudo e acontece em interação com os participantes. Deste modo, uma das grandes potencialidades da observação é o seu elevado grau de flexibilidade, que permite ao investigador aceder a novas realidades ou olhar de um novo modo realidades já conhecidas (Santos, 2000:209). *A grelha de observação figura em anexo (Anexo I).*

Uma vez que o objetivo primeiro desta investigação é estudar a participação associativa, ficou definido desde logo que um dos critérios de seleção dos participantes deveria ser o facto de estes participarem efetivamente na associação. Tendo presente que uma das áreas do estudo é procurar compreender os diferentes contextos em que esta participação ocorre, optou-se então por estudar duas associações, cujos critérios de seleção enunciaremos em seguida.

3. Critérios de seleção das associações

Como vimos anteriormente, em Portugal algumas associações de surdos estão filiadas a uma federação, a FPAS, mas existem também associações ligadas às dinâmicas da surdez que, por diversos motivos, preferem manter-se *independentes*; dada esta conjuntura decidimos escolher uma associação pertencente à FPAS e outra que se mantém fora desta.

Fazendo parte do grupo das onze associações filiadas na FPAS, a *Associação 1* (A1) foi a escolhida pelos seguintes motivos: primeiro, direccionamos as nossas atenções para as associações que se localizam na Zona Norte do nosso país, verificando que apenas três associações correspondiam a estes critérios; depois, desse grupo de 3, seleccionamos aquela à qual teríamos maior facilidade de acesso, quer em termos de distância física quer em termos de envolvimento. Com esta seleção, colmatamos as questões logísticas que se colocavam.

A segunda associação envolvida na investigação *Associação 2* (A2) não se encontra filiada na FPAS; no entanto, apresenta um projeto pioneiro, fazendo com

que se destaque no panorama do associativismo surdo. Por termos conhecimento deste aspeto, pela proximidade geográfica da mesma e pelo facto de conhecermos intervenientes disponíveis para proceder à nossa apresentação, foi a escolhida. No seu site podemos ler: “Queremos ser uma referência, para qualquer surdo que sinta a diferença na forma e conteúdo de atuação desta Instituição”.

A nossa intenção não é conhecer estas associações de um ponto de vista comparativo, mas sim de destacar o trabalho que é desenvolvido nestas e por estas, na luta por uma maior e melhor qualidade de vida para os seus associados. Será dentro do universo total de associados de ambas as associações em estudo, que encontraremos a nossa amostra de associados efetivos, que tenham uma participação frequente e ativa.

4. Entrevistas

Assumindo sempre, que os sujeitos que irão participar na investigação são portadores de um conhecimento fundamental, capaz de contribuir de forma preponderante para a investigação, optou-se por realizar entrevistas a dois líderes associativos, uma vez que esta técnica nos permite “aceder à estrutura social em que o sujeito está inserido” (Durkheim, 2001:694). O critério de escolha dos entrevistados passou essencialmente pela sua forte ligação às respetivas associações, por estarem envolvidos desde a fundação das mesmas, sendo o seu contributo fundamental. Assim, são informantes privilegiados sobre a vida das suas associações.

Segundo Bogdan e Biklen (1994:134), as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas, sendo a “estratégia dominante” para recolha de dados (entrevista como método), como defende Bourdieu (2004), ou sendo utilizadas em conjunto com outras técnicas. Em ambas as situações, a entrevista serve para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, o que permite ao investigador interpretar a visão que estes sujeitos têm do mundo e das suas realidades, uma

vez que é um método muito utilizado para compreender a atividade humana (Fontana e Frey, 1994).

Tendo como objetivo, recolher as opiniões e pontos de vista destes líderes, sobre tópicos específicos e do “seu” conhecimento, como o são as atividades desenvolvidas nas “suas” associações, os serviços prestados por estas à sua comunidade e a forma de funcionamento destas associações, entendemos ser adequado o uso da entrevista semiestruturada (Fontana e Frey, 1994; Patton, 1980, 1982), especialmente adequadas a análises de tipo qualitativo (Goetz e LeCompte, 1984). Foi elaborado um guião orientador, uma vez que assim teríamos uma base de trabalho flexível, que nos permitiu alterar a ordem das questões e aplicar novas questões sempre que, durante a entrevista, estas surgissem. Este aspeto permitiu-nos manter um ambiente natural de conversa, sem no entanto, deixarmos de fazer uma recolha de dados metódica.

“Dando a palavra aos excluídos”, no seu livro, “A Miséria do Mundo” Bourdieu (2001), chama para o *dar voz* às pessoas que de alguma forma se sentem excluídas, como é o caso dos surdos, no entanto, esta assunção reveste-se de um carácter perverso, pois quem somos nós para dar voz às pessoas? Existe sempre uma relação de poder, por mais igualitária e equilibrada que seja, entre entrevistador e entrevistado assim, este aspeto tende a dissipar-se se desde logo se estabelecer as condições em que esta se vai realizar, criando condições para uma comunicação *não violenta* (Bourdieu, 2001:695).

Desta forma, Goetz e LeCompte (1984) apontam diversos fatores que podem influenciar uma entrevista. Entre eles destacamos: a sua duração, o número de assuntos a tratar, o local e as relações estabelecidas entre o entrevistador e o entrevistado. Foi cuidado nosso informar os entrevistados da duração prevista para a entrevista (*45 minutos*), tempo este que nunca foi ultrapassado. As entrevistas decorreram no espaço da associação para que fosse familiar e menos constrangedor para o entrevistado.

Para finalizar, uma boa entrevista caracteriza-se pelo facto dos sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista, interessa compreendê-los e não julgá-los, de forma paciente, para que efetivamente se

produza uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as suas próprias perspetivas. Daqui se retira a necessidade extrema de ouvir cuidadosamente, valorizando a autorrevelação, e ser flexível, características muito importantes do entrevistador (Bogdan e Biklen, 1994:137-140).

4.1 Construção

Numa investigação de cariz qualitativo como é, em parte, a presente, a entrevista é um instrumento privilegiado para a recolha de informação, principalmente a entrevista semiestruturada.

Segundo Reis (2010:85/6), o processo de realização de uma entrevista acontece por etapas, inicialmente é necessário preparar a entrevista, ou seja, estabelecer quais os seus objetivos, selecionar os entrevistados de forma a obter informação que cumpra esses objetivos. Reunir todos os recursos necessários ao processo, como os meios audiovisuais, planear o local da entrevista, de preferência tranquilo sem a possibilidade de interrupções e por fim elaborar o guião da entrevista para apoiar a realização da mesma.

No entanto, Santos (2000:190-192) alerta para o facto de neste tipo de estudos se ter sempre em atenção as questões de ordem ética, reforçadas pelo facto de o investigador ter uma relação próxima com os participantes. Segundo a autora, estas questões abarcam diversos aspetos, como, por exemplo, o consentimento informado dado pelos participantes envolvidos no estudo, que deve resultar de uma informação clara e negociada, os processos de recolha de dados, que devem ser do conhecimento destes e ter o seu consentimento prévio.

Na fase seguinte, a realização efetiva da entrevista, deve ser aplicada com linguagem acessível e com uma temática interessante para o entrevistado, a fim de obtermos o resultado esperado, o de recolher o máximo de informação possível. O entrevistador deve clarificar o que se pretende quer da parte do entrevistado, quer o que se deve esperar de si próprio, e deve mostrar sempre

uma posição neutra e de interesse pelo que é dito pelo entrevistado (Reis, 2010:85).

Após a entrevista segue-se a fase de síntese, conclusão e validação da entrevista. Aqui devemos apresentar os nossos agradecimentos ao entrevistado pela sua colaboração e comunicar-lhe que posteriormente serão enviados os resultados finais do estudo (ibidem, pp.86).

Assim, e seguindo esta linha de pensamento, estabeleceram-se como objetivos da entrevista recolher informação sobre o contributo dos membros das direções das associações e tentar perceber as dinâmicas de funcionamento das mesmas, através de algumas questões relacionadas com a participação dos associados, sobre as atividades desenvolvidas e o papel que as novas tecnologias têm no funcionamento destas. O guião das entrevistas está incluído em anexo (*Anexo II*).

Foram depois seleccionados os entrevistados, fizeram-se os contactos necessários para verificar a sua disponibilidade, se estes concordavam com os tramites da entrevista, afim de ser definido o local e a data de realização da mesma.

As entrevistas realizadas foram gravadas apenas em registo áudio, uma vez que os entrevistados são ouvintes, nas respetivas associações e tiveram uma duração aproximada de 40 minutos. Durante estas foram sendo tiradas algumas anotações, que foram registadas nos respetivos guiões de entrevista. Para validar a informação recolhida enviou-se a transcrição aos entrevistados, para que estes procedessem às correções e tomassem conhecimento das mesmas. As transcrições das entrevistas estão incluídas em anexo (*Anexos III e IV*).

Deste guião constava um pequeno texto que, servindo como consentimento informado, foi lido pela entrevistadora aos entrevistados, que após concordância dos segundos, deu início à entrevista. Inicialmente foi preenchida uma secção com informações sobre os entrevistados, passando depois às questões propriamente ditas. Ligeiramente diferentes, os guiões tinham cerca de 20 questões, mas ao longo das entrevistas surgiram novas questões e foi alterada a ordem de algumas perguntas.

4.2 Análise de conteúdo

Segundo (Bogdan e Biklen, 1982), a análise de conteúdo é uma tentativa de interpretar e dar sentido ao material oriundo da recolha de dados. Como afirmam estes autores, para analisar os dados é necessário organizá-los e subdividi-los, sintetizá-los, procurar padrões, descobrir o que é relevante e o que se vai dizer aos outros.

No entanto, consideramos que uma análise é muito mais do que uma sistematização de informação. De acordo com Goetz e LeCompte (1984), a análise de dados é uma “teorização vista como um processo cognitivo de descoberta e manipulação abstrata de categorias e de relações entre essas categorias” (pp.167).

Nesta investigação, as grelhas de análise de conteúdo foram organizadas em 5 categorias, correspondentes aos objetivos da entrevista, sendo que estas eram constituídas por diferentes subcategorias. Mais uma vez registaram-se pequenas diferenças entre as grelhas das duas entrevistas, apenas no que diz respeito às subcategorias.

Assim, as categorias abrangeram o contributo pessoal dos entrevistados (A), as principais atividades das associações (B), as novas tecnologias (C), os associados (D) e por fim, as características da associação (E). Apenas acrescentar que as subcategorias foram classificadas com a letra identificativa da respetiva categoria, seguida de um algarismo (p.e. A1 – Função; B2 – Divulgação; E3 – Instalações; etc...).

A análise de conteúdo ajusta-se a investigações com diferentes tipos de objetivos, mas Vala (1986:107) defende que esta é particularmente útil tanto no tratamento das respostas a questões abertas das entrevistas, permitindo “apreender o seu significado”.

5. Inquérito por Questionário

O inquérito por questionário utiliza-se quando pretendemos descrever uma população (Reis, 2010:92), por esse motivo é apropriado para perceber as condições e modos de vida, os comportamentos, os valores e as opiniões dessa população, ou analisar um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população (Quivy & Campenhoudt, 1992:188).

Indicado para os casos em que é necessário interrogar um grande número de pessoas, o inquérito mostrou-se adequado para recolher a opinião dos associados de ambas as associações. Apesar de, como todos os outros, apresentar algumas limitações, é aquele que, na nossa ótica, melhor preenche o caminho de procura de informação, uma vez que permite quantificar uma multiplicidade de dados e proceder a numerosas análises de correlação, satisfazendo a exigência de representatividade (Quivy & Campenhoudt, 1992:189).

Pelo carácter preciso e formal da sua construção e pela sua aplicação prática, este método permite colocar a um conjunto de inquiridos, uma série de perguntas relativas a uma situação social, profissional ou familiar, recolhendo as suas opiniões em relação a opções/questões humanas e sociais, conhecendo as suas expectativas e o seu nível de consciência de um acontecimento ou de um problema (Quivy & Campenhoudt, 1992:188).

Reis (2010:95) afirma ainda que devido ao anonimato das respostas este método apresenta a vantagem de os inquiridos se sentirem mais seguros.

No entanto, para que o inquérito transmita confiança deve existir, como salientam Quivy & Campenhoudt (1992: 189-190), rigor na escolha da amostra, formulação clara e unívoca das perguntas e uma atmosfera de confiança no momento de aplicação do questionário.

5.1 Especificidade do instrumento com pessoas surdas

A construção do inquérito teve por base trabalhos idênticos realizados por colegas investigadores (Ema Loja, Sofia Pais, Pedro Ferreira e Nuno Carneiro), o trabalho dos primeiros pelo facto de ter sido já anteriormente aplicado, em parte, a pessoas surdas, o do último por ser um trabalho direccionado para a discriminação das minorias.

Segundo Reis (2010), o questionário deve focar apenas perguntas relacionadas com os objetivos da pesquisa, desta forma, é objetivo do inquérito tentar perceber de que forma se vive a participação associativa dentro das associações em estudo, abordando aspetos como o trabalho ou a vida escolar, a vida social e as atividades quotidianas, e ainda as questões dos direitos e da discriminação. A mesma autora afirma que o questionário deve ser construído em blocos temáticos obedecendo a uma ordem lógica.

Além do cuidado com a construção das questões, o/a investigador/a deve também ter em conta as características da população em estudo, uma vez que qualquer erro ou ambiguidade associados à construção deste levará a conclusões erradas (Reis, 2010:92).

Seguindo estas linhas de pensamento construímos um inquérito, com base no trabalho dos colegas, acima referido, organizado em 4 grandes blocos temáticos (A – Registo Biográfico; B – Vida Associativa; C – Experiências de Participação e D – Aspetos do Quotidiano) e cuidadoso no que à linguagem diz respeito, uma vez que este iria ser aplicado a pessoas surdas. Após a construção deste, aplicamo-lo a um conjunto de 10 pessoas, tentando abarcar pessoas de sexos, idades, escolaridade e condições diferentes, a fim de obter uma *reflexão falada* com um leque de opiniões alargado. Todos estes inquéritos foram aplicados pela própria investigadora e durante a aplicação dos mesmos iam-se identificando dificuldades e sugestões de melhoria.

A informação recolhida permitiu avançar para a construção efetiva do questionário final e sua administração, o que envolveu uma série de cuidados que descreveremos de seguida. Ambos os inquéritos estão disponíveis em anexo (*Anexos VII e VIII*).

Reis (2010) afirma que a redação das perguntas deve ser feita numa linguagem compreensível ao respondente, e de acordo com as características da população em estudo; tendo em conta que este inquérito se destina a pessoas, na sua maioria, surdas e que a língua que estas utilizam para comunicar não é o Português, a construção das questões careceu do maior cuidado. Este procedimento tem sido usado noutros estudos de adaptação a questionários para populações surdas (Bisol, Sperb & Moreno-Black, 2008). O vocabulário das questões foi simplificado, o inquérito foi aplicado por administração indireta, isto é, preenchido pela própria investigadora que é Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, nos casos em que os inquiridos não se sentiam à vontade para sozinhos realizarem o preenchimento deste. Os restantes foram aplicados por administração direta, ou seja, preenchidos pelos próprios inquiridos, seja porque eram ouvintes, ou eram surdos que se sentiam confortáveis o suficiente com a Língua Portuguesa para responder de forma autónoma.

De salientar que os inquéritos foram sempre aplicados *in loco*, com a presença da investigadora, que se mostrou disponível para qualquer esclarecimento, quer sobre a investigação em curso, quer sobre o questionário em si. Note-se que a opção de usar inquéritos por questionário com a população surda é também habitual noutros estudos (Richardson, Barnes & Fleming, 2004), incluindo estudos sobre qualidade de vida (Fellinger, Holzinger, Sattel & Laucht, 2008), com resultados positivos em termos da fiabilidade e validade dos instrumentos; no entanto, também tem vindo a ser testada a alternativa de versões *on-line* de questionários em Língua Gestual (Fellinger et al., 2005), o que implica o acesso a computadores e pode colocar dificuldades a pessoas menos habituadas a lidar com as novas tecnologias. Assim, a nossa opção de aplicar os questionários sempre na presença da investigadora foi possivelmente a que melhor se adequou à recolha de dados com esta população.

No questionário final, destacamos como alterações mais significativas uma melhor organização espacial das questões, o que visualmente facilitou a perceção dos inquiridos; agruparam-se 3 blocos temáticos, figurando assim: A – Registo Biográfico; B – Experiências de Participação Associativa e C – Aspetos do Dia-a-

Dia; e, por fim, foram clarificados alguns conceitos utilizando uma linguagem mais simples.

5.2 População e amostra

“Nós temos 210 sócios neste momento” revela a entrevistada da associação 2, já o primeiro entrevistado, diz-nos que a associação 1 tem *“217 sócios”*. Através destes relatos verificamos que o universo de possíveis inquiridos seria de 427 associados.

No entanto, ambos os entrevistados afirmaram que a quantidade de elementos que frequentava as associações habitualmente, rondava os 30, 35 associados; teríamos desta forma, uma população de cerca de 70 elementos.

“(...) há um grupo de uns 30, 30 que são frequentadores habituais.”

(Entrevistado A – associação 1) *“Posso-lhe dizer que em média, nós temos (...) 35 pessoas (...) por cada dia que está em funcionamento”*

(Entrevistado B – associação 2)

Durante as visitas às associações verificamos que nem sempre as pessoas estavam disponíveis para responder aos inquéritos por questionário, apresentando os seus motivos. As visitas feitas à associação 2 foram feitas ao longo dos meses de verão, e pelo facto de muitas pessoas estarem de férias e rumar a outras paragens, diminuiu o número de associados a frequentar a mesma. Entendemos que estes foram os motivos mais fortes para não apresentarmos uma amostra maior. Ainda assim, de cerca de 70 elementos possíveis, conseguimos uma amostra de 43 inquéritos – correspondendo a uma taxa de resposta de 62% da população destas duas associações, uma taxa francamente elevada de cobertura da população.

Após a recolha dos questionários, os dados foram codificados e introduzidos numa base de dados construída no programa SPSS, que foi utilizado para a realização de análises de estatística descritiva e inferencial que serão apresentados no capítulo seguinte.

6. O papel de Investigadora/Intérprete de LGP no processo metodológico.

Tendo em conta que se utilizou, para recolher informações, o inquérito por questionário, e que a população que respondeu a este tem características linguísticas diferentes, foi necessário, na maioria dos casos, traduzir o conteúdo do mesmo. Sendo a investigadora também Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, decidiu-se que a mesma, apesar de implicada na investigação, traduziria os inquéritos, tanto na sua totalidade, se necessário, como para esclarecer qualquer dúvida acerca do conteúdo destes.

O referido questionário foi construído pela investigadora, com base no trabalho de outros colegas, daí que ninguém melhor do que esta conhecia as suas dimensões e implicações; no entanto, existe sempre o reverso da medalha, uma vez que muitas vezes, na desconstrução de conceitos, ou expressões esta poderia influenciar as decisões de resposta.

Tentamos evitar esta situação ao máximo, tendo no entanto em mente que, como afirma Bourdieu (1997), “traduzir é interpretar” e, segundo esta lógica, qualquer interpretação é já uma visão da realidade, carregada de influências e vivências, onde os papéis se misturam. Neste sentido, assumo que nem sempre foi fácil evitar transmitir a “minha interpretação dos conceitos”, desconstruindo-os.

Nestes casos existem sempre vantagens e desvantagens, contudo entendemos ser este o melhor caminho a seguir.

No capítulo que acabamos de concluir, descreveram-se os objetivos da investigação e as questões que a legitimam, de seguida fez-se o desenho da investigação, no qual optamos pela utilização de uma metodologia mista. Descrevemos, depois, o processo de construção das entrevistas, bem como a caracterizamos o método – análise de conteúdos – que usaremos para analisar os dados recolhidos. Da mesma forma, descrevemos a forma como foi construído

o inquérito por questionário, tendo em conta a população a que se dirigia (população surda). Foram igualmente se explanados os critérios de seleção das associações em estudo e caracterizou-se a população e amostra da investigação em si. No final, e tendo em conta que a investigadora desempenha funções como intérprete de LGP, falou-se no papel que esta teve, quer na construção, quer na aplicação dos instrumentos de recolha de dados.

Posto isto, avançamos para o terceiro e último capítulo, onde serão analisados os dados que recolhemos, dividido em dois grandes eixos. No primeiro, estudo qualitativo, das entrevistas aos líderes associativos, será feita uma breve caracterização de ambos os entrevistados, passando depois a elaborar a análise de conteúdo das respetivas entrevistas. Esta análise será feita separadamente, uma vez que não se pretende compará-las, sendo depois no final apresentada a discussão conjunta das duas.

No segundo, o estudo quantitativo, analisaremos os dados provenientes do inquérito por questionário, tentando relacionar a qualidade de vida e as experiências de participação em associações. Assim, começaremos por caracterizar os dados do registo biográfico dos participantes (Grupo A de questões), passando de seguida às experiências de participação, numa lógica de ação e reflexão (Grupo B de questões), terminando com a análise do Grupo C de questões do inquérito, relativas à satisfação.

CAPITULO III

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

III – Apresentação e discussão dos resultados

1. Estudo qualitativo – Entrevistas a líderes associativos

Como salientamos anteriormente podemos ler, as entrevistas são um excelente veículo para obter informação sobre as estruturas sociais, através da “voz” dos próprios sujeitos e percecionando através do seu testemunho a visão que estes têm da realidade em que estão inseridos, no caso, as associações que estudámos. Estes participantes possuem um conhecimento experiencial, rico em vivências no interior dessas associações, e o seu contributo é, por isso, fundamental para a investigação.

O objetivo destas entrevistas foi recolher as opiniões dos líderes associativos, sobre as atividades desenvolvidas, os serviços prestados à sua comunidade e o funcionamento destas associações. Outros objectivos prenderam-se com a recolha de informação sobre o contributo pessoal destes líderes, as dinâmicas de participação e envolvimento dos associados, bem como o papel que as novas tecnologias têm nas dinâmicas associativas.

Apesar de fazermos uma recolha séria e metódica de informações relevantes, as entrevistas decorreram num ambiente informal, nas respetivas associações, onde os sujeitos puderam expor os seus pontos de vista, as suas próprias perspetivas.

1.1 Participantes

O **Entrevistado A** é um indivíduo do sexo masculino, com 56 anos que desempenha a **função** de secretário na Associação 1 desde a sua fundação. “(...), eu desde o início fui sempre o secretário da associação, ainda hoje o sou.”

É ouvinte, tem um curso superior (Licenciatura – Professor do 1º ciclo) e várias especializações na área do Ensino Especial. “(...) nessa altura era coordenador da ECAE, Equipa de Coordenação do Ensino Especial, e estava também a fazer

a especialização em ensino especial e tinha, tive um ou dois alunos surdos, mas durante pouco tempo.”

Já desempenhou cargos autárquicos e tem grande influência no meio. “(...) porque era membro da Junta de Freguesia e foi a Junta de Freguesia que deu o primeiro impulso à vontade de um grupo de associados surdos, que viviam na cidade, ou por cá se encontravam para com...para fazerem uma associação.”

Apresenta uma forte ligação à associação e envolve-se bastante nas suas atividades. Os **motivos** que o levaram a pertencer à associação são os seguintes: “Foram três motivos, o primeiro porque estava na Junta de Freguesia eh...o segundo porque era professor do ensino especial e o terceiro porque tenho uma irmã com um défice auditivo grande.”

Integrado no processo de criação da associação, desde o seu início, em 2001, o seu **envolvimento** passa principalmente por apoiar a associação: “Eu fui ficando mais de apoio (...) era necessário que alguém, um ouvinte lhes desse algum suporte, sobretudo nos contactos com o meio. (...) apoio a associação, sou membro da direção, assumo essa função,..assumo essa função enquanto membro deste órgão de direção.” “Eu tenho dado o meu contributo, sobretudo, a nível da escrituração, do contacto com o exterior,...” “Eu também tenho assumido o papel de repórter nos jornais, aliás, só escrevo sobre os surdos e para quê? Porque há pessoas que sabem muito da vida dos surdos, pelo facto de lerem jornais. E quando veem isso é um ponto forte.”, num contributo parcial mas voluntário, como o próprio afirma: “Totalmente!” (voluntário) “Não (...)” (tempo inteiro). Uma vez que, apesar de afirmar que a associação se criou por força e vontade dos surdos, entende que só essa vontade não chegava para a criação de uma associação.

O **entrevistado B** é uma mulher de 51 anos, filha de pai surdo e grande conhecedora da comunidade surda, uma vez que o seu envolvimento com esta vem desde a nascença. Como podemos ver pela sua afirmação, (...) *a minha língua materna é a língua gestual, eu fui criada no meio de surdos portanto, falar, para mim, veio muito mais tarde.*

Sócia fundadora da Associação 2, ocupa o cargo diretivo de Vice-presidente desta e para além de ser uma pessoa extremamente envolvida nas questões desta comunidade, é visionária e dona de uma forte determinação para com esta luta. Foi depois de um pedido do seu pai que iniciou esta aventura e fez nascer a associação.

(...) a ideia surge do facto de o meu pai ser surdo e ter-me pedido que...os surdos estariam um bocadinho sem...identidade enquanto grupo e que teriam necessidade de uma associação para se reunirem. Nesse contexto, pediram-me a colaboração, uma vez que eles teriam dificuldade em fundar uma associação, se eu poderia ajudar a fundar uma associação (...) sou sócia fundadora da associação.

No entanto, apesar de ter ajudado a criar a associação e de ser a sua atual vice-presidente, desde cedo recusou ocupar cargos diretivos, apenas queria que o seu contributo fizesse a diferença em prol desta comunidade que como diz: *Há coisas na vida que não têm explicação. Está-nos no sangue. E esta causa, não tenha a mínima dúvida, é uma causa que eu sinto (...) isto é muito mais profundo do que o querer fazer, mas muito mais profundo, muito mais profundo mesmo. (...) desde o princípio que me recusei a...ter qualquer cargo diretivo. A questão é que a responsabilidade da associação cresceu imenso, e foi a própria direção da associação que entendeu que eu deveria fazer parte da direção e só nesta direção é que passei a ser vice-presidente.*

Ouvinte, Licenciada e atual Sócia-gerente de uma empresa, dedica grande parte do seu tempo à associação, *Eu diria que é a tempo inteiro. Eu despendo muito mais de 40 horas semanais na associação. (...) se diz, se eu tenho aqui um horário de manhã, de tarde e à noite, não tenho. Eu tenho uma empresa (...) trabalho lá a tempo inteiro e dedico, seguramente, outro tempo inteiro à associação.*

Recusando falar na primeira pessoa, assume que fez e deu o seu melhor para que a associação existisse, em prol do apoio aos surdos, sempre com um sentido de missão, afirma que esta é a sua causa. *(...) vou-lhe dizer com toda a honestidade, (...) a minha família é esta. Mas inequivocamente (...). No dia que*

os surdos tiverem, Intérpretes de Língua gestual disponíveis, sem pagamento, 24 horas. No dia que os surdos consigam emprego (...) que nós possamos contribuir para que ele consiga o posto de trabalho (...). No dia que acharmos que todos os direitos dos surdos estão salvaguardados, pode crer que eu cumpro a minha missão.

1.2 Análise de conteúdo

Assumindo uma postura concordante com Goetz e LeCompte (1984:167) que, como vimos acima, caracterizam a análise de conteúdo como um “processo cognitivo de descoberta”, como uma “manipulação de categorias” e as relações existentes entre estas, pretendemos analisar os dados recolhidos, de forma organizada, dividindo-os em categorias e subcategorias, de forma a destacar o que nos pareceu relevante.

Seguem-se as análises de conteúdo, das duas entrevistas, extraídas de duas grelhas semelhantes que construímos de acordo com o que entendemos ser o mais importante, tentando sempre ir de encontro aos objetivos das entrevistas. Registaram-se pequenas diferenças entre as grelhas das duas entrevistas, que passamos a enunciar, uma vez que as informações recolhidas variaram um pouco. As grelhas de análise de conteúdo encontram-se em anexo (*Anexos V e VI*).

As categorias incluem **A (Contributo Pessoal dos entrevistados)**, onde colocamos, organizadas em subcategorias, as informações sobre a função A1 que o entrevistado desempenha dentro da associação; os motivos A2 que os levaram a isso e ainda, o seu envolvimento A3 e missão A4. Da análise da entrevista 2 surgiu mais uma subcategoria, no âmbito do contributo pessoal, a visão A5 que a entrevistada tem sobre temas como a cultura surda e a afirmação de direitos destes.

Na segunda categoria, **B (Atividades)**, destacaram-se as principais atividades B1 desenvolvidas pela associação e a forma de divulgação B2 destas. Mais uma vez

a grelha de análise da entrevista 2 é diferente, apresentando apenas a primeira subcategoria.

A categoria **C (Novas Tecnologias)** não apresenta subcategorias. Depois temos a categoria **D (Participantes)** onde destacamos duas subcategorias, a que fala nos números de associados (D1), , e a que exprime a sua participação e envolvimento (D2) nas vivências associativas.

Por fim, na categoria **E (Associação)** também existem diferenças: na grelha da entrevista 1, esta categoria, tem dez subcategorias, são elas: criação (E1) da associação, tipo (E2), a caracterização do espaço e das instalações (E3), a forma de organização (E4) desta e os seus principais objetivos (E5). Seguem-se as parcerias e protocolos (E6), desenvolvidas pela associação com outros parceiros e associações, o trabalho desenvolvido pela associação (E7), as principais dificuldades (E8) sentidas, um pouco da sua história (E8), terminando com os projetos (E10).

Já na grelha de análise da entrevista 2 esta categoria tem apenas oito subcategorias, sendo que algumas são iguais. Assim, temos a criação (E1) da associação, o seu tipo (E2), as instalações (E3) e a organização (E4). Depois aparecem as parcerias e protocolos (E5), seguidas da história e momentos (E6) mais marcantes da associação, uma breve alusão aos direitos e legislação (E7) relativos às pessoas surdas e, por fim, os projetos (E8).

Passaremos à análise propriamente dita, tendo em conta a organização atrás descrita, para no final nos debruçarmos sobre as ideias nela presente, fazendo a discussão dos resultados da mesma.

Associação 1

A **criação** desta associação nasce de um anúncio feito pela Junta de Freguesia, que assumia pagar a escritura pública da constituição de associações, a fim de promover, criar e desenvolver o associativismo local. Aproveitando esta oportunidade, um grupo de surdos que se encontrava na cidade, por ocasião das

festas escolares dos filhos, na rua ou em casa uns dos outros, decidiu criar, a 6 de Novembro de 2000, a associação de surdos.

“Essa é a data da escritura pública, que foi paga pela Junta de Freguesia como pagávamos as outras. Eh...a primeira sede, funcional, foi na própria Junta de Freguesia, reuniram algumas vezes.”

No entanto, a existência e sobrevivência inicial da associação foi um pouco atribulada, como nos conta o seu secretário, que questionado acerca de um momento merecedor de destaque nos indica a mudança de instalações, como uma conquista.

Destaco a mudança para estas novas instalações. Nós vivemos durante muito tempo em instalações alugadas, numa zona onde havia cheias, e todos os anos tínhamos uma ou duas vezes que andar com a casa às costas, porque tínhamos que lavar tudo o que as cheias estragavam (...).

A história desta associação não se limita a isto, o mesmo conta que no início, era tão grande o entusiasmo que o, na altura, membro do secretariado Nacional de Reabilitação, Dr. AF, vinha de Lisboa, dar força, entusiasmo e abrir algumas portas a este grupo, que ainda na salinha da Junta de Freguesia, tentava dar visibilidade à associação. Seguiu-se a divulgação nos jornais, começaram a organizar atividades e assim, foram avançando até à primeira sede, na referida zona de cheias. Com um espaço inundado e cheio de lama, esta comunidade associativa arregaçou as mangas e fez-se ao trabalho.

Depois aquilo foi uma festa e já o princípio da união dos surdos, que fizeram limpezas, que ajeitaram (...) a pouco e pouco foram construindo, a sede que era pequenina, tornou-se mesmo pequena. Então, tiveram que alugar ao senhor, aí já alugar, um espaço (...) de uma oficina que... Tivemos que pôr paredes abaixo, construir casas de banho, construir uma secretaria, organizar as coisas...e a sala de ponto de encontro era num terraço que ele tinha, que era comum a várias lojas que ele lá tinha. E aí foram dois, três anos (...) engraçados.

Algun trabalho depois, conseguiram finalmente, que a Câmara Municipal lhes cedesse aquelas que são as atuais instalações da associação, *depois de uma luta de vários anos com a Câmara Municipal conseguimos que nos fossem cedidas*

estas instalações. Instalações que, como diz, são razoáveis (...) e, orgulhoso afirma, fomos a instituição que deu mais movimento a este local, que estava meio abandonado e que agora já está cheio de instituições. E com as quais se pode fazer algum trabalho. Demonstrando aqui que esta associação de surdos tem hábitos de trabalho em parceria.

Esta sede está espacialmente bem organizada, e cada espaço tem as suas valências, funções e propósitos. Desta forma, (...) o bar, o centro de convívio, a esplanada seriam locais mais próprios para o convívio e para o encontro. (...) a sala central que nós chamamos o salão, que é onde está a televisão com a sporttv (...) os computadores disponíveis com a internet (...). Depois temos uma zona mais resguardada, (...) onde estão guardados os documentos, chamada a sala da direção. (...) uma sala projetada para formação, (...) que ainda não está ainda completamente equipada. Mas aí será a formação exterior, a formação interna.

*Seguindo, em 2002/2003 a associação filiou-se na FPAS, muito por influência e apoio da Associação de Surdos do Porto, (...) sentimos como se fosse nossa madrinha ou padrinho (...), em 2004 constituiu-se como uma IPSS. Os seus **principais objetivos** são ocupar os associados, sensibilizar a comunidade para a existência dos surdos, da associação e de uma língua e cultura diferentes.*

(...) penso que, um grupo grande de pessoas da comunidade, começam a olhar as pessoas surdas com outros olhos. (...), nós lutamos para que, este, ao menos este espaço seja um ponto de referência e, e de encontro para os surdos desta região toda. (...) terem locais onde se possam encontrar, usar a sua língua, trocar as suas experiências. (...) ocupar e, sensibilizar e, tentar unir e, tentar dar alguma resposta propondo atividades e depois...quando, quando eles estiverem mais unidos e forem mais e, quando houver mais consciência na comunidade de que poderia haver melhor resposta para eles então, penso que surgirá um outro tipo de resposta (...)

*Para atingir estes objetivos a associação dedica-se a **atividades** de índole maioritariamente recreativa, cultural e desportiva, no sentido de ocupar os seus associados e de ser um ponto de encontro e referência para ambas as*

comunidades. Desta forma, quando questionamos o entrevistado acerca das atividades que a associação organizava este respondeu:

(...) temos grupo de teatro, temos atividades desportivas, temos atividades culturais e recreativas, desde os passeios para conhecer Portugal, por isso há vários projetos. “Á descoberta de Portugal” é um título que nós damos, que nos leva a conhecer várias regiões do país, todos os anos fazemos três, quatro viagens (...) abrindo aos sócios e aos familiares. Temos também o festejo de datas, aniversários, dia das bruxas, S. Martinho, festa da primavera. Os surdos fazem vários concursos, torneios desportivos, desde as cartas, ao ténis, aos matraquilhos, depois tem o futsal, (...) a pesca desportiva. Todos os meses há sempre uma, duas ou três atividades. (...) podem ver filmes, também temos essa atividade uma vez por mês.

Algumas destas atividades são organizadas e **divulgadas** de forma sistemática através de um boletim trimestral, onde estão as atividades que irão acontecer e uma breve referência das atividades que já aconteceram, para como refere, *apanharem o apetite para virem para a segunda*. Através desta informação os sócios e não sócios podem inscrever-se para participar nas respetivas atividades, o boletim é enviado por correio ou, para quem já utiliza e tem, por correio eletrónico. Outra forma de divulgação é a imprensa local, que surge para compensar o facto de esta associação não ter, nem utilizar as novas tecnologias, nem as redes sociais (internet) para divulgação de atividades e para dar visibilidade à própria associação.

Eu penso que é sempre uma porta que se tem que explorar e que está por explorar. Para compensar isso, nós utilizamos muito a imprensa regional, tanto para divulgar o que se vai fazer, como depois para fazer um relato do que se passou, para manter não só os surdos informados, mas a própria comunidade.

Relativamente às **novas tecnologias**, aproveitamos o facto de a associação não ter criada uma página na internet, um site que pudesse servir as intenções desta, divulgar as atividades, projetos e acontecimentos, ser um espaço de discussão, opinião, etc., também o não estar ativa nas redes sociais para questionar o entrevistado acerca da falta que faria um departamento informático, que pudesse

colmatar esta lacuna. Concordando, afirmou que existem associados que até sabem como criar um site e *mantê-lo mais ou menos funcional*, no entanto, entende que estes *não têm capacidade para gerirem uma página porque depois, a nível dos textos é muito difícil e, o que sai para o exterior tem que ter alguma, regra de, (...) não pode ser lançado (...)*. Prossegue comentando que o funcionamento e direção da associação deve, na sua maioria, ser feito pelos surdos, entende que tem *que dar uma ajuda, (...) facilitar a vida, mas não pode ser o dirigente. Os dirigentes são eles, o ex-presidente, que tinha uma grande bagagem e, bastante capacidade, porque falava com relativa facilidade, desenvolvia muito trabalho e agora, esta nova equipa é mais limitada. São cumpridores do existente, mas não alargam horizontes.*

Como IPSS que é, a associação está **organizada** de acordo com o que legalmente é exigido pela segurança social, quer em termos burocráticos, de contabilidade, quer em termos de organização efetiva. Como membro da FPAS tem igualmente responsabilidades, tendo que apresentar planos de atividade e gerência, o contributo do entrevistado, como secretário, passa muito por estas funções. Organizada por departamentos, pelos quais existe sempre uma pessoa responsável, na maioria dos casos é o próprio. Assim, a associação tem o *departamento da formação* do qual é responsável e que, quando tinham uma intérprete a tempo inteiro (voluntariado) também estava envolvida e responsável pela formação; o *departamento desportivo*; o *departamento cultural e recreativo*, no qual está englobado o grupo de teatro, também há outra pessoa e, por fim, o departamento de divulgação e contactos com o exterior, que fica também a cargo do entrevistado, *normalmente sou eu que, que dou os últimos retoques.*

O próprio continua, destacando as **principais dificuldades**: talvez a maior lacuna, a dificuldade que apresentam para resolverem as coisas com o exterior, afirmando que não pode ser a associação a resolver os problemas que o Estado deveria resolver. Para este, a associação é apenas um meio de ajuda, uma vez que as condições que tem lhe permite ser um ponto de referência para os surdos, mas esta não possui todas as soluções. Aponta ainda, que a principal razão para que tal aconteça é a falta de recursos.

Se nós tivéssemos uma técnica de Serviço Social, se nós tivéssemos uma intérprete permanente, poderiam, com a existência de uma carrinha, (...) outros surdos que estão isolados nos seus concelhos, nas suas terras, podiam receber uma ajuda que nós não conseguimos dar. Nós praticamente, não passamos da vida associativa e do centro de convívio. A outra parte que seria muito útil para as pessoas surdas, essa, a associação não tem capacidade para a fazer.

Aproveitou a ocasião para apontar aquela que, na sua opinião é a maior dificuldade da associação, a falta de recursos como uma intérprete a tempo inteiro, colocada pela FPAS e disponível para desenvolver diversos tipos de trabalho. Também chamou à atenção para o facto da associação estar a tentar sobreviver, comparativamente com outras associações de surdos que, como afirma, estão a *passar mal*.

A grande dificuldade que a associação tem é, não ter (...) uma intérprete a tempo inteiro. (...) já várias vezes pedimos à Federação, que colocasse na associação, uma intérprete que eles costumam utilizar a nível nacional para apoio jurídico, ou outros apoios, para facilitar a vida dos surdos. Devia estar colocada pela Federação, na associação local, sempre disponível para os trabalhos a nível da Federação. O resto do tempo estaria para dar apoio ao funcionamento e organização da associação e também, ao apoio local, (...) muitas vezes..é preciso ir ao médico, é preciso ir a um serviço público.. (...), e isso faz muita falta e sentimos essa lacuna muito grande.”

O que eu tenho sentido é que ela tenta sobreviver, mantendo aqui este ponto de referência. (...) nós lutamos para que, este, ao menos este espaço seja um ponto de referência e, e de encontro para os surdos de, desta região toda. Porque essa é uma das lacunas da vida deles, é terem locais onde se possam encontrar, usar a sua língua, trocar as suas experiências.

No entanto, muitos esforços têm sido feitos, em grande parte estabelecendo **parcerias** com outras instituições e, através de **protocolos**, no sentido de diminuir esta falta de resposta. Em 2010, por exemplo, a associação tornou-se membro de uma união de IPSS's do concelho que ocupa, contando neste momento já com 32 instituições locais. Esta plataforma é utilizada para divulgar a

associação e as suas atividades a nível concelhio e dela recebem também apoios logísticos e económicos. Afirmam com convicção que tentam, enquanto associação, não viver fechados em si mesmos, que tudo o que esta tem é para eles e para os outros, numa lógica de partilha. Dá o exemplo do grupo de teatro, que empresta material de iluminação, recentemente adquirido, para que possam depois ter portas abertas e solicitar de volta, outros apoios às respetivas instituições.

(...) como somos membros da União Concelhia das IPSS's, começamos a receber algum apoio, sobretudo logístico e esperamos outros apoios porque, como somos membros temos alguns direitos, as outras IPSS's consideram-nos iguais a elas e podem-nos pois ajudar em algumas coisas que elas têm e que nós não temos e que pode ser útil. E nós é igual.

(...) fizemos até um protocolo com uma instituição que se candidatou à construção de um lar, um lar residencial (...), onde os surdos têm já um ponto de referência aí.

Essa lógica funciona também em relação a outras associações de surdos, num intercâmbio forte, sempre tentando responder aos pedidos, para tal muito contribuiu a aquisição de uma carrinha. As deslocações ficaram mais económicas e facilitadas, aumentando assim o gosto por participar nas atividades de outras associações e, também, por receber outras comunidades na sua associação.

Sim, há, há entre as associações um intercâmbio e eles fazem, esta associação faz questão de corresponder aos pedidos. Agora, com a carrinha é muito mais fácil, antigamente era muita despesa, e também eles sentem a necessidade e o gosto de organizarem coisas, (...) que sejam a nível nacional.

Exemplos destas atividades são os Torneios Amizade de Pesca, em que já no próximo participarão quatro associações de surdos de outros pontos do país, da mesma forma, conta como já participaram em atividades de outras associações, desde o Norte até ao sul de Portugal *(...) penso que já, já fizeram intercâmbios com todas as associações, até com Faro. (...) algumas porque são mais perto ou, porque têm uma atividade, por exemplo a Amadora é uma das que alinha sempre. Porto foi bastante, Guimarães, Braga (...) Também Coimbra, o grupo que está lá*

constituído, também temos ido (...). Outro exemplo, os Convívios Nacionais de Surdos, ideia original de um dos sócios da associação.

2004, a associação entendia que estava no contexto nacional e começou a organizar o primeiro convívio nacional de surdos. (...) lançamos a ideia, a partir de um sócio que queria organizar sozinho e, a associação assumiu essa tarefa e reunimos no concelho várias associações. Este ano em Coimbra, pois teve um ano que não se fez, voltamos a repetir, o segundo convívio nacional, este já na zona da Bairrada, que entendemos que devíamos ir mudando de localidade e de concelho, até para dar outra visibilidade à região. Ultimamente, outras associações ou a Federação assumiram isso como uma atividade que estão a juntar no dia nacional do surdo, agora em Setembro, no dia 25 em Coimbra, é a marcha da comunidade surda e o quinto encontro nacional. Começaram aqui por nossa iniciativa.

Em relação aos seus **participantes**, como já podemos ver anteriormente, esta associação conta com uma massa associativa de 217 sócios efetivos, sendo que cerca de 30 são frequentadores habituais. Embora alguns, poucos sócios, venham todos os dias à associação, é aos fins-de-semana que se verifica uma maior participação, com os 30, 35 elementos. O entrevistado afirmou que, quando fazem atividades, costumam duplicar a frequência, atingindo números que chegam aos 70, 80 elementos.

Os indivíduos que frequentam a associação vêm de áreas geográficas muito afastadas da associação, inclusive de outros distritos, o que faz dela uma associação muito alargada, embora sejam os *associados locais que aguentam o funcionamento da associação, é uma associação quase que a nível regional (...)* temos surdos que vêm desde Espinho, desde Viseu, até Coimbra, Figueira da Foz, toda esta zona se concentram aqui. (...) sentimos que, há outras pessoas surdas, de outras regiões do país que costumam aparecer por cá. (...), sabem que está a funcionar a associação à sexta-feira ou ao sábado e de vez em quando aparecem um carro, ou dois, ou três, aparecem por cá. Quando há atividades participam nas atividades, quando não há estão nas atividades normais

do convívio. Porque cartas nesta casa há todos os dias, e outras coisas no género.

Quando se toca na questão da **participação e do envolvimento** dos seus associados o secretário responde, existem atividades diferenciadas para que se possa abranger públicos de faixas etárias diferentes, alerta também para a conjectura nacional e para o facto de, como já foi referido, os participantes viajem de locais distantes à associação. Estes últimos pontos justificam uma diminuição em termos de participação, como podemos ler a seguir:

Algumas são mais específicas para os mais novos, torneios e não sei quantos, aí vêm eles, os mais novos. Festas de aniversário, passagem d'ano, alguns passeios vêm os mais, os mais idosos também. Mas notámos que, nos últimos tempos, o número de pessoas a participar tem diminuído um pouco. (...) penso que os termos económicos devem estar desmotivar as pessoas. Nós fazemos sempre coisas, é o preço mínimo para as coisas funcionarem, e algumas até são gratuitas, mas (...) há um impedimento, o facto de a associação ter adquirido uma carrinha tem facilitado a vida a alguns, não muitos, porque não conseguimos ir a muito longe, buscar algumas pessoas para uma atividade, quando se inscrevem e não têm transporte.

Em jeito de conclusão e, convidado a acrescentar algo que no seu entender fosse pertinente, o entrevistado falou no **trabalho da associação**, que considera bom, pelo facto de promover o encontro, a integração das pessoas surdas na comunidade, a acessibilidade a novos espaços, etc.

Este trabalho que a associação faz, (...) é muito bom pelo facto de, de permitir o encontro entre as pessoas surdas. (...) pelo facto de ter aqui um ouvinte na direção, que permite fazer algum, algum ponto de ligação com a comunidade (...) é fundamental na integração das pessoas na comunidade e abrir as portas para que eles tenham acesso. Eu (...) tenho notado que, quando vamos a uma atividade com uma outra instituição, as pessoas que eles começam a conhecer são pontos fortes para eles. Depois, noutras atividades ou noutras ocasiões, em que já não está a associação por detrás, mas eles encontram essas pessoas e

eles agarram-se a essa experiência positiva que tiveram... que fica, dá resultados e que a eles dá segurança e às outras pessoas também.”

Questionado, por fim, se devido a todas estas dificuldades, era sua intenção desistir, ou baixar os braços, hesitou, respondendo que às vezes *apetece*, no entanto, pensa que *é importante permanecer pelo facto de ser útil*.

(...) se eu sentisse que eles estavam autónomos e, e que a sociedade estava pronta para os receber sem problemas, eu já teria ido embora para outras coisas. Mas sinto que ainda há muito para abrir portas e abrir oportunidades a estas pessoas. Têm uma capacidade enorme de trabalho, têm uma, dentro das possibilidades e dos conhecimentos que eles têm...uma dedicação enorme. Sinto que precisavam de novas oportunidades de desenvolvimento porque, de facto, em algumas coisas eles estão limitados mas, sozinhos não se safariam e, eu se passo aqui algum tempo e se abro algumas portas é por que sinto que ainda é necessário. Era bom que não fosse mas ainda é necessário. Termina afirmando, com alguma tristeza (...) é uma luta que é para continuar e, e que não é fácil ser vencida.

Um grande **projeto**, considerado de extrema importância, é a aposta na formação, existe a intenção de dar formação de LGP à comunidade e também aos associados surdos, de Língua Portuguesa e Informática. Foram, conforme aponta o entrevistado, aproveitando a facto de serem membros da União das IPSS's, para divulgar a oferta. No que diz respeito à formação para as pessoas surdas, a falta de recursos humanos, tem dificultado a tarefa. Este aponta o facto de não terem uma intérprete a tempo inteiro, responsável também pela formação, como um impedimento para cumprir o sonho do ex-presidente desta associação.

Nós estamos agora a lançar cursos de Língua Gestual e estamos a utilizar as instituições, porque haviam pedidos e eles estão a fazer a divulgação (...). Estes cursos são para a comunidade (...) são para a comunidade porque acho..pensamos que tem que haver uma arma nas mãos das pessoas da comunidade que, conhecendo a língua materna dos surdos, poderão depois abrir algumas portas em termos da comunicação, que é a grande barreira que sentem. (...) a formação interna, que nós não conseguimos dar ainda...avanço a ela

porque precisávamos de alguém voluntário que viesse dar formação de Língua Portuguesa. Ainda não conseguimos que os surdos se entusiasmassem para fazerem, era um gosto do antigo presidente, mas que nunca chegamos a avançar. Era a Língua Portuguesa e a informática, eram duas áreas que nós gostávamos que eles desenvolvessem.

Associação 2

Esta associação foi **criada** em 2005, como dissemos atrás, de um pedido do pai (surdo) da entrevistada, na tentativa de unir os surdos, para lhes proporcionar um espaço de encontro, partilha e convívio.

A funcionar desde o início em instalações provisórias, considera-se do **tipo**: *associação de surdos de apoio a surdos*, no entanto, a entrevistada assume que, por este facto a associação é muitas vezes criticada. Defendendo a sua vertente de apoio refere: (...) *porque é que ela é uma associação de surdos de apoio a surdos? (...) Porque não há instituições, que eu conheça, que são de apoio a surdos. Elas são associações que fazem coisas..mas de apoio a surdos, eu não conheço instituições portanto..a ideia era uma instituição que ajudasse os surdos no seu dia-a-dia, na empregabilidade, na necessidade de serem..de sermos parceiros,...numa possibilidade de emprego, enfim, a ideia foi muito mais alargada do que isso.*

Para desenvolver esta ideia, a vice-presidente reforça a importância das novas **instalações**, uma vez que com um espaço maior, com mais valências, se poderá dar vida a todos os projetos idealizados. (...) *a nova sede (...). É um edifício antigo em estado novo, uma coisa lindíssima, uma...uma escola, uma ex-escola (...) esta é uma sede provisória, não é uma sede definitiva e aqui não é possível coabitarem várias atividades e várias ações porque o espaço, apesar de dizerem que é grande é muito pequeno porque é uma sala única. (...) esta nunca foi a sede definitiva, sempre uma sede provisória, (...). Quando tivemos este espaço, que não é mau de todo, acho que até é um espaço bastante digno, este não era o definitivo, portanto, sempre chamamos a este espaço uma sede provisória, nós*

dizíamos: nós, vamos para um espaço maior, mais amplo, onde possamos fazer, concretizar todos estes sonhos que temos.

Desta forma, quando questionada sobre as principais **atividades** da associação, esta afirma que, *as atividades enquanto sociais e culturais, são aquilo que eu chamaria vulgarmente, enfim o que qualquer instituição, mais ou menos, faz. Portanto, aí não seremos muito diferentes (...). Em termos de atividades socioculturais, não temos muita inovação, nem é esse o nosso objetivo, sermos inovadores aí.* No entanto, a partir de 24 de Setembro, data de inauguração da nova sede, as ambições mudam, alargam-se, dizendo: *nós queremos ser inovadores é nos serviços que os surdos tenham acesso livremente e sem pagamento*, dando assim início a novos projetos, bem como a projetos que ainda nasceram nas antigas instalações. Como é o caso dos processos de RVCC, que apesar de já acontecerem nas atuais instalações em condições um pouco precárias, terão lugar de destaque nas novas instalações. Falando deste projeto com orgulho a entrevistada diz:

(...) posso-lhe dizer que essa foi a nossa grande ação do ponto de vista, da pequenez que nós éramos. Nós fomos (...) a primeira entidade no Norte do país a ter RVCC's para surdos, ou seja, nós queremos provar que somos capazes de fazer coisas pelos surdos. (...) Ele é feito aqui em condições super mega precárias, mas não importa, agora com a nova sede (...) estaremos organizados de outra maneira e portanto, RVCC evidentemente que é para continuar. Tivemos o primeiro, (...) grupo, que foram 4 grupos na ordem de 8 alunos cada um portanto, temos neste momento á volta dos 30 31 e, vamos ter, agora já temos uma turma para abrir com mais 8 que..faremos abertura lá já na nova casa. E, e estes que estão irão também para a nova casa, irão já para a nova casa porque a continuidade do curso será lá. E vamos continuar com o RVCC porque (...) foi aqui que nasceu, aqui é o berço dos RVCC para surdos em termos do Norte do país.

Em seguida perguntei porque motivo tinham dado início aos processos de RVCC, foi um pedido dos associados, era uma necessidade manifestada por estes: *os surdos tinham essa necessidade mas confrontados com o RVCC regular, não era*

*possível! Porque eles não têm capacidade para fazer um RVC..! Não têm capacidade não, eles não têm a informação disponível, na língua possível, para se provar que têm capacidade para fazer um RVCC. Portanto eles precisam de.. ter os conteúdos, sobretudo, em língua gestual. Ultrapassado esse problema o RVCC está disponível, portanto, estão a fazê-lo sem problemas nenhuns. Relativamente ao **parceiro** com o qual desenvolveram este projeto nós não tínhamos competências para o fazer, nós diretamente, mas fizemos um acordo com uma escola, que ela sim, executou essa necessidade.*

*Esta associação teve o seu início no ano de 2005, iniciamos todo o processo, **organizada** em dossiers, em áreas de trabalho e com um projeto de vida completamente organizado. A vice-presidente da associação explicou a forma como está planeado o desenvolvimento e crescimento desta, a 1ª fase era a fundação da associação, (...) com as instalações provisórias. A 2ª fase seria viver nessas instalações provisórias até vir a nova sede e a 3ª fase é aquela que eu considero já o começar a rampa de lançamento (...) o que serve para quê? Portanto, posso-lhe dizer que até 24 de Setembro teremos pronto o manual de procedimentos e é esse manual de procedimentos que com, os objetivos da associação, com as nossas atividades, com tudo o que nós pretendemos fazer, vai nos dar um bocadinho o caminho, do que vamos fazer, quando o vamos fazer, em que datas o vamos fazer (...). Numa organização por dossiers, como podemos ver acima, (...) nós vamos funcionar um bocadinho por dossiers. O dossier comunicação vai ficar a cargo de uma pessoa que depois essa terá não sei quantas pessoas a trabalhar com ela, tudo em voluntariado e vamos escalonar tudo, pequenos departamentos. Porque é mais fácil ter 20 departamentos e 20 pessoas a trabalhar cada uma no seu departamento, do que termos uma a fazer...depois haverá um coordenador, que essa coordenação não tenho dúvidas nenhuma, passará por mim e pronto, vamos trabalhar por departamentos. E depois esses departamentos serão, terão alguma autonomia, dentro do que está definido em termos de estratégia, em termos de plano de ação.*

*Apesar de não poder divulgar quem são os **parceiros**, afirma que estes já existem e estão disponíveis para financiar alguns desses dossiers, um vai*

financiar a Língua Gestual, outro vai financiar, se calhar, as intérpretes, quer dizer, temos essa, essa possibilidade.

Este plano de ação, os **projetos** que têm vindo a ser citados e os grandes pontos de referência serão, segundo a entrevistada, um centro de dia com apoio ao domicílio para os surdos idosos, uma bolsa de intérpretes disponível 24h por dia e cursos de língua gestual para a comunidade da dita *cidade bilingue*.

A nossa atividade vai-se debruçar, fundamentalmente, num centro de dia, (...) de apoio domiciliário, (...) num serviço de intérpretes 24h, (...) talvez o projeto mais megalómano que nós temos, uma vez que esta classifica de falido, injusto e discriminatório o modelo em que os surdos têm de pagar para terem acesso a intérpretes de LG.

(...) professores de língua gestual disponíveis para dar cursos, também eles, quase gratuitos, (...) e tudo o resto é financiado, portanto, os cursos de língua gestual para nós são fundamentais (...) no âmbito da Língua Gestual Portuguesa, ensinar língua gestual nos restaurantes, nos cabeleireiros, ou seja, com objetivos funcionais, isto é, no restaurante nós só vamos ensinar o vocabulário que tem a ver com o restaurante (...). Quando alguém vai ao centro de saúde (...) possa, (...) fazer uma remarcação com direito a intérprete sem qualquer pagamento. Quem diz isso, qualquer outra coisa, que de facto a cidade, mesmo a própria câmara quando tiver serviços, vai apoiar os serviços, no caso dos surdos, com uma intérprete de língua gestual. Não uma intérprete para onerar custos mas em parceria com a associação portanto, eles precisam, requisitam, nós vamos lá, fazemos o serviço, fazemos a informação e vimos embora. Os bancos idem aspas, portanto, a tal cidade de acolhimento de surdos. Uma verdadeira cidade bilingue, sem dúvida!"

Dentro dos projetos que estão desenhados, e que conta realizar no futuro, apresentou alguns, um deles é a parceria com os centros hospitalares, que consiste num apoio efetivo, das pessoas surdas, aos casais ouvintes que se deparam com o nascimento de um filho surdo, através da associação. (...) *um casal de ouvintes, que tenha um filho surdo, logo imediatamente, passado 2h, tenha uma brochura, que é feita por nós (...). Que a pessoa leia e diga bom, está*

aqui uma perspetiva, para que não ouçam só um lado da questão. Denomina este grupo de pessoas surdas que voluntariamente, informam e apoiam os referidos pais de (...) Surdos Anónimos. (...) Aquelas pessoas que são anónimas, não se querem mostrar para coisa nenhuma, mas que passam informação para um casal que de repente se vê com uma criança surda e que (...) lhe mostram modelos (...). Na opinião da entrevistada, é muito difícil tomar uma decisão ouvindo só uma, uma possibilidade, é mais fácil tomar uma decisão ouvindo as várias pessoas. Portanto, aí vamos fazer um trabalho, de certeza, também notável, não tenho dúvidas porque, (...) queremos fazer. Explana depois, em que consiste essa rede de apoio: O que nós pretendemos fazer é, uma parceria com os hospitais, com os centros de saúde, etc (...). temos que ver quem é (...) que faz o atendimento (...) quando é detetada uma surdez, perceber quem é que trata essa situação. E percebendo quem é que trata, (...) sendo detetada no centro de atendimento, ou no centro local, ou no centro de saúde uma criança surda, filha de pais ouvintes, (...). A primeira coisa a fazer, (...), no meu ponto de vista, esses pais ouvirem um grupo de surdos absolutamente diferentes uns dos outros..e ouvi-los! Sentir esta..assim, o que é isto? (...) eu vejo-me com uma criança nas mãos e só ouço o médico. Não pode ouvir o médico, tem que ouvir as próprias pessoas para ver se elas são felizes, se são bichinhos do buraco, se não se defendem, se são uns incapazes, se são capazes, saber essa coisa toda. Depois de ouvir, dizer assim: Bom, agora vou pensar e vou tomar esta decisão. Depois de tudo o que ouviu. Eu acho que essa informação deve ser multifacetada, pronto. E as pessoas devem ter acesso a essa informação, (...) a partir daí, (...) as pessoas tomam decisões, as que acharem...

A nova sede, com estas valências e com as **parcerias** entre esta associação, a associação de intérpretes e a associação dos implantados, bem como a criação de uma federação deram corpo ao que a entrevistada chama de Casa do Surdo.

Quando começamos a pensar naquilo como uma associação de surdos (...) achamos que uma Casa do Surdo, com a nossa associação, era pequeno de menos, nós entendemos que era necessário algo mais abrangente. Porque nós não podemos viver em ilhas, isso é uma coisa completamente ultrapassada. Os surdos a tomar conta dos surdos, depois os implantados a tomar conta dos

implantes, depois temos os intérpretes a tomar conta lá das traduções, depois temos mais não sei quem a fazer não sei o quê...isso é um processo perfeitamente ultrapassado. E depois porque precisamos de ser parceiros do governo, mas inequivocamente, precisamos de ser parceiros do governo. Portanto, para que isto acontecesse, isto já foi um processo político muito trabalhado, nomeadamente com, agradeço a quem me ensinou porque...foi trabalhado com quem sabe mais do que eu, porque eu de facto há muita coisa que não sei. Então o que é que nós pensamos, pensamos que, a associação estrutural é a nossa, ok? Pronto, essa é a estrutural (...) Depois vai existir ali a sede também da APAIC, a associação dos implantados, a das intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e foi criada uma federação, de apoio à integração dos surdos, essa federação quer ser, e vai ser, parceira do governo para defender os interesses e tudo o que está na legislação acerca dos surdos, pronto. E a ideia da federação foi essa. Claro que os primeiros associados são os que são residentes e depois serão todos os outros que se revejam no nosso projeto. (...) é uma federação muito especial porque tem os surdos, os implantados e os interpretes. Portanto, a ideia é que se defenda o denominador comum das 3, que no fundo é a defesa dos interesses do surdo. Todos nós, se nós não tivéssemos os surdos, de certeza, se não houvesse surdos, nenhum de nós faz nada. Portanto, temos que defender os interesses dos surdos, para defender os interesses, automaticamente, das instituições. Porque se não houver surdos as instituições não existem portanto, temos...e temos que estar unidas nesse sentido.

Quem são as pessoas que fazem esta associação, qual é o nível de **envolvimento** que apresentam para com estas atividades, ideias e projetos. A vice-presidente apressou-se a comprovar, *Eles respondem as atividades de uma forma...fora do comum, que nós ouvintes, nas nossas comunidades interventivas, dificilmente conseguimos (...). A não ser que tenhamos uma máquina publicitária fantástica. Admitindo que se chegarem a bom porto será muito em parte da contribuição dos associados desta, afirmando que, (...) com eles vamos levar isto muito longe, nós vamos levar isto muito longe, sobretudo, continuo a dizer, para aquilo que é essencial para eles, coisas simples mas que eles não têm acesso.*

Depois quando conquistarmos essas coisas vamos querer outras, como é óbvio não é!

No entanto, a vice-presidente da associação relembra que no início eles não acreditavam que tal projeto seria possível, sequer realizável. Podemos verificar isso através das suas palavras, *Eles estão incrédulos e como estão incrédulos, como estão habituados a ser enganados todos os dias, eles olham para isto e dizem: Será? Eu lembro-me, (...) desde 2005, que toda a gente dizia: “Ah, nunca mais vamos ter um espaço, é impossível, tal.. Quando tivemos este espaço, que não é mau de todo, acho que até é um espaço bastante digno, (...), nós dizíamos: nós, vamos para um espaço maior, mais amplo, onde possamos fazer, concretizar todos estes sonhos que temos. E os surdos diziam: Impossível, não é possível, quem nos deu isto não nos vai dar mais nada, vai-nos empalhar, vai não sei quê! Até que eu desisti dessa luta. Desisti dessa luta, quando tivemos a sede, que fizemos, que nos entregaram as chaves agora no S. João, (...), quando eles viram todos eles disseram: Eu pensei que era impossível! Se eu não estivesse aqui, com as chaves na vossa mão, eu não acreditava. Portanto é assim, mas eu respeito profundamente isso, eu sei que isso é fruto de constantemente eles serem, entre aspas, enganados. Consciente ou inconscientemente, mas eles são.*

Termina afirmando que, a maior prenda que podia ter recebido, foi este empenhamento, porque foi através deste que pôde ter a certeza que eles acreditavam neste projeto.

De seguida apresentou-me exemplos desta contribuição pessoal, desta motivação para a participação e envolvimento e deste *voluntariado* em prol de uma causa, que apesar de ser sua não enfraquece a grandiosidade de tal doação.

Eles estão ativos, no sentido, só para ter uma ideia, (...), as obras que estão a ser feitas, estão a ser feitas por 6 surdos em regime de voluntariado. (...) em total voluntariado, eles estão a fazer uma média, cada um de 40h semanais lá na obra. Em voluntariado absoluto. Eu diria, e tenho dito isto muitas vezes. Não conheço, em lado nenhum de Portugal ou da Europa sequer que, meia dúzia de surdos, ou seja de que deficiência for, se..se doam a essa obra, de uma maneira, sem nada em troca. (...) Digo-lhe, eu chego dias, que eu chego a casa e Choro!, porque

aquilo é a manifestação mais linda que eu vi até hoje de espírito de grupo, de fazermos... A partir do momento que eles perceberam qual era a obra, eles estão a fazê-la, mas estão a fazê-la como se estivessem a fazer uma obra a ganhar os seus salários, bom, é uma coisa inexplicável!

Como **contributo pessoal** e, por curiosidade própria, a entrevistada decidiu promover um debate, sobre um tema que considera *fervente*, a *questão da cultura dos surdos*. Como diz a própria, *eu não acredito que haja uma cultura de surdos. (...) e nós queremos promover um debate com a comunidade científica (...) até a Amnistia Internacional está envolvida nisso (...)*. Passando a apresentar a sua ideia, a argumentar a sua posição diz com convicção (...) *não existe uma cultura surda, não existe*. Continua:

(...) Aquilo que eu entendo e que é para mim óbvio e lógico é, nós somos Portugueses e temos, de facto, uma identidade cultural Portuguesa. (...) Depois temos, especificações óbvias do caso de não ouvirmos. Uma pessoa que não ouve, naturalmente é desconfiada quando alguém ri, porque está a pensar: “estás a rir...estás-me a gozar ou não sei o quê...”, mas isso é porque não ouve (...). Portanto, o que existe é, especificidades do facto de não ouvir, que é outra coisa completamente diferente, não é uma cultura. (...) eu vou promover o debate porque temos que chegar a essa conclusão. (...) recuso-me a chamar uma cultura de surdos. Considero que é uma cultura Portuguesa que, sendo surdo, cego ou, não sei quê, tem especificações óbvias de quem tem um handicap, seja ele qual for.

Outra opinião pessoal que decide partilhar connosco prende-se com a capacidade que os surdos têm para se dar voz, para reivindicar os seus direitos, esta têm um ponto de vista muito interessante. (...) *os surdos para mim, eu costumo dizer isto que é um bocadinho ofensivo, mas eu vou-lhe dizer isto como eu sinto que é: Eles são culpados no estado em que estão... Porque eles são excelentes enquanto grupo, intergrupo, interação... mas, no que toca a darem notoriedade aos seus direitos, às suas necessidades, a tudo isso, eles nunca o fizeram bem, nunca. E eu percebo porquê, porque de facto eles não têm voz, ou seja, têm uma voz física, que não é igual à minha nem igual à sua, mesmo nós, enquanto vozes,*

temos dificuldade, às vezes, de manifestar a nossa opinião, ainda pior a nossa opinião publicamente que é uma coisa muito difícil, pronto, já é difícil para nós. Para eles eu diria que é uma missão quase impossível, porque para nós nos expressarmos, expressarmos uma ideia, ou fazermos uma reivindicação, para alguém que tem o poder, o poder é um poder ouvinte, a pessoa tem que ter um, um...para já tem que ter perfil capaz de o fazer, pronto. Já é um perfil especial. E depois tem que ser capaz de transmitir esses conteúdos. Raros são os surdos, (...) que teriam essa capacidade, (...). Claramente, eles não têm voz porque de facto têm dificuldade em fazerem-se ouvir. Porque têm dificuldade no discurso, em articulá-lo, em explicá-lo em..., essas coisas todas.

Quanto às **novas tecnologias**, como a internet e as redes sociais, o impacto destas nas dinâmicas associativas, a utilidade para os associados, e os contributos para a visibilidade/divulgação das atividades, a entrevistada mostrou-nos a forma como estão organizadas dizendo: *o Facebook vai ser um meio de comunicação, para massas e para os surdos. (...) vai ser fundamentalmente um meio de comunicação para o exterior, vai ser um meio de sensibilização para o exterior, porque a maior parte das pessoas não sabe o que é um surdo, (...) e de informação sobretudo das atividades que estão a decorrer, de captação, seja do que for, mas tudo muito na base da comunicação da instituição com o exterior. Por sua vez, o site vai ser um caminho direto para mostrarmos o que fizemos, o que fazemos e o que iremos fazer. Não tão de comunicação simultânea mas numa comunicação de nós para os outros. Ainda sobre este último realça que a estratégia da associação, os objectivos desta, os executivos e um espaço para cada um dos dossiers, farão parte das principais áreas do site.*

Questionada sobre qual ou quais os **momentos** mais **marcantes** da vida da associação, esta afirma que todos foram muito importantes, mas existe um que considera de mudança, de crescimento e de transformação. *(...) para quem chegou até aqui todos os passinhos foram excelentes. Eu não tenho um marco importante. O meu marco, talvez mais emblemático pelo menos, é o facto de num curto espaço de tempo, muito curto espaço de tempo, termos conseguido sensibilizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal para a causa dos surdos...para uma pessoa que não tem familiares surdos, que não conhece a problemática dos*

surdos, está tábuia rasa. Se calhar nem tinha visto antes um surdo. Foi verdadeiramente surpreendente quando eu lhe expliquei o que era um surdo, a especificidade dos surdos, o sofrimento dos surdos, ele ficou...verdadeiramente sensibilizado. Isso é, é uma imagem que eu tenho que nunca mais na vida me hei-de esquecer (...). ele percebeu que nós queríamos fazer aqui a Casa do Surdo (...) apesar da Casa do Surdo ser a sede da associação de surdos, nós fomos muito mais..mais longe no nome. Nós vamos chamar àquele edifício a Casa do Surdo. Porque a Casa do Surdo para nós é a casa da mãe. Nós queremos que aquilo seja a casa do surdo no sentido de ser a casa da mãe, em que eles vão sentir, aquilo a que eu chamo o colinho, o bom conselho, a partilha, a felicidade, o estar ali...orientação, nos momentos difíceis vai haver lá alguém que o pode ajudar. A verdadeira, aquilo a que eu chamo a verdadeira família.

Acerca da **legislação** em vigor sobre a surdez e para os surdos, esta conta o seguinte, *nós temos uma Resolução do Conselho de Ministros que tem uma série de medidas, não sei quantas, e que para surdos, posso-lhe dizer, tem lá umas 7 ou 8 e o que nós queremos (...)* eu não tenho a pretensão de entre aspas querer que o legislador altere a lei, nada disso, eu só quero simplesmente que eles cumpram o que está na lei. (...) que as medidas que têm de ser implementadas, sejam implementadas, mas que nós sejamos um dos parceiros para fazer parte da forma de implementar essas medidas.

1.3 Discussão

Segundo Gomes (2010:48), “existem Surdos que aceitam passivamente as condições de exercício da cidadania que lhes são impostas”, no entanto, outros há que “lutam por um novo estatuto, através das associações de que fazem parte”. A autora defende que só através da negociação e do aumento da participação, quer associativa, quer na vida social, se pode construir uma “identidade de projeto” (Castells, 2003), uma identidade capaz de transformar os indivíduos, redefinindo a sua posição na sociedade, tornando-os sujeitos.

Continua, afirmando, que a Comunidade Surda é uma “comunidade de resistência, que protege e dá voz aos seus membros”.

Desta forma, e depois de analisarmos cuidadosamente as entrevistas que fizemos, podemos constatar que estamos perante duas realidades distintas, cada uma delas com aspetos merecedores de destaque.

O grande projeto, desenvolvido pela associação 2, denominado “A Casa do Surdo” que envolve um centro de dia com apoio domiciliário para a população idosa surda, um serviço de intérpretes disponíveis, 24h sobre 24h, para trabalharem em voluntariado nos contextos mais diversificados, oferta de formação de LGP nos diversos serviços e estruturas municipais e as parcerias com as associações dos implantados e dos intérpretes. Tudo isto faz deste projeto, um projeto ambicioso de construção de uma “cidade bilingue” e de referência para a comunidade surda.

Diversos autores (Coelho, 2010; Gomes, 2010) haviam já destacado a importância destes projetos afirmando que existem áreas onde os surdos ainda encontram muitas barreiras, uma vez que na maioria dos espaços de atendimento ao público (Bancos, centros de saúde, hospitais, etc...) não existe ninguém com formação linguística adequada para os atender (Gomes, 2010:95). Para tal, como defende Coelho (2010:89), “a existência de serviços de intérpretes em permanência, que funcionem à chamada ou por marcação, disponíveis para acompanhamento em tribunais, hospitais, consultas, serviços, museus...ou, simplesmente num posto de turismo da cidade é algo de fundamental e que a lei consagra, no que diz respeito ao direito à informação, ao acesso à cultura e aos espaços culturais e à não discriminação”, afirmando que seria crucial que, neste âmbito, os funcionários dos serviços públicos tivessem formação em LGP, destacando o IEPF, os Centros de Emprego e os locais de Formação Profissional, onde esta não existe. A mesma autora chama ainda a atenção para o facto de se proporcionarem cursos de LGP para familiares de surdos e comunidade em geral, criando-se assim, “condições para que os surdos possam efetivamente exercer todos os seus direitos como cidadãos”, participando de forma “ativa,

individualmente ou através das suas organizações representativas, em todas as tomadas de decisão que lhes digam respeito” (Coelho, 2010:90).

A associação 1, está também a desenvolver esforços neste sentido, através da formação de LGP para a comunidade e da formação de Língua Portuguesa e informática para a comunidade surda, que apesar de ainda não estar efetivamente a acontecer é um projeto para de concretizar a médio prazo. O entrevistado destaca também que a falta de recursos humanos não permite à associação desenvolver este tipo de trabalho, sente que com técnicos de Serviço Social e com intérpretes a tempo inteiro, poderiam dar uma resposta muito mais eficaz nos apoios à comunidade surda.

No entanto, os pontos fortes desta associação prendem-se com as atividades que esta desenvolve, indo de encontro aos seus principais objetivos, como associação cultural e recreativa que é, a associação 1, tenta ocupar os seus associados, sensibilizar a comunidade local para a existência dos surdos, da associação em si e de uma língua e cultura diferentes, sendo um ponto de encontro e de referência para ambas as comunidades. Consegue isso, através da dinamização de atividades como: grupo de teatro, os torneios desportivos, passeios, festejos de datas importantes e concursos, sempre nesta lógica de promoção do encontro e do intercâmbio.

Numa lógica diferente, as atividades da associação 2, desenvolvem-se mais no âmbito do apoio à comunidade, com a aposta nos serviços gratuitos, na formação e enriquecimento pessoal. Uma instituição que ajuda os seus associados no dia-a-dia e na empregabilidade.

Klein (2001) afirma que a preocupação com o trabalho esteve sempre associada com a possibilidade de independência e de autonomia das pessoas surdas, transformando-se num discurso de conquista de cidadania. Assim, muitas associações de surdos realizam ações conjuntas com as entidades governativas e empresariais procurando garantir os direitos destas pessoas. Como é o caso da associação 2.

Outro aspeto que gostaríamos de salientar é a visão que a entrevistada nos traz sobre a questão da parceria entre os centros hospitalares e a rede de apoio a

estabelecer na associação. Casais ouvintes que se deparam com um bebé surdo no seu seio familiar e que carecem de informação, apoio e orientação, fornecida neste caso pela associação enquanto estrutura e pelos associados desta enquanto surdos com experiência de vida e testemunhos relevantes.

Coelho (2010:94) denomina este como o “momento da notícia” no qual estes pais necessitam de reequilibrar expectativas, redesenhar o futuro e fazer escolhas na construção de um projeto de vida, num direito à “escolha informada”, afirmando que todos estes aspetos poderão ser trabalhados coma ajuda de outros pais com experiências idênticas. Acrescentamos nós as parcerias com as associações de surdos, espaço de partilha de vivências e experiências, uma vez que, a convivência e o conhecimento das características da comunidade surda é condição indispensável para percebermos que é o convívio entre iguais que fortalece a autonomia, o sentimento de pertencimento e de identificação, fundamentais para a integração” (Danesi, 2001:126).

Do ponto de vista da legislação, tudo estará feito de acordo com os mais recentes estudos e produções científicas, com as recomendações vindas das instâncias consagradas à escala europeia e mundial, e ao encontro dos desejos da comunidade surda (Coelho, 2010:46).

Pacheco e Caramelo (2005:32) e Gomes (2010:60/61) afirmam que o discurso sobre a diferença “esconde, hoje, uma hipocrisia social que permite a manutenção de políticas ineficazes”, pela incapacidade de aplicar a legislação que produzem, “não basta por isso pensar em políticas públicas que atendam às especificidades da comunidade surda, é necessário concretiza-las na prática. Reforça, em Portugal, “a comunidade surda não se pode queixar de falta de legislação, mas sim do facto de ela não corresponder às práticas” (Gomes, 2010:91).

Como podemos ver na entrevista 2, existe nessa associação a preocupação ser parceiro das instâncias governamentais, não para a criação de nova legislação, mas para, através da nova federação que estão a criar, garantir que a que existe é efetivamente posta em prática.

Com participantes bastante envolvidos e decididos a levar para a frente as suas ideias e projetos, destaca-se o voluntariado, o empenho e a capacidade de

mobilização, na associação 2 e a vontade de estar presente e de participar, independentemente das distâncias, na associação 1.

Uma vez que, só o preconceito pode excluir a pessoa surda dos debates e das discussões que dizem respeito à sua própria comunidade, “o próprio surdo deve ser o principal agente de mudanças e transformações” (Danesi, 2001:23/24). Por este motivo as pessoas surdas devem participar mais, discutir os assuntos que lhe dizem respeito, devem envolver-se nas questões políticas, lutar pelos seus direitos.

Mais uma vez, a entrevistada da associação 2 nos deixa o seu testemunho, dizendo que os surdos nunca souberam dar notoriedade aos seus direitos e às suas necessidades, pela dificuldade destes em “ter voz”, uma voz reivindicativa, uma vez que considera que o poder está do lado dos ouvintes.

Para finalizar, falar apenas na importância do “espaço” associação, em ambas as entrevistas se fez referência à “caminhada” feita até à conquista das atuais sedes, sendo que a importância reside no facto de nos diferentes espaços se desenvolverem diferentes atividades e valências. Assim, quanto melhor e mais organizado for o espaço, mais e melhores respostas podem ser dadas às suas respetivas comunidades associativas.

2. Estudo quantitativo – Qualidade de vida e Participação em Associações de Surdos

Foi nossa intenção, desde o início, perceber a opinião dos associados sobre a sua qualidade de vida e a qualidade das suas experiências associativas. Para tal, como discutimos no capítulo anterior, dirigimo-nos às associações e aplicamos o inquérito por questionário aos seus participantes, com o objectivo de recolher a opinião destes sobre os direitos e a qualidade de vida da comunidade surda, sobre a sua ação e participação no contexto associativo e ainda fazer uma breve caracterização da população inquirida.

Os dados que se seguem, são fruto dessa recolha e análise, que se revelou proveitosa, uma vez que permitiu corresponder aos objectivos. Assim, foi possível inquirir um número razoável de participantes sobre a sua situação social, profissional e familiar, recolhendo também as suas opiniões em relação a questões como as dos direitos e da sua qualidade de vida, bem como sobre a qualidade de participação dos mesmos.

Desta forma, começamos por uma caracterização dos participantes inquiridos, atendemos à fiabilidade do questionário e analisamos a forma como os participantes valorizam as diferentes dimensões e como estas se relacionam entre si e, finalmente, através de uma regressão linear, identificamos as variáveis que mais predizem a qualidade de vida.

2.1 Participantes

A distribuição pelas duas associações é bastante equilibrada, como se pode ver no *Quadro 1*.

Quadro 1
Distribuição pelas duas associações

	Frequência	%
Associação 1	22	51,2
Associação 2	21	48,8
Total	43	100,0

Dos 43 respondentes, 28 são do sexo feminino (65,1%) e 15 do sexo masculino (34,9%) (*Quadro 2*). O espectro de idades varia entre os 11 anos, do elemento mais jovem, e os 59 anos do elemento mais velho que respondeu ao inquérito. A média de idades é de 38 anos (DP=13,55), mas a distribuição por classes etárias revela que quase metade dos inquiridos tem mais de 41 anos, e $\frac{1}{4}$ tem entre os 21 e os 30 anos (*Quadro 3*).

Quadro 2
Distribuição em função do sexo

	Frequência	%
Feminino	28	65,1
Masculino	15	34,9
Total	43	100,0

Quadro 3
Distribuição por níveis etários

	Frequência	%
11-20 anos	4	9,3
21-30 anos	11	25,6
31-40 anos	7	16,2
41-50 anos	10	23,3
51-60 anos	11	25,6
Total	43	100,0

Dentro do total de inquiridos, a maioria são surdos (81,4%) (*Quadro 4*); destes, a grande maioria tem uma surdez congénita (62,9%) e (37,1%) adquiriram a surdez por motivos de doença em idades muito precoces, que vão desde os dias ou meses até aos 6 anos (idade registada por um inquirido), pelo que grande parte dos inquiridos surdos são pré-linguísticos. Na grande maioria dos casos a surdez é profunda (74,3%), sendo menor a incidência de surdez severa (20,0%) ou média (5,7%).

Quadro 4
Distribuição por situação

	Frequência	%
Surdo	35	81,4
Ouvinte	8	18,6
Total	43	100,0

No que diz respeito ao nível de escolaridade (*Quadro 5*), apenas um dos inquiridos (surdo) não frequentou a escola; na população surda, a maioria frequentou apenas o 1º (40%) ou o 3º ciclo (28,6%); apenas 5,7% frequentaram o ensino superior, uma percentagem que sobre para 87,5% na população ouvinte, sendo que os restantes 12,5% têm pós-graduações. Ou seja, a discrepância de formação académica entre os participantes surdos e ouvintes é elevadíssima, o

que se relaciona muito provavelmente com a geração de pertença dos participantes. Com efeito, o participante que nunca frequentou a escola é do grupo dos mais velhos, e a idade é aqui uma variável relevante, sugerindo um substancialmente maior acesso à escolarização dos participantes mais jovens (ver *Gráfico 1* para os participantes surdos).

Quadro 5
Distribuição em função do nível de escolaridade

		Surdo	Ouvinte	Total
Não frequentou a escola	Frequência	1	0	1
	Percentagem	2,9%	,0%	2,3%
	% do Total	2,3%	,0%	2,3%
1º Ciclo	Frequência	14	0	14
	Percentagem	40,0%	,0%	32,6%
	% do Total	32,6%	,0%	32,6%
2º Ciclo	Frequência	5	0	5
	Percentagem	14,3%	,0%	11,6%
	% do Total	11,6%	,0%	11,6%
3º Ciclo	Frequência	10	0	10
	Percentagem	28,6%	,0%	23,3%
	% do Total	23,3%	,0%	23,3%
Ensino secundário	Frequência	3	0	3
	Percentagem	8,6%	,0%	7,0%
	% do Total	7,0%	,0%	7,0%
Ensino Superior	Frequência	2	7	9
	Percentagem	5,7%	87,5%	20,9%
	% do Total	4,7%	16,3%	20,9%
Pós-Graduação	Frequência	0	1	1
	Percentagem	,0%	12,5%	2,3%
	% do Total	,0%	2,3%	2,3%
Total	Frequência	35	8	43
	Percentagem	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	81,4%	18,6%	100,0%

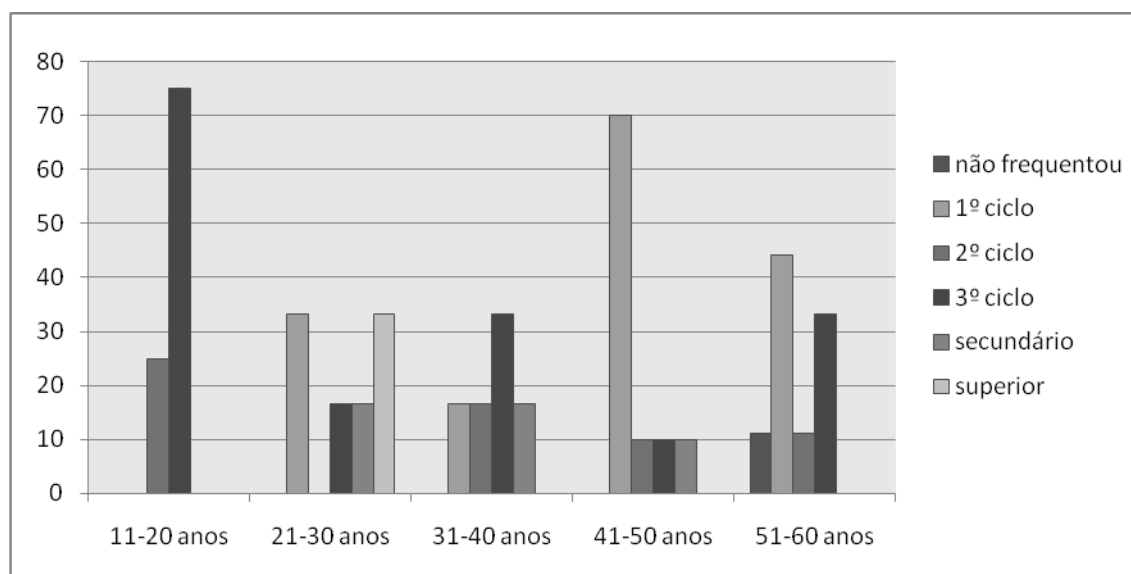


Gráfico 1

Níveis de escolaridade para os participantes surdos (N=35)

Ao analisarmos a situação profissional dos surdos inquiridos, verificamos que (57,1%) têm emprego e que apenas (17,1%) estão desempregados. Os inquiridos já reformados, os estudantes e os trabalhadores estudantes representam 21% da amostra, sendo que nenhum deles é ouvinte (*Quadro 6*).

Quadro 6
Distribuição relativa à situação profissional dos surdos inquiridos

		Empregado	Desempregado	Reformado	Est.	Trab. Est.	Total
Surdo	Frequência	20	6	3	3	3	35
	% do Total	57,1	17,1	8,6	8,6	8,6	100,0

Desta forma, a fonte de rendimento da maioria dos inquiridos, surdos e ouvintes, é o salário (60,5%); 30,3% usufruem de subsídios e pensões, os restantes ainda não auferem rendimentos (9,2%). Nas deslocações diárias a maioria (58,1%) usa a sua própria viatura, sendo que destes 44,2% são surdos. Este aspeto mostra-nos que pelo menos 19 dos 35 inquiridos surdos têm carta de condução. Como seria de esperar, os transportes públicos também se destacam com uma percentagem de utilização de 20,9%.

Analisando os resultados das escalas sobre a incapacidade (*Disability Assessment Schedule, OMS, 2001; POPS, Brown, 2006*), decidimos dar maior destaque as dimensões que abarcam o acesso à informação (*Quadros 7 a 9*) e a comunicação (*Quadros 10 a 12*), pelo facto de serem extremamente importantes no contexto desta investigação. Assim, podemos verificar que 53,5% dos inquiridos necessitam de ajuda para aceder à informação, no entanto apenas 1 indivíduo não tem ajuda disponível e só 14% são totalmente dependentes dessa ajuda. De destacar que 16 (37,2%) o consegue fazer sem qualquer tipo de ajuda. No que diz respeito à comunicação, os resultados são semelhantes: 41,9% necessita de ajuda para comunicar, destes 37,2% têm ajuda disponível, e apenas 2,3% necessitam que essa ajuda seja total.

Acesso à informação		
Quadro 7		
	Frequência	%
Faz sozinho	20	46,5
Precisa de ajuda	23	53,5
Total	43	100,0
Quadro 8		
	Frequência	%
Ajuda não disponível	1	2,3
Ajuda disponível	21	48,8
Total	22	51,2
Quadro 9		
	Frequência	%
Ajuda parcial	17	39,5
Ajuda total	6	14,0
Total	23	53,5
Comunicação		
Quadro 10		
	Frequência	%
Faz sozinho	25	58,1
Precisa de ajuda	18	41,9
Total	43	100,0
Quadro 11		
	Frequência	%
Ajuda não disponível	1	2,3
Ajuda disponível	16	37,2
Total	17	39,5
Quadro 12		
	Frequência	%
Ajuda parcial	17	39,5
Ajuda total	1	2,3
Total	18	41,9

Dos 43 inquiridos, 25 dizem já se terem sentido discriminados (58,1%), sendo que destes 22 são inquiridos surdos (51,2%), sendo este o principal motivo de discriminação, que ocorre maioritariamente nos contextos de trabalho (27,9%) e na escola (20,9%). Numa escala de 1 a 5, à questão “Em que medida isso o/a fez sentir mal”, foi obtida uma média de 3,24, ou seja, apesar de não terem sido experiências muito marcantes, ainda assim influenciaram negativamente a vida de alguns dos inquiridos.

2.2 Experiências de participação associativa

Após termos feito uma caracterização dos participantes deste estudo, debruçamo-nos sobre o segundo bloco de questões, Experiências de participação associativa. Tendo em conta a ênfase colocada nas questões da participação e o lugar central que esta ocupa dentro da investigação, iremos analisar com especial cuidado os seus itens, tentando sempre cruzar a informação de forma a obter resultados interessantes.

Assim, verificou-se que a totalidade dos inquiridos conhece pelo menos uma associação de surdos, bem como as suas atividades e participa com frequência nas mesmas. Apenas 3 (7%) dos inquiridos não é sócio de nenhuma associação de surdos, participam de forma pouco frequente e por decisão própria não quiseram associar-se (*Quadro 13*).

Quadro 13
Distribuição de associados

	Frequência	%
Sim	40	93,0
Não	3	7,0
Total	43	100,0

No *Gráfico 2*, podemos ver quais as motivações que levaram estas pessoas a fazerem-se sócias de uma associação de surdos. Destacam-se o convívio entre surdos e entre estes e os seus pares ouvintes, a perceção da associação como

um espaço de expressão pessoal onde podem partilhar as suas experiências e vivências. Intervir social e politicamente, estar mais informado sobre a surdez e ajudar os outros a viver melhor com a sua surdez, foram itens de relevo. Entre os outros motivos, figuram como principais os motivos de ordem profissional.

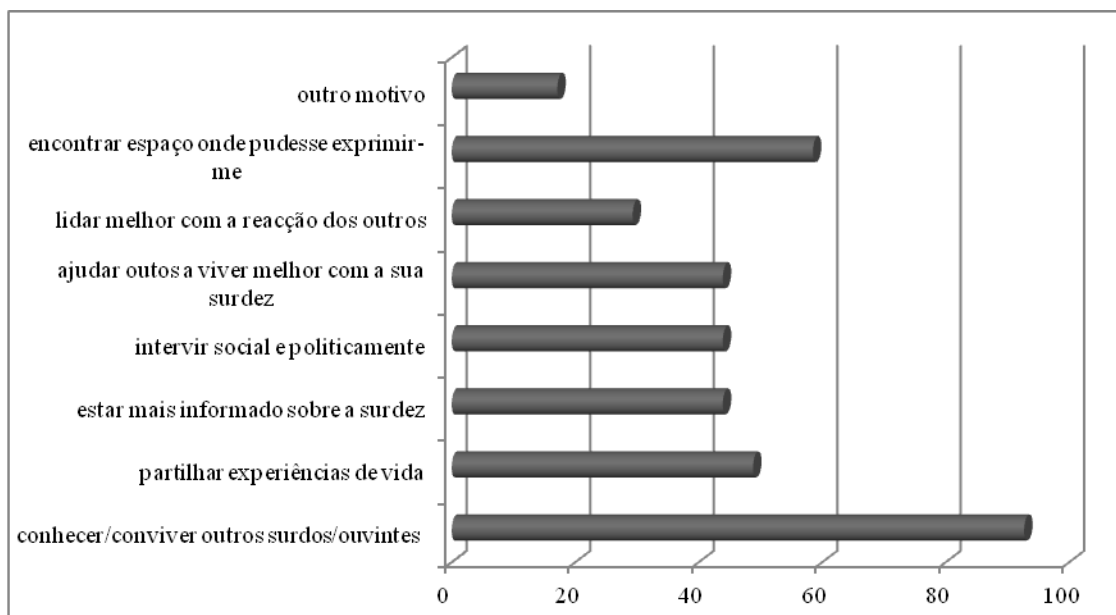


Gráfico 2

Motivos que levaram à associação

Ficou claro, através da informação que vemos a seguir (*Gráfico 3*), que as associações de surdos, independentemente do tempo de participação, são o espaço preferencial de encontro e de partilha. Daqui podemos depreender que esta população talvez seja excluída das atividades e coletividades, pela sociedade em geral, uma vez que estas não se encontram preparadas para as receber e incluir com uma participação efetiva. Ou por isolamento ou falta de pares surdos que se envolva noutra tipo de coletividades, os níveis de participação associativa são baixos, mesmo em associações desportivas, culturais ou religiosas, que verificam uma baixa adesão.

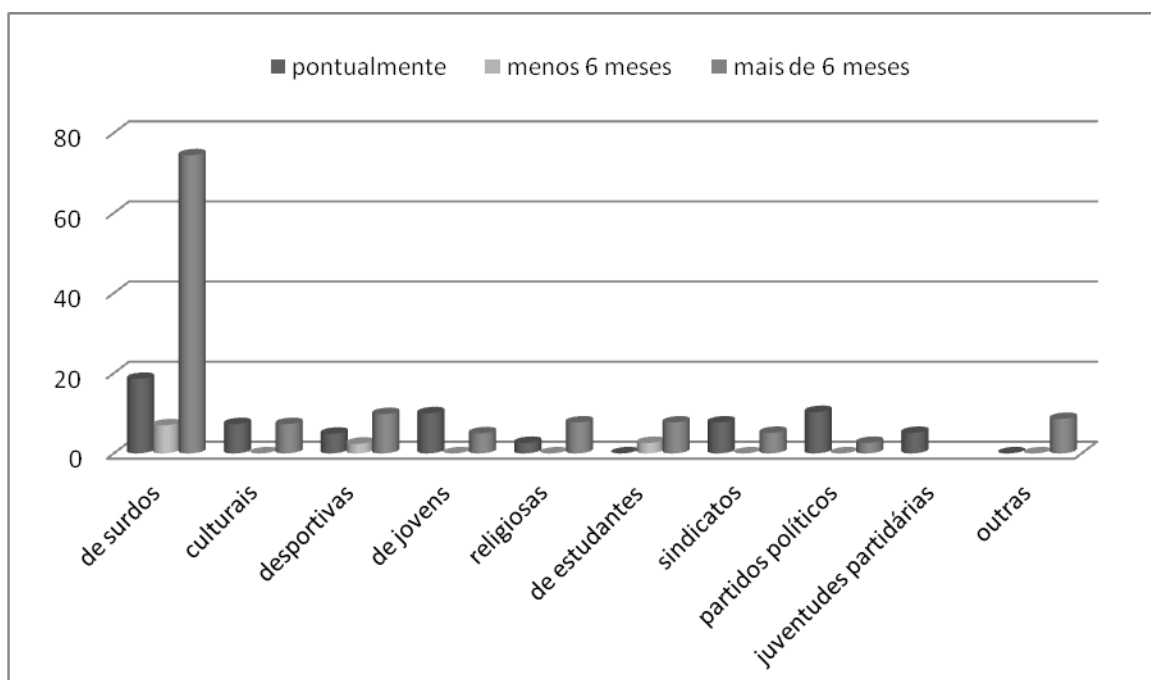


Gráfico 3

Nível de importância das experiências de participação

É de destacar que o envolvimento nestas associações é avaliado de forma muito positiva (*Quadro 14*), sugerindo um forte sentido de pertença destes associados.

Quadro 14
Envolvimento

	N	Média	Desvio Padrão
Como avalia o seu envolvimento?	43	5,42	1,873

A análise dos itens que constituem a dimensão “ação” (*Quadro 15*) revela uma forte participação efetiva e grande envolvimento na organização e na tomada de decisões; a liderança de equipas é o único item com valores mais baixos.

Quadro 15
Participação

	N	Média	Desvio Padrão
Participou nas atividades	43	5,19	1,829
Organizou ou ajudou a organizar atividades	43	4,35	2,359
Liderou uma equipa responsável por organizar atividades	43	3,63	2,459

De salientar que a avaliação das oportunidades de reflexão (*Quadro 16*) é também positiva, sendo de destacar a muitíssimo elevada concordância com a afirmação “a participação é importante para si, enquanto pessoa”.

Quadro 16
Oportunidades de reflexão

	N	Média	Desvio Padrão
Havia diferentes pontos de vista em discussão.	38	4,37	1,951
Havia reflexão e eram analisados diferentes pontos de vista.	38	4,37	1,777
As opiniões em conflito davam origem a novas formas de ver as questões.	37	4,19	1,883
Eram abordados problemas reais e/ ou do seu quotidiano.	38	4,66	1,878
A participação é importante para si, enquanto pessoa:	42	6,02	1,316

Relativamente ao conjunto de itens sobre a qualidade das experiências de participação e, pelo facto de termos relativamente poucos sujeitos, decidimos não realizar análises fatoriais para explorar a dimensionalidade desta escala. Optamos por apenas determinar a fiabilidade das duas dimensões teoricamente previstas (Ferreira, 2006), a ação e a reflexão. De salientar que a determinação da fiabilidade das dimensões é um indicador da sua adequação à população específica; neste caso, calculamos o alfa de Cronbach, cujo valor deve ser superior a 0,70. Os valores dos alfas de Cronbach para as duas dimensões são francamente positivos, indicando que a nossa população não teve dificuldades de compreensão destes itens (*Quadro 17*). As médias das duas dimensões revelam níveis positivos de oportunidades de ação e de reflexão (*Quadro 18*).

Quadro 17
Alfas de Cronbach das dimensões Ação e Reflexão

Dimensão	Alpha de Cronbach	Nº de itens
Acção	,923	4
Reflexão	,892	5

Quadro 18
Ação e Reflexão

	N	Média	Desvio Padrão
Acção	43	4,3275	2,03454
Reflexão	42	4,7679	1,45115

A partir das médias nas dimensões ação e reflexão foi calculada uma nova variável de qualidade da participação (abaixo e acima da média) em três níveis: percepção de baixa qualidade, percepção diferenciada de qualidade da acção e reflexão, e elevada qualidade de acção e reflexão. Os resultados sugerem que a maior parte dos participantes avalia como elevada a qualidade das suas experiências (*Quadro 19*).

Quadro 19
Qualidade de Participação

	Frequência	Porcentagem
Baixa	13	30,2
Diferenciada	9	20,9
Elevada	21	48,8
Total	43	100,0

2.3 Satisfação com a vida

Já no âmbito da terceira dimensão, relativa à satisfação e direitos, o questionário previa as seguintes dimensões: satisfação com a vida, satisfação com a vida social, suporte da igualdade de direitos e suporte da afirmação de direitos dos surdos. À semelhança do que fizemos com as dimensões anteriores, começaremos por analisar as médias dos itens em cada dimensão e depois analisaremos a sua fiabilidade através do valor do alfa de Cronbach, lembrando que este é um indicador de adequação das questões à população estudada. Adicionalmente, o inquérito incluía itens relacionados com a satisfação com o acesso aos cuidados de saúde, com a escola e com o trabalho que serão analisados individualmente.

Como pode observar no *Quadro 20*, é de destacar a satisfação com as relações pessoais, com o meio e com a vida, representativas de um elevado grau de satisfação; o item “às vezes sinto-me posto/a de lado em situações especiais” apresenta uma média baixa, relativamente aos restantes, sugerindo que, na maioria dos casos, os participantes não expressam muitas dificuldade de integração.

Quadro 20
Satisfação

	N	Média	Desvio Padrão
De uma forma geral, a minha vida é como eu quero que seja?	43	4,33	0,944
Estou satisfeito/a com as condições do sitio onde vivo?	42	4,33	0,874
Consigo movimentar-me bem no meio onde vivo?	43	4,58	0,794
Estou satisfeito/a com as minhas relações pessoais?	43	4,49	0,736
As vezes sinto-me posto/a de lado em situações especiais?	42	2,88	1,468

O valor do alfa de Cronbach, que é um indicador da fiabilidade, é positivo, ou seja, a população não parece ter tido dificuldades de compreensão dos itens (*Quadro 21*). Finalmente, a média desta dimensão revela que os inquiridos se sentem bastante satisfeitos com sua vida (*Quadro 22*).

Quadro 21
Alfa de Cronbach da dimensão Satisfação com a vida

Alpha de Cronbach	Nº de Itens
,735	4

Quadro 22
Satisfação com a vida

	N	Média	Desvio Padrão
Satisfação com a vida	43	4,4322	0,61995

No que concerne à satisfação com a participação dos inquiridos em atividades recreativas, culturais e desportivas, as respostas sugerem baixos níveis de participação e de satisfação (*Quadro 23*).

Quadro 23
Vida social

	N	Média	Desvio Padrão
Participo em actividades recreativas, como festas, concertos, discotecas, eventos desportivos?	43	2,76	1,552
Estou satisfeito/a com as colectividades (associações, clubes, grupos) da comunidade, aos quais pertenço?	42	2,74	1,620

Os valores do alfa de Cronbach para os itens da satisfação com a vida social são bastante positivos sugerindo que a população não teve dificuldades de compreensão destes itens (*Quadro 24*). A média nesta dimensão é, como seria de esperar, baixa (*Quadro 25*).

Quadro 24
Alfa de Cronbach da dimensão Satisfação com a vida social

Alpha de Cronbach	Nº de Itens
,940	2

Quadro 25
Vida Social

	N	Média	Desvio Padrão
Vida social	43	2,8023	1,55126

Quanto à opinião que os inquiridos têm acerca dos direitos e oportunidades que devem ser dadas às pessoas surdas, atendemos a duas dimensões; a primeira, referente à igualdade de direitos (*Quadro 26*). Os dois itens que a constituem têm médias elevadíssimas, verificando-se uma concordância quase completa.

Quadro 26
Igualdade de direitos

	N	Média	Desvio Padrão
As pessoas surdas devem ter as mesmas oportunidades que qualquer pessoa?	43	4,81	0,539
As pessoas surdas devem ter os mesmos direitos que qualquer outra pessoa?	43	4,74	0,500

Novamente podemos concluir que a população compreendeu relativamente bem os itens, sendo que a fiabilidade desta escala é positiva (*Quadro 27*).

Quadro 27
Alfa de Cronbach da dimensão Igualdade de direitos

Alpha de Cronbach	Nº de Itens
,760	2

A segunda dimensão remete para a afirmação de direitos que sugere uma discriminação positiva, tendo níveis de concordância muito positiva relativamente aos representantes políticos, mas não necessariamente na atribuição de subsídios para uma vida independente (*Quadro 28*).

Quadro 28
Afirmação de direitos

	N	Média	Desvio Padrão
As pessoas surdas devem ter direitos especiais?	43	8,17	1,231
As pessoas surdas deviam ter um lugar, ou alguém que as represente, nos órgãos de poder (Assembleia da República, Câmaras, Juntas de Freguesia...)?	42	8,17	0,995
As pessoas surdas devem ter condições (subsídios por ex.) para ter uma vida independente?	43	8,57	1,446

Aqui, os valores do alfa de Cronbach (*Quadro 29*) são novamente superiores a 0,70, revelando que a população compreendeu relativamente bem os itens e os associou, como seria de esperar.

Quadro 29
Alfa de Cronbach da dimensão Afirmação de direitos

Alpha de Cronbach	Nº de Itens
,740	3

Por fim, apresentam-se as médias para as dimensões da igualdade e afirmação dos direitos que atingem elevados níveis de concordância dos inquiridos (*Quadro 30*).

Quadro 30
Igualdade e Afirmação de direitos

	N	Média	Desvio Padrão
Igualdade de direitos	43	4,7791	,46678
Afirmação de direitos	43	4,1008	1,03263

Finalmente, e no que concerne aos itens relacionados com a satisfação com o acesso à saúde, a escola e o trabalho (*Quadro 31*), os resultados revelam que o grau de satisfação é mais positivo, ou muito positivo, sendo de destacar a importância atribuído ao estudo e ao trabalho e a percepção de uma relação positiva com os colegas.

Quadro 31
Satisfação com o acesso à saúde, a escola e o trabalho

	N	Média	Desvio Padrão
Acesso à saúde			
Estou satisfeito/a com o acesso aos cuidados de saúde?	43	3,42	1,006
Por causa da surdez não faço algumas coisas que quero/gosto?	36	2,28	1,279
Escola			
Estudar é importante para mim e para os outros?	14	4,50	0,650
Considero que sou bom/boa aluno/a?	14	3,93	0,917
Os meus colegas de escola tratam-me bem?	14	4,57	0,514
Trabalho			
A escola/formação preparou-me para o que estou a fazer agora?	31	3,00	1,571
O meu trabalho é importante para mim e para os outros?	31	4,58	0,620
Considero que faço bem o meu trabalho?	30	4,40	0,724
Os meus colegas de trabalho tratam-me bem?	30	4,17	0,834
Acho que recebo um salário merecido pelo meu trabalho?	18	3,33	1,085

2.4 Relação entre as dimensões em estudo

De seguida apresentamos uma tabela com as correlações (*Tabela 1*), pois entendemos que é importante perceber como é que estas variáveis se relacionam. Atenderemos não apenas às correlações significativas, mas também aquelas cuja magnitude é mais elevada. Como podemos observar, a satisfação apresenta valores mais elevados quando relacionada com variáveis como a pertença a uma associação de surdos (,566), a igualdade de direitos (,420) e a qualidade de participação (,486). Depois assinalar também a correlação entre o acesso de informação e a vida social (,576) e a correlação desta com a qualidade de participação (,324). De uma forma geral estes resultados sugerem a importância da participação associativa para a satisfação e integração social, mas também a importância da consciência dos direitos.

Tabela 1
Correlações

	Satisfação	Sexo feminino	Acesso à informação sozinho	Pertença a associações de surdos	Experiências de discriminação	Vida social	Igualdade de direitos	Afirmação de direitos	Qualidade de participação
Satisfação	1	,052	,091	,566**	-,094	,089	,420**	,002	,486**
Sexo Feminino	,052	1	,096	-,200	,170	,208	,178	,136	,213
Acesso à informação sozinho	,091	,096	1	,072	,035	,576**	-,059	-,031	,283
Pertença a associações de surdos	,566**	-,200	,072	1	-,232	,084	,265	,057	,164
Experiências de discriminação	-,094	,170	,035	-,232	1	-,063	-,151	,269	,073
Vida social	,089	,208	,576**	,084	-,063	1	,012	-,198	,324*
Igualdade de direitos	,420**	,178	-,059	,265	-,151	,012	1	,270	,247
Afirmação de direitos	,002	,136	-,031	,057	,269	-,198	,270	1	-,065
Qualidade de participação	,486**	,213	,283	,164	,073	,324*	,247	-,065	1

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

2.5 Preditores da satisfação com a vida

No sentido de perceber quais destas variáveis mais contribuem para prever a satisfação, realizamos uma regressão linear. Os preditores foram introduzidos em blocos, a saber: 1) *idade e sexo (masculino)*, 2) *acesso à informação sozinho e experiências de discriminação*, 3) *vida social*, 4) *qualidade de participação*, e 5) *igualdade de direitos e afirmação de direitos*. Como se pode ver na Tabela 2, no

geral, o valor R^2 é de 0,387, o que sugere que estas variáveis são preditoras relevantes da satisfação com a vida. Mais especificamente, as características pessoais, a autonomia e a vida social parecem dar um contributo muito ténue para a qualidade de vida, sendo apenas quando se introduz a qualidade das experiências de participação associativa que variância explicada incrementa significativamente, aumentando ainda de forma relevante com a consideração dos preditores igualdade e afirmação de direitos.

Tabela 2
Resultados: (Model Summary)

Modelo	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R ² Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,100 ^a	,010	-,039	,63208	,010	,202	2	40	,818
2	,163 ^b	,027	-,076	,64300	,017	,326	2	38	,724
3	,164 ^c	,027	-,105	,65159	,000	,005	1	37	,945
4	,535 ^d	,287	,168	,56555	,260	13,115	1	36	,001
5	,622 ^e	,387	,243	,53949	,100	2,781	2	34	,076

a. Predictores: (Constante), idade, sexo

b. Predictores: (Constante), idade, sexo, acesso à informação sozinho, experiências de discriminação

c. Predictores: (Constante), idade, sexo, acesso à informação sozinho, experiências de discriminação, vida social

d. Predictores: (Constante), idade, sexo, acesso à informação sozinho, experiências de discriminação, vida social, qualidade de participação

e. Predictores: (Constante), idade, sexo, acesso à informação sozinho, experiências de discriminação, vida social, qualidade de participação, igualdade de direitos, afirmação de direitos

Se atendermos ao papel das variáveis individuais como predictores da satisfação (Tabela 3), percebemos que é essencialmente a qualidade da participação e a valorização da igualdade de direitos que predizem de forma significativa a satisfação com a vida. Ora, este resultado reforça a importância de uma participação associativa que se caracteriza pelo equilíbrio entre oportunidades de

acção e de reflexão e da crença na igualdade de direitos para a satisfação com a vida dos participantes.

Tabela 3
Coeficientes

Modelo	Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
1 (Constante)	4,658	,382		12,188	,000
Sexo	-,056	,203	-,044	-,277	,783
Idade	-,004	,007	-,086	-,544	,589
2 (Constante)	4,680	,434		10,786	,000
Sexo	-,069	,211	-,054	-,329	,744
Idade	-,003	,007	-,074	-,460	,648
Acesso à informação sozinho	,105	,198	,085	,529	,600
Experiências de discriminação	-,126	,202	-,101	-,623	,537
3 (Constante)	4,660	,524		8,895	,000
Sexo	-,066	,218	-,052	-,305	,762
Idade	-,003	,008	-,072	-,437	,665
Acesso à informação sozinho	,095	,245	,077	,386	,702
Experiências de discriminação	-,124	,207	-,100	-,601	,552
Vida social	,006	,083	,014	,069	,945
4 (Constante)	4,426	,459		9,636	,000
Sexo	,046	,192	,036	,240	,811
Idade	-,008	,007	-,169	-1,155	,256
Acesso à informação sozinho	,004	,214	,003	,019	,985
Experiências de discriminação	-,157	,180	-,126	-,873	,388
Vida social	-,050	,073	-,126	-,685	,498
Qualidade de participação	,395	,109	,561	3,621	,001
5 (Constante)	2,309	1,056		2,186	,036
Sexo	,116	,186	,090	,620	,539
Idade	-,009	,007	-,207	-1,457	,154
Acesso à informação sozinho	,068	,208	,056	,328	,745
Experiências de discriminação	-,038	,185	-,030	-,204	,840
Vida social	-,054	,072	-,136	-,753	,457
Qualidade de participação	,326	,108	,462	3,003	,005
Igualdade de direitos	,483	,207	,364	2,341	,025
Afirmação de direitos	-,055	,094	-,092	-,586	,562

2.6 Discussão

Segundo Coelho (2010:92), o inquérito tem o mérito de partir da percepção que os próprios inquiridos têm acerca das alterações provocadas pela sua situação, no seu comportamento e na sua participação social, apesar de um trabalho de quantificação por amostragem estatística colocar sempre algumas reservas quanto à representatividade dos dados. No entanto, considera pertinente divulgar as conclusões destes estudos, principalmente no que à caracterização da população surda, diz respeito. Na sua obra, de 2010, apresenta alguns dados curiosos sobre a população surda em Portugal, os quais tentaremos comparar com os recolhidos na nossa amostra. Assim, Coelho (2010:92) afirma que, na altura, se estimava que existissem 115.067 pessoas com incapacidade para ouvir (*considera apenas a ausência ou redução grave da capacidade auditiva*), o nível de instrução dessa população apresentava os seguintes valores (1,54% - *nível universitário*; 1,72% - *nível politécnico*; 2,34% - *nível secundário*; 54,98% - *nível primário* e 39,42% - *sem instrução*). Desse grupo apenas 29.679 pessoas surdas estariam empregadas, distribuídas pelos seguintes sectores: (29,30% *Primário*; 33,26% *Secundário* e 37,44% *Terciário*). Termina dizendo que “as Associações e Federações de surdos estimam que, atualmente, a população surda em Portugal ronde os 33 mil indivíduos surdos profundos e cerca de 150 mil com diversos graus de perda auditiva” (Coelho, 2010:93)

No nosso estudo, dos 35 indivíduos surdos inquiridos, 74,3% são surdos profundos, quanto ao nível de escolaridade apenas 5,7% atingiram o ensino universitário, sendo que a grande maioria têm o ensino primário (40%) ou o ensino secundário (28,6%). Quanto à situação profissional 57,1% têm emprego, sendo que na sua maioria são empregados fabris. No entanto, o que ganha relevância nesta investigação são as correlações entre a participação associativa e satisfação com a qualidade de vida dos seus associados.

De forma resumida, a análise dos resultados sugere que o instrumento construído e adaptado é fiável, uma vez que as dimensões em estudo apresentaram uma

elevada consistência; no entanto, o tamanho da amostra corresponde apenas a 43 inquiridos, sendo que destes apenas 35 são surdos, facto que pode não ser considerado significativo do universo de análise. A fiabilidade deste instrumento permite que possa ser utilizado em futuras investigações nesta área, o que lhe confere pertinência teórica.

O estudo das correlações entre as variáveis seleccionadas, indica que a participação associativa é muito importante, não só para a satisfação pessoal, como também para a consciência dos direitos. Por outro lado, a análise de médias por dimensão, embora revele valores elevados, apresenta alguma variação, tornando pertinente o instrumento e conferindo-lhe relevância prática.

Podemos ver que os resultados vão de encontro à literatura (Viegas, 2004), uma vez que estas são associações com elevado grau de voluntariado, com objetivos direcionados para os seus membros. Quanto às implicações democráticas do envolvimento associativo, verifica-se que estas associações propiciam a integração social, reforçam as identidades e a cooperação, mas as entrevistas sugerem que não parecem desenvolver muito a consciência política, a nível individual desenvolvem o sentido crítico e a capacidade de participação na vida pública, apoiando os seus associados.

Ainda concordando com Carneiro (2006) e Ferreira (2006), nesta investigação as experiências de participação também se mostraram importantes e relevantes para a satisfação pessoal com a qualidade de vida. Desta forma, com resultados semelhantes aos dos estudos anteriores, podemos concluir que as experiências associativas de elevada qualidade permitem a quem nelas participa um maior grau de qualidade de vida.

Como conclusões gerais deste estudo quantitativo podemos afirmar que, a totalidade dos inquiridos conhece pelo menos uma associação de surdos, bem como as suas atividades e participa com frequência nas mesmas. As principais motivações que levam as pessoas às associações são o convívio entre surdos e entre estes e os ouvintes e, a perceção da associação como um espaço de expressão pessoal. Entre os ouvintes são os motivos profissionais e familiares que mais os levam às associações.

As associações de surdos são, por isso, o espaço preferencial de encontro e partilha, uma vez que, o envolvimento das pessoas surdas em outras coletividades e associações comunitárias é reduzido, sendo o envolvimento nas primeiras considerado muito positivo.

A participação é muito importante para os inquiridos, enquanto sujeitos surdos, esta forte participação e o grande envolvimento nas atividades da associação, produz uma elevada qualidade de experiências.

A satisfação com a vida, a igualdade e a afirmação de direitos têm um papel de destaque nos associados, que estão satisfeitos com as suas relações pessoais, com o meio onde vivem e com a vida; quanto à questão dos direitos a concordância é quase completa, para estes as pessoas surdas devem ter as mesmas oportunidades e direitos que qualquer outra pessoa. Relativamente à existência de representantes políticos dos surdos a concordância é muito positiva, no entanto, no que toca à atribuição de subsídios é menor, o que sugere que estes associados não veem como relevantes os apoios económicos, mas sim a visibilidade dos seus direitos. A satisfação com a educação e o trabalho é também bastante positiva, realçando-se a importância destas para uma maior qualidade de vida.

No que diz respeito às correlações entre as dimensões mais importantes para a investigação podemos ver que a satisfação apresenta valores elevados quando relacionada com a pertença a associações de surdos, a igualdade de direitos e a qualidade de participação, tal como prevíamos. Outro aspeto a destacar foi o acesso à informação, desta forma, quanto melhor e mais rico for este acesso, melhor é a vida social desta pessoas e de maior qualidade se reveste a sua participação.

Por fim, através da regressão linear podemos verificar que as características pessoais, a autonomia e a vida social não contribuem de forma importante para a qualidade de vida. Esta aumenta quando introduzimos os preditores da participação associativa, da igualdade e da afirmação de direitos. Desta forma podemos concluir que uma participação associativa de qualidade, onde se desenvolvam atividades motivadoras de ação efetiva e onde estejam disponíveis

momentos para a reflexão sobre a igualdade de direitos e oportunidades, favorecem aos indivíduos surdos uma maior satisfação com a vida.

Conclusão

Os principais objetivos, desta investigação, foram estudar a comunidade surda através da análise da sua participação nas vivências das associações de surdos, tendo em conta a relação desta com as questões dos direitos e da qualidade de vida. Partindo da literatura sobre a participação associativa no empoderamento e consciência política de indivíduos de grupos discriminados, este trabalho visou dar resposta às seguintes questões: De que forma a reflexão sobre as questões dos direitos contribui para uma participação mais autónoma e ativa na sociedade? Qual o papel das dinâmicas associativas para o aumento do capital social e consequente força reivindicativa dos surdos? De que forma, as associações em estudo, suportam a sua comunidade na demanda pelos seus direitos e qualidade de vida? Qual a relação entre a participação associativa e a qualidade de vida dos associados?

Desta forma, demos início à nossa reflexão, à nossa busca por respostas. A metodologia abordada, como dissemos atrás, foi uma metodologia mista, fruto dos dados recolhidos através de ambos entrevistas e inquéritos por questionário. As entrevistas, através de análise de conteúdo, permitiram-nos observar as dinâmicas de funcionamento, ficar a conhecer algumas das opiniões dos seus líderes sobre assuntos relacionados com os direitos da comunidade surda e caracterizar as associações, quanto as atividades e projetos desenvolvidos. Com os questionários, alvo de uma análise estatística, recolhemos a opinião dos associados a fim de considerar em que medida a participação influenciou a sua qualidade de vida.

A informação recolhida com as entrevistas aos líderes associativos revelou que as atividades desenvolvidas e os serviços disponibilizados pelas associações contribuem para a luta contra a discriminação. Os inquéritos feitos aos associados, por sua vez, mostraram que a qualidade da participação associativa influencia a satisfação com a vida, sendo que a consciência dos direitos é também um preditor relevante da satisfação.

De forma mais completa e analítica, os resultados mostraram-nos que as associações de surdos são espaços privilegiados para o encontro e a partilha entre pares surdos e destes com os ouvintes participantes da sua comunidade. A participação e o envolvimento nas dinâmicas associativas são muito importantes, contribuindo para um elevado número de experiências promotoras da qualidade de vida. Ao nível das políticas, levantaram-se questões fundamentais e que foram alvo de elevada concordância, exemplo disso são as questões da igualdade e afirmação de direitos, a questão das oportunidades, do acesso aos serviços públicos prestados e a qualidade destes, bem como a questão da representatividade política.

Por fim, verificamos que para a qualidade de vida, contribuem principalmente as dimensões da participação associativa, da igualdade e da afirmação de direitos, o que nos leva a concluir que uma participação associativa de qualidade se traduz numa maior satisfação com a vida.

Reconhecemos que este trabalho teve algumas limitações, mas é igualmente de realçar os seus aspetos positivos. Durante a elaboração da pesquisa encontramos algumas dificuldades, como a escassez de informação específica sobre as associações e as dúvidas sobre a melhor metodologia a aplicar para recolher informação: ora, apesar das limitações dos inquéritos por questionário, os dados sugerem que estes se revelaram uma ferramenta fiável de recolha de informação. Um aspeto menos positivo foi o facto de, inicialmente, ter sido nossa intenção devolver e discutir os resultados com alguns elementos da comunidade surda, através da realização de um grupo de discussão focalizada, o que não se verificou por limitações temporais.

Quanto aos pontos fortes, destacamos o facto de este ser um estudo pioneiro, com este tipo de população, recolhendo dados relevantes. Os testemunhos dos participantes na investigação trouxeram relevantes contributos para a investigação uma vez que esta é uma comunidade pouco estudada, em Portugal, principalmente nos seus contextos associativos. Assim, os dados recolhidos poderão contribuir para que novas intervenções sejam feitas nas áreas que líderes e associados assinalaram como mais urgentes e onde existem, ainda,

barreiras. Do ponto de vista sociopolítico, este estudo foi importante para que no futuro, os serviços envolvidos no apoio, social e político, disponibilizados pelas associações de surdos, desenvolvam a autodeterminação dos seus participantes, promovendo a sua participação e, consequentemente, a sua inclusão social.

Gostaríamos de propor, para investigações futuras, o alargamento do estudo a outras associações, com o intuito de cruzar um maior número de dados, obtendo, desta forma, resultados mais ricos e diversos que permitam validar as conclusões agora obtidas e, desta forma, dar mais visibilidade à agenda social e política desta comunidade, um compromisso urgente na luta pelos seus direitos.

Bibliografia

1. Referências Bibliográficas

- BISOL, C. A., SPERB, T.M., MORENO-BLACK G. (2008). *Focus groups with deaf and hearing youths in Brazil: Improving a questionnaire on sexual behavior and HIV/AIDS*. Qualitative Health Research. 18, 4 565-578
- BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, Colecção Ciências da Educação.
- BOURDIEU, Pierre (2001). *Compreender* In: Bourdieu, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- CABRAL, Eduardo (2005). *Dar ouvidos aos surdos, velhos olhares e novas formas de os escutar*. In Orquídea Coelho (Coord.), *Perscrutar e Escutar a Surdez*, (pp.37-57). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, Colecção Caleidoscópio.
- CAMPOS, Maria José (2005). *A emergência do Povo Surdo*. In Orquídea Coelho (Coord.), *Perscrutar e Escutar a Surdez*, 2 (pp.59-74). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, Colecção Caleidoscópio.
- CARNEIRO, Nuno (2006). *Ser, Pertencer e Participar: Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
- CARVALHO, Paulo (2007). *Breve História dos Surdos – no Mundo e em Portugal*. Lisboa: Surd'Universo
- COELHO, Orquídea (2007). *Construindo Carreiras: (re)desenhar o percurso educativo dos surdos a partir de Modelos Bilingues*. Dissertação de

Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

COELHO, Orquídea (2009). *Direitos linguísticos, acessibilidade e cidadania: Spread the Sign e Profacity*. Revista Diversidades, 25, 22-25.

COELHO, Orquídea (2010). *Os movimentos sociais dos surdos no mundo ocidental e os banquetes dos “surdos-mudos”*. In: Orquídea Coelho (Org.), *Um copo vazio está cheio de ar – Assim é a surdez*, (pp.71-76). Porto: Livpsic

COELHO, Orquídea (2010). *Acessibilidades, desenho universal e Políticas Públicas*. In: Coelho, Orquídea (Org.), *Um copo vazio está cheio de ar – Assim é a surdez*. (pp.87-90) Porto: Livpsic

COELHO, Orquídea (2010). *O que os números revelam, corroborando o que escrevemos*. In: Orquídea Coelho (Org.), *Um copo vazio está cheio de ar – Assim é a surdez*, (pp.91-93). Porto: Livpsic

DAGNINO, Evelina (1994). (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense

DALE, Roger (2002). *Globalização e Educação: Demonstrando a Existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?”*. Educação, Sociedade & Culturas, 16, 133-169.

DANESI, Marlene Canarin. (2001) (Org.). *O Admirável Mundo dos Surdos – Novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez*. Porto Alegre: Edipurs (15-156)

DURKHEIM, Émile (2001). *As regras do Método Sociológico*. Coimbra. Rés Editora

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS (2001). *Carta dos Direitos da Pessoa Surda*, Apresentada ao III Congresso Nacional de Surdos, Beja, In: Orquídea Coelho (Coord.), *Perscrutar e Escutar a Surdez*, (pp. 75-80). Porto: Edições Afrontamento.

- FELLINGER, J. et al (2005). *An innovative and reliable way of measuring health-related quality of life and distress in the deaf community*. Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol, 40, 3, 245-250
- FELLINGER, J. HOLZINGER, D. SATTEL, H. & LAUCHT, M. (2008). *Mental health and quality of life in deaf pupils*. Eur Child Adolesc Psychiatry, 17, 414-423.
- FERREIRA, Pedro (2006). *Concepções de Cidadania e Experiências de Participação na Sociedade Civil: Uma Perspectiva do desenvolvimento Psicológico*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- GOMES, Maria do Céu (2010). *Lugares e Representações do Outro – A surdez como diferença*. Porto: Legis Editora.
- HALL, Stuart (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro
- HARDING, Sandra (1986), *From the Woman Question in Science to the Science Question in Feminism*. In: Harding, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press
- HARDING, Sandra (1991), *Whose Science? Whose Knowledge?: Thinking from Women's Lives*. Cornell University Press
- KAUCHAKJE, Samira (2003). *Comunidade Surda: As demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social*. In: Silva, Ivani Rodrigues, Kauchakje, Samira & Gesueli, Zilda Maria (2003). *Cidadania, surdez e linguagem. Desafios e realidades*. São Paulo: Plexus editora.
- KLEIN, Madalena (2001). *Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador*. In: Skliar, Carlos (org.). *A Surdez – Um olhar sobre a diferença*. 2ª Edição. Porto Alegre: Ed. Mediação
- LOPES, Maura C. (2006). *O direito de aprender numa escola de surdos*. (27-46) In: Thoma, Adriana & Lopes, Maura (2006) (Orgs.), *A invenção da surdez II. Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: EDUSNIC.

- MAGALHÃES, A. M. (2003). *As transformações do mercado de trabalho e as novas identidades individuais e colectivas: a reconfiguração do papel da escola e da cidadania*. In: J. Alberto Correia e Manuel Matos. *Violência e violências da e na escola*. Porto: Edições Afrontamento, (pp.39-62).
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- MEAD, George H. (1934). *Mind, Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago
- ME/DGIDC (2009). *Educação Bilingue de Alunos Surdos – Manual de Apoio à Prática*. Lisboa: Editora Cercica
- MENEZES, Isabel (2007). *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*. Porto: Livpsic
- MOURA, Maria Cecília (2000). *O Surdo, caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Editora Revinter.
- NOGUEIRA, Conceição (2000). *Feminismo e discurso do género na Psicologia Social*. In Toldy, T.; Casqueira, J. (Ed.), *A igualdade entre mulheres e homens na Europa às portas do século XXI* (pp. 247-273). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- PACHECO, Natércia & CAMELO, João (2005). *Os poderes instituintes de uma cultura surda*. In Orquídea Coelho (Coord.), *Perscrutar e escutar a surdez*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- PARDAL, Alice (2000), *Nos meandros da saúde: Qualidade de vida da criança surda*. In Nunes, Rui (2000). (Coord.), *Perspectivas na integração da pessoa surda*. Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Coimbra: Gráfica de Coimbra
- QWIVY, Raymond e CAMPENHOUNDT, LucVan (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REIS, Filipa L. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado: Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor

- RICHARDSON, J. T. E., BARNES, L. & FLEMING, J. (2004). *Approaches to studying and perceptions of academic quality in deaf and hearing students in higher education*. Deafness & Education International, 6, 2, 100–122.
- SANCHEZ, Carlos (1990). *La increíble y triste história de la sordera*. Caracas, Venezuela: Ceprosor
- SCHERER-WARREN, Ilse (1999). *Cidadania sem fronteiras – acções colectivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec
- SKLIAR, Carlos (1998). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Ed. Mediação.
- STOER, Stephen, MAGALHÃES, António & RODRIGUES, David (2004). *Os lugares da exclusão social. Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez Editora.
- STOER, Stephen & MAGALHÃES, António (2005). *A Diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- VALA, Jorge (1986). *A análise do conteúdo*. In A.S. Silva e J.M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Ed. Afrontamento.
- VÁRIOS, (1999). *Dicionário da Vida Política e Social*. Plátano Edições Técnicas
- VIEGAS, José M. Leite. (2004). *Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O caso Português numa perspectiva Europeia*. Sociologia, Problemas e Práticas, nº46, 2004 (pp.33-50)

2. Legislação

Artigo 74º, nº2, alínea h) da *Constituição da República Portuguesa*

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Despacho nº 7520/98, do Ministério da Educação

Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Janeiro

Lei nº21/2008, de 12 de Maio

3. Endereços electrónicos

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/msantos/tese/C4-Metodologia.pdf> (capítulo da tese de Leonor Santos (2000) – documento disponível neste endereço)

www.eud.eu acesso a 29.08.2011

www.eud.eu/EUD-i-14.html acesso a 29.08.2011

www.fpasurdos.org.pt acesso a 29.06.2011

www.fpas.org.pt acesso a 06.08.2011

www.ICED2010.com acesso a 05.08.2011

www.inr.pt acesso a 06.08.2011

www.wfdeaf.org acesso a 05.08.2011

ANEXO I

GRELHA DE OBSERVAÇÃO EXPLORATORIA

Associação – Guião de Observação

Tópicos	Observação
Nº de associados (estimativa)	
Nº de associados/participantes que vão à associação frequentemente (estimativa)	Data: ____/____/____ ; Dia: _____ Nº de pessoas presentes: _____ Nº de inquéritos: _____ Notas: _____ _____ _____
Principais atividades	
Protocolos feitos com outras entidades	Quais? Com quem?
Novas tecnologias	Site: Redes Sociais:
História	

Associação: ____

Sara Alexandra Santos Pinho

Nota: Utilizada aquando das visitas a ambas as associações, esta grelha serviu para registar informações que se entenderam importantes, durante as observações de cariz exploratório.

ANEXO II

GUIAO DE ENTREVISTA

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Sara Alexandra Santos Pinho

(Estudante de Mestrado em Ciências da Educação no domínio de Educação e Surdez)

Boa Noite!

A partir desta entrevista pretende-se recolher informação sobre o seu contributo, enquanto membro da direção da associação, como também tentar perceber o funcionamento da mesma, através de algumas questões relacionadas com a participação dos associados e com as actividades desenvolvidas.

A entrevista será gravada em áudio, irá decorrer nas instalações da própria associação e terá uma duração aproximada de 45 minutos.

Apenas informar que todo o material recolhido será exclusivamente para efeitos de estudo, e que não será nunca revelado o seu nome nem o da associação. No caso de não aceitar responder a esta entrevista saiba que essa decisão não terá quaisquer consequências para si. No caso de aceitar, agradeço desde já a sua colaboração.

Guião de Entrevista

Data: ____/____/____

Associação: ____

Elemento: _____

Sexo: _____

Idade: ____ anos

Nível de escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Quando é que decidiu pertencer à associação? Desde quando faz parte da associação?
2. Porque é que pertence à associação? Quais os motivos que o levaram a isso?
3. Foi uma escolha/opção própria ou foi influenciado por alguém?
4. Ocupa este cargo diretivo desde que se tornou associado, ou depois?
5. Qual é o seu contributo para a associação?
6. Esse contributo é voluntário?

7. O contributo que dá à associação é a tempo inteiro ou parcial?
8. O que espera/procura da/na associação?
9. Quais as principais atividades da Associação?
10. Como são divulgadas as atividades?
11. Os associados e frequentadores da associação participam de forma ativa, envolvem-se?
12. O que pensa sobre a internet e as redes sociais? A associação tem, ou participa? Para que fins são utilizadas?
13. Existem parcerias ou protocolos entre a associação e outras entidades? Quais? Com que parceiros?
14. Qual é o número real de sócios?
15. E qual é o número aproximado de associados que frequentam regularmente a associação?
16. Esse número aumenta quando as atividades são, por exemplo: festas, convívios, torneios desportivos...?
17. Como está organizada a associação? Quais são os objetivos dela? Por o que é que luta esta associação?
18. Acha que os associados se envolvem nessas lutas ou sente que a participação destes tem um cariz mais lúdico do que interventivo?
19. Durante a “vida” da associação destaca algum momento, alguma conquista ou marco importante?
20. Pode contar-me um pouco da história da associação?

Notas:

Grata pela sua colaboração

Sara Alexandra Pinho

Nota: No início da entrevista era lido o consentimento informado, depois do(a) entrevistado(a) aceitar responder às perguntas era preenchido o espaço com informações sobre o mesmo. A secção de notas serviu para escrever algumas questões que iam surgindo e que não constavam, inicialmente, do guião.

ANEXO III

TRANSCRIÇÃO 1

ENTREVISTA 1

Local: *Aveiro (Local fictício)*

Data de realização: 09.09.2011

Hora de início: 21h e 43min

Hora de terminus: 22h e 19min

Nome do(a) entrevistado(a): *José Ferreira (Nome fictício)*

Idade: 56

Nível de escolaridade: Licenciatura

Profissão: Professor do 1º Ciclo

E – Entrevistadora

e – Entrevistado

E – “Então, boa noite! (..eeh..) A partir desta entrevista pretende-se recolher informação sobre o contributo, enquanto membro da direcção da associação, como também tentar perceber o funcionamento da mesma através de algumas questões relacionadas com a participação dos associados e com as actividades desenvolvidas aqui na, na associação. A entrevista será gravada em áudio, irá decorrer nas instalações da própria associação e terá uma duração aproximada de 45 minutos. Apenas informar que todo o material recolhido será exclusivamente para efeitos de estudo e que não será nunca revelado o seu nome nem o da associação. No caso de não aceitar responder a esta entrevista saiba que essa decisão não terá quaisquer consequências para si, no caso de aceitar agradeço desde já a sua colaboração. Aceita?”

e – “Á vontade!”

E – “Então, eu começava por lhe perguntar, quando é que decidiu pertencer à associação? Ou..desde quando é que faz parte da associação?”

e – “Faço parte da associação desde 2001, integrado no processo da sua criação porque era membro da Junta de Freguesia e foi a Junta de Freguesia que deu o primeiro impulso à vontade de um grupo de associados surdos, que viviam na cidade, ou por cá se encontravam para com..para fazerem uma associação.”

E – “Então, e porque é que, porque é que decidiu pertencer a esta associação? Tem familiares surdos, tem alguém ligado à surdez, ou foi, ..ou foi a partir da vontade desse grupo?”

e – “Foram três motivos, o primeiro porque estava na Junta de Freguesia eh..o segundo porque era professor do ensino especial e o terceiro porque tenho uma irmã com um défice auditivo grande.”

E – “E no seu, no seu trabalho com crianças especiais, no ensino especial, tinha alguma criança surda?”

e – “Tive, tive, nessa altura era coordenador da ECAE, Equipa de Coordenação do Ensino Especial, e estava também a fazer a especialização em ensino especial e tinha, tive um ou dois alunos surdos, mas durante pouco tempo.”

E – “Mas..isso de certa forma ajudou-o a...ou motivou-o para a criação da associação?”

e – “Nãaa..a cri..a..a associação criou-se por vontade e força dos surdos (“..dos surdos.”), os ouvintes, dois ou três ouvintes que ficaram sócios da associação desde esse início, foram membros da Junta, pelo menos três membros da Junta ficaram como sócios. Eu fui ficando mais de apoio eh..e também tinha alguma apatia, ou pouco que fazer nessa altura e, fui ficando porque sentia que não só a vontade dos surdos chegava para a formação de uma associação, mas que era necessário que alguém, um ouvinte lhes desse algum suporte, sobretudo nos contactos com o meio. (“..e em termos burocráticos..”) ..Exactamente essa parte toda, eu desde o início fui sempre o secretário da associação, ainda hoje o sou.”

E – “Este contributo que dá à associação é voluntário?”

e – “Totalmente!”

E – “Mas, não está a tempo inteiro na associação?”

e – “Não, apoio a associação, sou membro da direcção, assumo essa função,..assumo essa função enquanto membro deste órgão de direcção.”

E – “Quais são as principais actividades desta, ..desta associação?”

e – “A associação tem um...é uma IPSS, desde 2004, por isso tem toda a parte burocrática relacionada com a Segurança Social, desde ter um contabilista e contabilidade organizada. Também somos membros da Federação, por isso temos de ter planos de actividades, relatórios de actividades, contas de gerência, todo esse processo burocrático de funcionamento de uma associação, a associação cumpre! Eu tenho dado o meu contributo, sobretudo, a nível da escrituração, do contacto com o exterior, agora...a associação, todos os anos apresenta aos sócios uma, um plano de actividades e um calendário. Não só os grandes, ou as grandes linhas de actuação, mas depois, mês a mês, todas as actividades que a associação vai fazendo, a associação faz um calendário e depois.. (“..e essas actividades são..eu vi, pude ver lá fora,

têm grupo de teatro..”) ..pois, temos grupo de teatro, temos actividades desportivas, temos actividades culturais e recreativas, desde os passeios para conhecer Portugal, por isso há vários projectos. “Á descoberta de Portugal” é um título que nós damos, que nos leva a conhecer várias regiões do país, todos os anos fazemos três, quatro viagens eh..com..b abrindo aos sócios e aos familiares. Temos também o festejo de datas,.. aniversários, dia das bruxas, S. Martinho, eh..festa da primavera, eh.. Os surdos fazem vários concursos, torneios desportivos, desde as cartas, ao ténis, aos matraquilhos, depois tem o futsal, depois tem a pesca desportiva. Todos os meses há sempre uma, duas ou três actividades.”

E – “E como é que são divulgadas essas actividades?”

e – “Porque esta associação estando **na cidade** a maior parte dos seus sócios, não são de **cá**. Embora sejam os de **cá** que aguentam o funcionamento da associação, é uma associação quase que a nível regional..e temos surdos que vêm desde Espinho, desde Viseu, até Coimbra, Figueira da Foz eh..toda esta zona se concentram aqui. Por isso, era necessário divulgar essas, estas actividades. Daí a associação criou o seu boletim de actividades trimestral, em que..vai ao calendário e lembra os sócios de que, nestes três meses a seguir, vai ter no dia tal, uma coisa está programada e depois eles inscrevem-se para essa actividade. (“..e isso é enviado pelo **correio...**”) Pelo correio, os que têm email, vai agora por email, mas mesmo assim, pelo correio da uma despesa bastante grande, mas fazemos esse esforço. Fazemos não só o envio das actividades que se vão fazer, como fazemos um pequeno relato das actividades que foram feitas, porque alguns não, não vieram, não puderam vir, mas que ficam mais ou menos dentro, até para apanharem o apetite para virem para a segunda.”

E – “Sente que os associados eh.., envolvem-se nessas actividades...ou, ou é preciso insistir com eles para participarem.., quando têm actividades participa muita gente? Costumam participar muitos associados?”

e – “Em algumas actividades sim, outras actividades não. Algumas são mais específicas para os mais novos, torneios e não sei quantos, aí vêm eles, os mais novos. Festas de aniversário, passagem d’ano, alguns passeios vêm os mais, os mais idosos também. Mas notámos que, nos últimos tempos, o número de pessoas a participar tem diminuído um pouco. (“..e vê esse, esse aspecto, por que motivos?...talvez porque, por causa da distância..e as pessoas em termos económicos...”) há a dificuldade, há a dificuldade...penso que os termos económicos devem estar desmotivar as pessoas. Nós fazemos sempre coisas, é o preço mínimo para as coisas funcionarem, e algumas até são gratuitas, mas.. (“... só que as pessoas têm que se deslocar **ee...**”) há um impedimento, o facto de a associação ter adquirido uma carrinha tem facilitado a vida a alguns, não muitos, porque não conseguimos ir a muito longe, buscar algumas pessoas para uma actividade, quando se inscrevem e não têm transporte.”

E – “Falou-me há pouco que, que as actividades também podiam ser divulgadas por email, para aquelas pessoas, aos associados que têm email. A associação tem, tem alguma página na internet?.. Está no facebook ou..”

e – “Não. Não temos, nunca con.. abrimos, começamos a abrir uma página, mas depois não tínhamos cá nenhum especialista, não tínhamos nenhum especialista que construísse a página, sobretudo meter os conteúdos. Foi uma área em que nunca evoluímos. (**“Mas acha que se tivessem essa página na internet e se pusessem lá as actividades, ou o boletim das actividades disponível na internet poderiam chamar mais pessoas, poderiam vir mais pessoas?”**) Eu penso que é sempre uma porta que se tem que explorar e que está por explorar. Para compensar isso, nós utilizamos muito a imprensa regional, tanto para divulgar o que se vai fazer, como depois para fazer um relato do que se passou, para manter não só os surdos informados, mas a própria comunidade. O ano passado aderimos, eh..membros de uma união das IPSS's **deste** concelho, são 32 e têm um órgão a funcionar, e que funciona como divulgação das actividades e nós estamos a utilizar já essa, essa plataforma para poder também divulgar as actividades da associação e o que é a associação, mas aqui ao nível **da região**.”

E – “Esta associação tem parcerias ou protocolos com outras entidades? Falou-me há pouco na Segurança Social..mas..há mais algum parceiro..”

e – “Sim, a Segurança Social é fundamental para o funcionamento, porque temos um centro de convívio, que funciona às sextas, sábados e domingos, como funciona qualquer centro de convívio de outra IPSS. Eles vão reunindo uma vez por semana, fazem as suas actividades, com determinada área, com os idosos ou com os mais novos. Nós aqui é, como sócios temos um protocolo que nos permite, à associação, sobreviver. Depois temos também, eh..como somos membros da União Concelhia das IPSS's, também recebemos agora, começamos a receber algum apoio, sobretudo de, de..logístico e esperamos outros apoios porque, como somos membros temos alguns direitos, as outras IPSS's consideram-nos iguais a elas e podem-nos pois ajudar em algumas coisas que elas têm e que nós não temos e que pode ser útil. E nós é igual. Nós estamos agora a lançar cursos de Língua Gestual e estamos a utilizar as instituições, porque haviam pedidos e eles estão a fazer a divulgação e vamos ver o que é que vai dar.”

E – “Falou-me nos cursos de Língua Gestual. Em termos de formação..para os surdos ou para as pessoas da comunidade?”

e – “Estes cursos são para a comunidade (**“..são para a comunidade.”**) são para a comunidade porque acho..pensamos que tem que haver uma arma nas mãos das pessoas da comunidade que, conhecendo a língua materna dos surdos, poderão depois abrir algumas portas em termos da comunicação, que é a grande barreira que sentem. (**“..e em termos de formação para as pessoas surdas que são associadas..da associação,..apoios, ou mesmo em termos de emprego...”**) Tentámos, tentámos..quando, tínhamos, tivemos funcionária aqui na associação, funcionárias..estagiárias na associação, intérpretes, elas serviram para fazer esse trabalho.

Seria..eram elas que faziam a ponte. A grande dificuldade que a associação tem é, não ter um membro, uma intérprete a tempo inteiro. Aliás, já várias vezes pedimos à Federação, que colocasse na associação, uma intérprete que eles costumam utilizar a nível nacional para apoio jurídico, ou outros apoios, para facilitar a vida dos surdos. Devia estar colocada pela Federação, na associação local, sempre disponível para os trabalhos a nível da Federação. O resto do tempo estaria para dar apoio ao funcionamento e organização da associação e também, ao apoio local, mesmo que não seja pedido à Federação, mas que muitas vezes..é preciso ir ao médico, é preciso ir a um serviço público.. (“..para resolver os problemas do quotidiano.”) exactamente, e isso faz muita falta e sentimos essa lacuna muito grande.”

E – “Agora, em termos de sócios, qual é o número real de sócios que a associação tem?”

e – “217 sócios.”

E – “e.., Desses 217 sócios, um número aproximado, uma média, daqueles que participam regularmente, que estão cá todas as semanas..?”

e – “Todas as semanas podem..há um grupo, há um grupo de uns 30, 30 que são frequentadores habituais. (“30, disse..?”) 30, 35 frequentadores habituais ao nível do fim-de-semana. Alguns todos os dias que está aberto estão sempre presentes, há outros que, sobretudo sextas e sábados, o grupo alarga. Se bem que, nas actividades grandes nós costumamos juntar 70, 80. (“Era essa a questão que lhe iria colocar a seguir. Quando são actividades como festas, convívios, torneios desportivos, esse número duplica.”) Sim, sim, duplica à vontade e sentimos que, há outras pessoas surdas, de outras regiões do país que costumam aparecer por cá. (“Mesmo não sendo associados?”) Exactamente, sabem que está a funcionar a associação à sexta-feira ou ao sábado e de vez em quando aparecem um carro, ou dois, ou três, aparecem por cá. Quando há actividades participam nas actividades, quando não há estão nas actividades normais do convívio. Porque cartas nesta casa há todos os dias, (risos), e outras coisas no género. (“..é o convívio no geral, não é?”) Sim.”

E – “Em termos de organização, de funcionamento da associação, como é que ela está organizada? ..o Senhor é o secretário.. Mas, como é que ela está organizada no seu, no seu interior?”

e – “A associação está dividida em departamentos, o departamento da formação que, que eu sou o responsável e, e quando estava uma intérprete, a intérprete fazia parte desse grupo. Depois tinha o departamento desportivo e tem uma pessoa responsável pelo departamento desportivo. Depois tem um departamento cultural recreativo, no qual está englobado o grupo de teatro, eh..também há outra pessoa. Há a divulgação, boletim, divulgação, os contactos com o exterior, normalmente sou eu que, que dou os últimos retoques.”

E – “Sente que fazia parte um departamento mais ligado à informática para..então desenvolver a página e para os contactos..?”

e – “Sim, sim...mas.. Há uma ou duas pessoas que sabem, como.., mais ou menos funcional, mas..penso que não têm capacidade para gerirem uma página porque depois, a nível de, da, dos textos há.. é muito difícil e, do que sai para o exterior tem que ter alguma, alguma regra de funcionamento, não pode ser lançado...e tem sido isso que tem.. Porque eu penso que, a maior parte do funcionamento desta, desta instituição é feita pelos surdos, e não tem que ser um, um ouvinte, no meu caso, tenho que dar uma ajuda, tenho que facilitar a vida, mas não posso ser o dirigente. (**“Exacto.”**) Os dirigentes são eles e, e, e o ex-presidente, que tinha uma grande bagagem e, bastante capacidade, porque falava com relativa facilidade, desenvolvia muito trabalho e agora, esta nova equipa é mais limitada. São cumpridores do existente, mas não alargam horizontes.”

E – “Quais são os objectivos da associação?”

e – “O objectivo principal é dar apoio aos sócios e ocupá-los e, sensibilizar toda a comunidade para a existência de um grupo de deficientes auditivos, que existem na comunidade e que sentem dificuldades de comunicação e de integração. Esse é um trabalho que tem sido feito e penso que, um grupo grande de pessoas da comunidade, começam a olhar as pessoas surdas com alguma..eh.. com outros olhos. (**“Estão mais sensibilizadas.”**) Sim, penso que há...mas, da parte dos surdos, eu sinto que continua a haver muita dificuldade, deles próprios resolverem as situações..com o exterior. (**“..e sente que o facto de os associados estarem espalhados por sítios tão distantes da associação, que dificulta esse apoio, e dificulta essa ajuda em... nesses pequenos problemas do dia-a-dia...porque...”**) Pois..eh..a associação não pode resolver os problemas que o Estado deveria resolver. A associação pode ser um meio de ajuda, as condições que nós temos como associação, permite ter aqui em Águeda, algum ponto de referência para os surdos, mas não as soluções. Porquê? Se nós tivéssemos uma técnica de Serviço Social, se nós tivéssemos uma intérprete permanente, eh.. poderia, com a existência de uma carrinha, poderia, outros surdos que estão isolados nos seus concelhos, nas suas terras, podiam receber uma ajuda que nós não conseguimos dar. (**“..por falta de recursos..?”**) Nós praticamente, praticamente não passamos da vida associativa e do centro de convívio. A outra parte que seria muito útil para as pessoas surdas, essa, a associação não tem capacidade para a fazer. (**“Então é por falta de recurso.”**) Exactamente!”

E – “Porque é que luta esta associação, por esses objectivos? ..por tentar, com os recursos que tem, ajudar o máximo possível?”

e – “O que eu tenho sentido é que ela ma..tenta..sobreviver, mantendo aqui este ponto de referência. Porque já, já aconteceu que Espinho foi a baixo e, que outras associações vão passando mal, em termos de funcionamento e, nós lutamos para que, este, ..ao menos este espaço seja um ponto de referência e, e de encontro para os surdos de, de.. desta região toda. Porque essa é uma das lacunas da vida deles, é terem locais onde se possam encontrar, usar a sua língua eh.., trocar as suas experiências. Depois, a outra parte seria muito bom mas, não vejo

ainda a possibilidade de a realizar nos próximos anos. (**“Então, para já, manter o espaço e manter esta comunidade mais ou menos unida...”**) E ocupar e, sensibilizar e, tentar unir e, tentar dar alguma resposta propondo actividades e depois... (**“..num futuro mais longínquo..”**) ..quando, quando eles estiverem mais unidos e forem mais e, quando houver mais consciência na comunidade de que poderia haver melhor resposta para eles então, penso que surgirá um outro tipo de resposta mais, mais adaptada. Nós tentamos, aqui, não viver nesta associação fechados mas, tudo o que nós temos é para nós e é para os outros. No âmbito do grupo de teatro, nós conseguimos adquirir uma aparelhagem e equipamento de luz que já temos disponibilizado a várias associações. E porquê? Porque nós estamos a dar em troca aquilo que temos, para depois recebermos deles “portas abertas” para outras, para outros apoios. E essa troca, temos até..fizemos até um protocolo com uma instituição que se candidatou à construção de um lar, um lar residencial eh..para deficientes e não deficientes, mas que os surdos têm já um ponto de referência aí. (**“..e podemos saber qual é essa...”**) É a associação, é o Centro Paroquial de **uma vila próxima.**”

E – “Durante a vida da associação, uma vez que está, que está desde as suas fundações, durante a vida da associação, destaca algum momento, alguma conquista, algum marco importante...alguma coisa que destaque, durante este percurso todo?”

e – “Destaco a mudança para estas novas instalações. Nós vivemos durante muito tempo em instalações alugadas, numa zona onde havia cheias, e todos os anos tínhamos uma ou duas vezes que andar com a casa às costas, porque tínhamos que lavar tudo o que as cheias estragavam eeh... e depois de uma luta de vários anos com a Câmara Municipal conseguimos que nos fossem cedidas estas instalações, nas quais todas as melhorias são por conta da associação. (**“Está a falar em termos de obras...manutenção...”**) De obras, de obras, de manutenção eeh...a câmara simplesmente emprestou o espaço. E depois todo o trabalho é feito pelos surdos ou então, adquirindo alguns serviços. (**“Mas não pagam?”**) Também não pagamos nada, é gratuito, mas em troca tivemos que fazer todas as adaptações. (**“Então isso foi um passo importante para...”**) Foi, porque nos deu garantias, as instalações são razoáveis eeh... fomos a instituição que deu mais movimento a este local, que estava meio abandonado e que agora já está cheio de instituições. E com as quais se pode fazer algum trabalho.”

E – “Eu reparei, já que está a falar no espaço da associação, que tem várias salas que estão ocupadas com valências diferentes, digamos assim. Pode-me falar um bocadinho disso?”

E – “Essa ideia é, dado o espaço que tínhamos, o bar, o centro de convívio, a esplanada seriam locais mais próprios para o convívio e para o encontro. Depois temos também a sala central que nós chamamos o salão, que é onde está a televisão com a sportv, onde podem ver filmes, também temos essa actividade uma vez por mês. (**“...reparei que têm computadores?”**) Onde também temos os computadores disponíveis com a internet para quem chega e quer trabalhar aqui. Depois temos uma zona mais resguardada, só pode entrar a direcção, que é onde estão guardados os

documentos, chamada a sala da direcção. Depois temos uma sala projectada para formação, que seria, aproveitar aquele espaço, que nos foi cedido agora ultimamente, porque estava lá uma instituição e, que ainda não está ainda completamente equipada. Mas aí será a formação exterior, a formação interna, que nós não conseguimos dar ainda...avanço a ela porque precisávamos de alguém voluntário que viesse dar formação de Língua Portuguesa. Ainda não conseguimos que os surdos se entusiasmassem para fazerem, era um gosto do antigo presidente, mas que nunca chegamos a avançar. (**“Então era a Língua Gestual para a comunidade e a Língua Portuguesa para os surdos..”**) Era a Língua Portuguesa e a informática, eram duas áreas que nós gostávamos que eles desenvolvessem.”

E – **“Já me falou um pouquinho da história da associação mas, podia contar-me um pouco mais eh...em termos cronológicos como é que as coisas foram passando? Já percebi que tiveram instalações, mudança de instalações...”**

e – “Em 2000, 2000 e antes os surdos encontravam-se porque vinham às festas dos filhos. E havia um grupo, uns residentes **aqui**, ou no concelho, e alguns de fora e esporadicamente encontravam-se na rua, ou nas casas de cada um. E, e nós sentimos eeh...isso quando a Junta de Freguesia da qual eu fazia parte, tínhamos lançado, até para o aparecimento de novas associações, que pagávamos a escritura pública da constituição de associações, e a associação de surdos apareceu nesse contexto. (**“Porque eu vi, eu pude ver lá fora, num placard que têm afixado, que a associação começou...ou foi fundada a 6 de Novembro de 2000.”**) Essa é a data da escritura pública, que foi paga pela Junta de Freguesia como pagávamos as outras. Eh...a primeira sede, funcional, foi na própria Junta de Freguesia, reuniram algumas vezes. Lembro-me do Dr. Alberto Fernandes, que chegou a vir de Lisboa **até aqui**, dar força e entusiasmo que estava no Secretariado Nacional de Reabilitação. Dar força, entusiasmo e abrir algumas portas. Depois começou a divulgação nos jornais, da existência dos surdos. Algumas actividades que eles começaram a fazer. Houve uma pessoa da comunidade que emprestou uma pequena sala, nessa zona de cheias, que estava toda cheia de lama. Depois aquilo foi uma festa e já o princípio da união dos surdos, que fizeram limpezas, que ajeitaram eh... e depois, pouco e pouco foram construindo, a sede que era pequenina, tornou-se mesmo pequena. Então, tiveram que alugar ao senhor, aí já alugar, um espaço... (**“Maior”**) ...de uma oficina que... Tivemos que pôr paredes abaixo, construir casas de banho, construir uma secretaria, organizar as coisas...e a sala de ponto de encontro era num terraço que ele tinha, que era comum a várias lojas que ele lá tinha. E aí foram dois, três anos de, de...engraçados. 2004, a associação entendia que estava no contexto nacional e começou a organizar o primeiro convívio nacional de surdos. (**“Foi a associação...”**) **Fomos nós** que lançamos a ideia, a partir de um sócio que queria organizar sozinho e, a associação assumiu essa tarefa e reunimos **aqui mesmo** várias associações. Este ano em Coimbra, pois teve um ano que não se fez, **voltamos** a repetir, o segundo convívio nacional, este já na zona da Bairrada, que entendemos que devíamos ir mudando de localidade e de concelho, até para dar outra visibilidade à região. Ultimamente, outras associações ou a Federação

assumiram isso como uma actividade que estão a juntar no dia nacional do surdo, agora em Setembro, no dia 25 em Coimbra, é a marcha da comunidade surda e o quinto encontro nacional. Começaram **aqui** por iniciativa dos **surdos desta associação.**”

E – “Quando é que a associação começou ou, ou ficou ligada à Federação? ...foi desde o início da associação?”

e – “2002/2003... No início foi a Associação de Surdos do Porto que nos deu algum apoio no arranque, sentimos como se fosse nossa madrinha ou padrinho e também sempre ficamos com boa ligação, porque eles têm, temos participado nos convívios e nos torneios deles e eles também vêm aos nossos. (**“Há um intercâmbio entre...”**) Sim, há, há entre as associações um intercâmbio e eles fazem, esta associação faz questão de corresponder aos pedidos. Agora, com a carrinha é muito mais fácil, antigamente era muita despesa, e também eles sentem a necessidade e o gosto de organizarem também coisas, **aqui**, que sejam a nível nacional. No dia 18 vamos ter o III Torneio Amizade de Pesca, em que pelo menos há quatro associações, a nível nacional, vêm **à nossa cidade.** (**“Então, têm esse intercâmbio com a Associação de Surdos do Porto. Há outras associações com quem também têm esse contacto frequente e parcerias..?”**) Umas, ...penso que já, já fizeram intercâmbios com todas as associações, até com Faro. (**“Mas, há umas que são mais frequentes.”**) ...as...algumas porque são mais perto ou, porque têm uma actividade, por exemplo a Amadora é uma das que alinha sempre. Porto foi bastante, Guimarães, Braga ou, às vezes há mais possibilidades de ir ou não, mas Porto, Guimarães e Braga são mais perto. Também Coimbra, o grupo que está lá constituído, também temos ido...”

E – “Pronto, damos então...não sei se quer acrescentar mais, mais alguma coisa que ache pertinente...”

e – “Eu é só, é só... Este trabalho que a associação faz, penso que é muito bom pelo facto de, de permitir o encontro entre as pessoas surdas. É um tempo, quando vêm à sede ou às actividades são sempre pontos fortes para a comunicação deles. Há, aqui, pelo facto de ter aqui um ouvinte na direcção, que permite fazer algum, algum, algum ponto de ligação com a comunidade. Porque penso que é fundamental a integração das pessoas na comunidade e abrir as portas para que eles tenham acesso. Eu reparo, quando fazemos, e temos também essa como intenção, todos os anos temos um convívio, um dia, em que partilhamos com uma outra associação da comunidade. Vamos às instituições, às instalações deles, fazemos actividades, fazemos às vezes formação... Por exemplo, estou a lembrar-me da Cruz Vermelha ou dos Bombeiros e terminamos na sede da associação com um jantar ou um almoço. (**“Têm esse cuidado de estar sempre visíveis na comunidade!”**) Exacto! Eu também tenho assumido o papel de repórter nos jornais, aliás, só escrevo sobre os surdos e para quê? Porque há pessoas que sabem muito da vida dos surdos, pelo facto de lerem jornais. E quando vêm isso é um ponto forte. E tenho notado que, quando vamos a uma actividade com uma outra instituição, as pessoas que eles começam a conhecer são

pontos fortes para eles. Depois, noutras actividades ou noutras ocasiões, em que já não está a associação por detrás, mas eles encontram essas pessoas e eles agarram-se a essa experiência positiva que tiveram. (**“São contactos e conhecimentos que depois...”**) ...que ficam, dão resultados e que a eles dão segurança e às outras pessoas também.”

E – “Vejo, posso ver, pelo seu testemunho que, que gosta muito do que faz aqui e que a sua contribuição é muito importante. Apesar das coisas se calhar, não estarem...como disse há pouco, estarem a tentar apenas sobreviver e manter as coisas aqui, o convívio, que já não é fácil, não pensa em baixar os braços ou desistir?”

e – “Às vezes apetece. Mas...eu penso que, que é importante permanecer pelo facto de ser útil. Porque se eu sentisse que eles estavam autónomos e, e que a sociedade estava pronta para os receber sem problemas, eu já teria ido embora para outras coisas. Mas sinto que ainda há muito para abrir portas e abrir oportunidades a estas pessoas. Têm uma capacidade enorme de trabalho, têm uma, dentro das possibilidades e dos conhecimentos que eles têm...uma dedicação enorme. Sinto que precisavam de novas oportunidades de desenvolvimento porque, de facto, em algumas coisas eles estão limitados mas, sozinhos não se safariam e, eu se passo aqui algum tempo e se abro algumas portas é por que sinto que ainda é necessário. Era bom que não fosse mas ainda é necessário. (**“Então, estamos cá para continuar!”**) Não sabemos, não sabemos...é uma luta que é para continuar e, e que não é fácil ser vencida.”

E – “Muito obrigado pelo seu contributo.”

E – “De nada.”

Nota: Algumas palavras desta transcrição foram suprimidas ou **alteradas** com o único propósito de manter o anonimato da associação e do entrevistado.

ANEXO IV

TRANSCRIÇÃO 2

ENTREVISTA

Local: *Viseu (Lugar fictício)*

Data de realização: 19.08.2011

Hora de início: 19h e 43 min

Hora de terminus: 20h e 25 min

Nome do(a) entrevistado(a): *Lúcia Santos (Nome fictício)*

Idade: 51

Nível de escolaridade: Licenciatura

Profissão: Sócia-gerente de uma empresa

E – Entrevistadora

e – Entrevistada

E – “Então(...) Boa noite. A partir desta entrevista pretende-se recolher..eh..informação sobre o seu contributo enquanto vice-presidente da associação e também, tentar perceber o funcionamento da mesma, através de algumas questões relacionadas com a participação dos associados e com as actividades desenvolvidas. A entrevista será gravada em áudio, irá decorrer nas instalações da própria associação e terá uma duração aproximada de 45 minutos. Apenas informar que todo o material recolhido será exclusivamente para efeitos de estudo e que não serão nunca revelados nem o seu nome nem o da associação. No caso de não aceitar responder a esta entrevista saiba que essa decisão não terá quaisquer consequências para si. No caso de aceitar, agradeço desde já a sua colaboração. Aceita?”

e – “Aceito, sim senhora!”

E – “Pronto. (...) Então,..eh..a primeira questão é: Quando é que decidiu pertencer à associação? Ou...desde quando é que faz parte da associação?...desde o seu início...ou...?”

e – “Eu sou sócia fundadora da associação e a ideia surge do facto de o meu pai ser surdo e ter-me pedido que..os surdos estariam um bocadinho sem..identidade enquanto grupo e que teriam necessidade de uma associação para se reunirem. Nesse contexto, pediram-me a colaboração, uma vez que eles teriam dificuldade em fundar uma associação, se eu poderia ajudar (“ajudar”) a fundar uma associação...e pronto, e começámos à volta de 2005...iniciamos todo o processo.”

E – “e..então, ocupa este cargo directivo desde queeee...desde o início de..da associação?”

e – “Não! Eu desde o princípio que me recusei a..eh..ahhh..a ter qualquer cargo directivo. A questão é que a responsabilidade da associação cresceu imenso, e foi a própria direcção da associação que entendeu que eu deveria fazer parte da direcção e só nesta (reforça com um tom forte) direcção é que passei a ser vice-presidente.”

E – “Então. Qual é o seu,..qual é o seu contributo para a associação?...quais são as actividades que desenvolve...”

e – “Eu, eu..eu não gosto muito de falar na primeira pessoa, é muito difícil dizer qual é o meu contributo. O que eu lhe posso dizer é que fiz o meu melhor para que esta associação existisse, em prol do apoio a surdos. ..eh..uma das coisas que criticam um bocado a associação é: porque é que ela é uma associação de surdos de apoio a surdos? Exactamente. Porque não há instituições, que eu conheça, que são de apoio a surdos. Elas são associações que fazem coisas..mas de apoio a surdos, eu não conheço instituições portanto..a ideia era uma instituição que ajudasse os surdos no seu dia-a-dia, na empregabilidade, na necessidade de serem..de sermos parceiros, nuuma..numa possibilidade de emprego, enfim, a ideia foi muuuito mais alargada do que isso.”

E – “eh..então..esse contributo que dá à associação não é a tempo inteiro, é a tempo parcial ou...”

e – “Eu diria que é a tempo inteiro. (“Sim”) Eu despendo muito mais de 40 horas semanais na associação. Do ponto de vista, se diz, se eu tenho aqui um horário de manhã, de tarde e à noite, não tenho. Eu tenho uma empresa que faço a gestão e que trabalho lá a tempo inteiro e..e dedico, (fff) seguramente, outro tempo inteiro à associação (risos). (“...à associação”)

E – “Então. Eh...agora estivemos a falar sobre o que dá à associação. E o que é que espera da associação?”

e – “No dia que os surdos tiverem, Intérpretes de Língua Gestual disponíveis, sem pagamento, 24 horas. No dia que os surdos consigam emprego com...uma possibilidade de terem uma ponte de ligação com a instituição, isto é, que nós possamos contribuir para que ele consiga o posto de trabalho, que é uma coisa que ele com dificuldade..sabe fazer. No dia que acharmos que todos os direitos dos surdos estão salvaguardados, pode crer que eu cumpro a minha missão.”

E – “Então, e...quais são as principais actividades desta, desta associação? O que é que fazem cá?”

e – “Neste momento, não fazemos muitas..fazemos muitas actividades culturais, sociais..eh..é para aí que nos viramos, isto porquê? Como deve saber, não sei se sabe, esta é uma sede provisória, não é uma sede definitiva e aqui não é possível co-habitarem várias actividades e várias acções porque o espaço, apesar de dizerem que é grande é muito pequeno porque é uma sala única. (“..exacto”) Com a nova sede que o Presidente da Câmara fez o favor de nos oferecer, eh..a nova sede é um espaço enfim...belo, para já, portanto, que vai dar muita felicidade às pessoas que vão trabalhar lá, porque ele é lindíssimo. É um edifício antigo em estado novo,

uma coisa lindíssima, uma..uma escola, uma ex-escola, e portanto a inauguração vai ser no dia 24 de Setembro. Portanto, a partir desse dia temos calendarizado já uma série de situações, que vão começar em Outubro, Dezembro Fevereiro, Março. Diria que as actividades enquanto sociais e culturais, são aquilo que eu chamaria vulgarmente, enfim o que qualquer instituição, mais ou menos, faz. Portanto, aí não seremos muito diferentes. eh..isso é uma questão. A segunda questão para mim, importante...”

(neste momento a entrevista foi interrompida pela própria vice-presidente pois o espaço não oferecia as melhores condições de acústica.)

E – “Vamos então repetir a..a.a questão. A minha questão era: Quais são as principais actividades da ...?”

*E – “Em termos de actividades sócio-culturais, não temos muita inovação, nem é esse o nosso objectivo, sermos inovadores aí. O que nós queremos ser inovadores é nos serviços que os surdos tenham acesso livremente e sem pagamento. Eu entendo que o modelo que está hoje criado, que eu conheço, que é: o surdo precisa de uma intérprete tem que requisitar, tem que pagar, para mim é um processo falido, injusto e discriminatório, portanto. (“Acaba por não ser direito nenhum”) Não é direito, isso é discriminação para mim, pronto. A nossa actividade vai-se debruçar, fundamentalmente, num centro de dia, fundamentalmente. Num centro de apoio domiciliário, a surdos óbvio. Numaa, numaa, num serviço de intérpretes 24h, ou seja, um surdo que às 3h da manhã tenha um acidente, salve seja, mas pode acontecer, porque eles andam aí na estrada, imediatamente requisita uma intérprete e passado 10 minutos, 20 minutos, terão uma intérprete para poder explicar o que se passa, porque eles são extremamente discriminados em situações de justiça, polícia, enfim...extremamente discriminados, porquê? Porque não se fazem entender e muitas das vezes a própria polícia nem percebe que eles não entendam um, um texto escrito e portanto tudo isso é, é, é bastante dramático para um surdo. Portanto o serviço de intérpretes 24h para mim é, é, talvez o projecto mais megalómano que nós temos. Intérpretes de língua gestual, eh, eh..intérpretes de língua gestual, já disse... professores de língua gestual disponíveis para dar cursos, também eles, quase gratuitos, ou seja, as pessoas vão pagar uma pequena taxa moderadora tipo 5€, ou 10€, ou 20€...e tudo o resto é financiado, portanto, os cursos de língua gestual para nós são fundamentais porque o Presidente da Câmara, quando nos apoiou neste projecto disse uma coisa que eu nunca vou esquecer, pelo menos enquanto viver, que é: quero fazer **desta** uma cidade modelo, uma cidade de acolhimento de surdos. Para isso, eu comecei logo a imaginar..uma cidade..toda ela que conhecesse a língua gestual. Logo a Câmara imediatamente, foi a primeira entidade, enquanto entidade oficial, a traduzir o site em Língua Gestual Portuguesa, não conheço nenhuma câmara que o tenha feito e, o que é que nós estamos a pensar, no âmbito da Língua Gestual Portuguesa, ensinar língua gestual nos...restaurantes, nos cabeleireiros, ou seja, com objectivos funcionais, isto é, no restaurante nós só vamos ensinar o vocabulário que tem a ver com o restaurante, ou seja, a ideia é que, quando um surdo vá ao **“Café Central”**, por exemplo, passo qualquer publicidade, porque não tenho nada a ver com o **“Café***

Central” alguém lhe possa dizer em língua gestual o que é que ele pretende. Quando alguém vai ao centro de saúde aqui **na cidade** que possa, que saiba que passado 20 minutos, 30 minutos terá uma intérprete de língua gestual, ou poderá fazer uma remarcação com direito a intérprete sem qualquer pagamento. Quem diz isso, qualquer outra coisa, que de facto a cidade, mesmo a própria câmara quando tiver serviços, vai apoiar os serviços, no caso dos surdos, com uma intérprete de língua gestual. Não uma intérprete para onerar custos mas em parceria com a associação portanto, eles precisam, requisitam, nós vamos lá, fazemos o serviço, fazemos a informação e vimos embora. Os bancos idem aspas, portanto, a tal cidade de acolhimento de surdos. (“**uma verdadeira cidade bilingue**”) Uma verdadeira cidade bilingue, sem dúvida!”

E – “Então, eh..eh..de que forma é que você vê, os..os associados que frequentam a associação, acha que, que participam de forma activa e que se envolvem nesse, nesse tipo de, de actividades e acha que, que estão a receber de bom grado estas mudanças todas e, e têm conhecimento delas?”

e – “Eles estão incrédulos e como estão incrédulos, como estão habituados a ser enganados todos os dias, eles olham para isto e dizem: Será? Eu lembro-me, quando começamos em 2005, quando falávamos numa sede, sempre, esta nunca foi a sede definitiva, sempre uma sede provisória, lembro-me desde 2005, que toda a gente dizia: “Ah, nunca mais vamos ter um espaço, é impossível, tal.. Quando tivemos este espaço, que não é mau de todo, acho que até é um espaço bastante digno, este não era o definitivo, portanto, sempre chamamos a este espaço uma sede provisória, nós dizíamos: nós, vamos para um espaço maior, mais amplo, onde possamos fazer, concretizar todos estes sonhos que temos. E os surdos diziam: Impossível, não é possível, quem nos deu isto não nos vai dar mais nada, vai-nos empalhar, vai não sei quê! Até que eu desisti dessa luta. Desisti dessa luta, quando tivemos a sede, que fizemos, que nos entregaram as chaves agora no S. João, eh..até fizemos lá uma pequena festa, assim um bocadinho, enfim, particular, quase e, quando eles viram todos eles disseram: Eu pensei que era impossível! Se eu não estivesse aqui, com as chaves na vossa mão, eu não acreditava. Portanto é assim, mas eu respeito profundamente isso, eu sei que isso é fruto de constantemente eles serem, entre aspas, enganados. Consciente ou inconscientemente, mas eles são..e portanto é natural que eles estejam um bocadinho.. Eles estão activos, no sentido, só para ter uma ideia, eu neste momento, as obras que estão a ser feitas, estão a ser feitas por 6 surdos em regime de voluntariado. Você não imagina a obra que está a ser feita, está a ser feita por 6 surdos em total voluntariado, eles estão a fazer uma média, cada um de 40h semanais lá na obra. Em voluntariado absoluto. Eu diria, e tenho dito isto muitas vezes. Não conheço, em laado nenhum de Portugal ou da Europa sequer que, meia dúzia de surdos, ou seja de que deficiência for, se..se doam a essa obra, de uma maneira, sem nada em troca. Nós não damos uma cerveja, não damos um sumo, não damos água, não damos nada. Damos um jantar por semana, de comemoração. Digo-lhe, eu chego dias, que eu chego a casa e Choro!, porque aquilo é a manifestação mais linda que eu vi até hoje de espírito de grupo, de fazermos... A partir do momento que eles perceberam qual era a obra, eles

estão a fazê-la, mas estão a fazê-la como se estivessem a fazer uma obra a ganhar os seus salários, bom, é uma coisa inexplicável! (“..com muito gosto”) Com muito gosto! E portanto, isso é a maior prenda que eu podia ter recebido, que é esse empenhamento, que leva a que eu diga que eles acreditam. Claaro que eles acreditam! Há muitos que acreditam. Há outros que estão assim: Bom. Mais alguém a falar de nós. Todos falam em nós mas ninguém faz nada por nós. Este é o habitual, portanto temos que aceitar que eles estejam um bocadinho..eh..”

E – “...e também temos que os tornar um pouco mais visíveis à, à sociedade, para quee, se calhar, comecem a reparar neles de outra forma. E ao mostrar esse tipo de, de obras que eles fazem e objectivos que eles alcançam e conseguem, apesar de todas..todos os obstáculos e de todas as dificuldades, ao ultrapassarem esses, esses obstáculos e ao ser percebido isso pela sociedade, se calhar conseguimos mudar algumas mentalidades.”

e – “..eh..os surdos para mim..eeeh...ss..eu costumo dizer isto que é um bocadinho ofensivo, mas eu vou-lhe dizer isto como eu sinto que é: Eles são culpados no estado em que estão... Porque eles são excelentes enquanto grupo, intergrupo, interagem... mas, no que toca a darem notoriedade aos seus direitos, às suas necessidades, a tudo isso, eles nunca o fizeram bem, nunca. ..eh..E eu percebo porquê, porque de facto eles não têm voz, ou seja, têm uma voz física, que não é igual à minha nem igual à sua, mesmo nós, enquanto vozes, temos dificuldade, às vezes, de manifestar a nossa opinião, ainda pior a nossa opinião publicamente que é uma coisa muito difícil, pronto, já é difícil para nós. Para eles eu diria que é uma missão quase impossível, porque para nós nos expressarmos, expressarmos uma ideia, ou fazermos uma reivindicação, para alguém que tem o poder, o poder é um poder ouvinte, a pessoa tem que ter um, um...para já tem que ter perfil capaz de o fazer, pronto. Já é um perfil especial. E depois tem que ser capaz de transmitir esses conteúdos. Raros são os surdos, falaremos em 1, 1,5% ou 2% serão, ou 3 que teriam essa capacidade, mas desses 2 ou 3, provavelmente quando eles virem as oportunidades que existem, algumas são tão apetecíveis, que eles são condicionados por essas oportunidades, que normalmente os condicionam porque elas são muito financeiras e muito económicas. E, portanto, eles esquecem os surdos todos e começam-se a, a ser mais objectivos naquilo que tem uma compensação financeira directa. E aí perdem-se porque os apoios dos surdos não têm a ver com dinheiro. Essa não é a questão. A questão é: preciso de um intérprete de língua gestual! Às 3 da manhã! Preciso de um intérprete de língua gestual às 3 da manhã, isso não há preço que pague. ...e ele depois não pode pagar 250€ para ter uma intérprete de língua gestual às eh...às 3 da manhã, pronto! Essa para mim é que é a questão, portanto. Claramente, eles não dão voz porque de facto têm dificuldade em fazerem-se ouvir. Porque têm dificuldade no discurso, em articulá-lo, em explicá-lo em... (“..etc..”), essas coisas todas.”

E – “Agora passando a, a um tema um bocadinho diferente. Eu, numa pesquisa que fiz na internet, porque vi, vi cá os endereços, de..quer nas redes sociais, quer da página que vocês têm na, na internet... eh, eu gostava de saber para que fins são utilizados quer as redes sociais quer a, a página....para informação? Para divulgação das actividades...?”

e – “Nós estamos, neste momento, numa fase de.. Nós tínhamos prometido que: a 1ª fase era a fundação da associação, ...com as instalações provisórias. A 2ª fase seria viver nessas instalações provisórias até vir a nova sede e a 3ª fase é aquela que eu considero já o começar a rampa de lançamento que é eh.., o que serve para quê? Portanto, posso-lhe dizer que até 24 de Setembro teremos pronto o manual de procedimentos e é esse manual de procedimentos que com, os objectivos da associação, com o nosso, as nossas actividades, com tudo o que nós pretendemos fazer, vai nos dar um bocadinho o caminho, do que vamos fazer, quando o vamos fazer, em que datas o vamos fazer e portanto, e como vamos comunicar. E nessa altura, neste momento estamos exactamente a discutir isso, que é: o facebook vai ser um meio de comunicação, para massas e para os surdos. Portanto, vai ser fundamentalmente um meio de comunicação para o exterior, vai ser um meio de sensibilização para o exterior, porque a maior parte das pessoas não sabe o que é um surdo, não percebe nada sobre surdos, não percebe, não sabe, não entende porque é que um surdo não consegue perceber uma frase, pronto. Todas essas coisas, não consegue, pronto! Portanto, também de sensibilização e de informação sobretudo das actividades que estão a decorrer, de captação, seja do que for, mas tudo muito na base da comunicação da instituição com o exterior. (“..exterior”) Já na parte daa.. (“..do site”).. do, do site vai ser um caminho directo para mostrarmos o que fizemos, o que fazemos e o que iremos fazer. Não tão de comunicação simultânea mas numa comunicação de nós para os outros. Ok? (“Ok.”) Claro que, neste momento, está tudo em voluntariado, continuamos em voluntariado ee..só agora é que nós começamos a olhar para a internet e pró, e pró pró site porque, com a inauguração, nós queremos, no dia 24 de Setembro, ter isso perfeitamente definido, perfeitamente definido. (“..e funcional? ..e a funcionar?) A funcionar já estão, só que estão sem organização. A partir do dia 24 de Setembro, um bocadinho antes, talvez 10 12, por aí, já estará devidamente.. com a estratégia definida, com o que se pretende fazer, com os objectivos, com os executivos, todo.. nós vamos funcionar um bocadinho por dossiers. O dossier comunicação vai ficar a cargo de uma pessoa que depois essa terá não sei quantas pessoas a trabalhar com ela, tudo em voluntariado e vamos escalonar tudo, pequenos departamentos. Porque é mais fácil ter 20 departamentos e 20 pessoas a trabalhar cada uma no seu departamento, do que termos uma a fazer...depois haverá um coordenador, que essa coordenação não tenho duvidas nenhuma, passará por mim e pronto, vamos trabalhar por departamentos. E depois esses departamentos serão, terão alguma autonomia, dentro do que está definido em termos de estratégia, em termos de plano de acção.”

E – “Outra, outra coisa muito interessante, que eu reparei nas visitas que fiz à associação foi, o estarem a ministrar cursos de, de RVCC em parceria com, calculo, com um Centro de Novas Oportunidades. Isso é, é uma, é uma actividade para continuar?”

e – “Olhe, eu posso-lhe dizer que essa foi a nossa grande acção do ponto de vista, da pequenez que nós éramos. Nós fomos o primeiro, a primeira entidade no Norte do país a ter RVCC's para surdos, ou seja, nós queremos provar que somos capazes de fazer coisas pelos surdos. Que

éramos capazes de o fazer! Claro que, pronto, nós não tínhamos competências para o fazer, nós directamente, mas fizemos um acordo com uma escola, que ela sim, executou essa, essa necessidade. Ele é feito aqui em condições super mega precárias, mas não importa, agora com a nova sede já vão...eh..é o que eu digo, eles passaram do 8 para o 88, vão ter uma sala, vão ter pronto...estaremos organizados de outra maneira e portanto, RVCC evidentemente que é para continuar. Tivemos o primeiro, digamos, o primeiro grupo, que foram 4 grupos na ordem de 8 alunos cada um portanto, temos neste momento á volta dos 30 31 e, vamos ter.. agora já temos uma turma para abrir com mais 8 quee..faremos abertura lá já na nova casa. E, e estes que estão irão também para a nova casa, irão já para a nova casa porque a continuidade do curso será lá. E vamos continuar com o RVCC porque aí,.. nasceu esta, foi aqui que nasceu, aqui é o berço dos RVCC para surdos em termos do Norte do país. Nunca nada tinha, a Casa Pia é que os fazia, fora disso não havia mais ninguém que os fizesse.”

E – “..e.e isso surgiu de, de, pedido dos associados, de necessidades que eles tinham em termos de escolaridade ou, foi uma ideia...”

e – “Não, na, na, na, não..os surdos tinham essa necessidade mas confrontados com o RVCC regular, não era possível! Porque eles não têm capacidade para fazer um RVC..! Não têm capacidade não, eles não têm a informação disponível, na língua possível, para se provar que têm capacidade para fazer um RVCC. Portanto eles precisam de.. (“..condições”) ter os conteúdos, sobretudo, em língua gestual. Ultrapassado esse problema o RVCC está disponível, portanto, estão a fazê-lo sem problemas nenhuns.”

E – “Neste momento, qual é, mais ou menos, o número real de sócios? ..não aqueles que participam regularmente, mas o numero real de sócios.”

e – “Nós temos 210 sócios neste momento.”

E – “210..Ok! E desses, desses 210 sócios, qual é o número aproximado que frequenta regularmente..”

e – “Nós temos isso escrito. Nós somos a única instituição, a nível nacional, que controlamos todas as entradas na instituição, todas! Sócios ou não sócios. Posso-lhe dizer que em média, nós temos, neste momento, nós temos um gráfico que representa, que está devidamente documentado, uma média de 35 pessoas. (“por dia?”) Em média, por cada dia que está em funcionamento, como é lógico.”

E – “..eh..quando existem actividades como festas, convívios ou torneios, etc.. esse número aumenta?..”

e – “Pronto, estou-lhe a dizer a média. Não há dúvida que quando há festas e, e actividades..esse número triplica. Só para ter uma ideia, quando fiz uma acção, até foi uma acção de esclarecimento político, há bem pouco tempo, eu posso-lhe dizer que tivemos à volta de 120 pessoas. Das quais cento e picos surdas. Eles respondem as actividades de uma forma..fora do comum, que nós

ouvintes, nas nossas comunidades interventivas, dificilmente conseguimos, dificilmente conseguimos. A não ser que tenhamos uma máquina publicitária fantástica.”

E – “Já, já me contou um bocadinho da, da História desta, desta associação, mas durante a vida da associação há algum momento que destaque, alguma conquista, algum marco importante.. Falou-me há pouco no encontro que teve com o Presidente da Câmara, não sei se..esse momento, ou outro que queira destacar.”

e – “...olhe,..para quem chegou até aqui todos os passinhos foram excelentes. Eu não tenho um marco importante. O meu marco, talvez..mais emblemático pelo menos, é o facto deeee..de num curto espaço de tempo, muito curto espaço de tempo, termos conseguido sensibilizar o **Presidente da Câmara Municipal** para a causa dos surdos. E, para uma pessoa que não tem familiares surdos, que não conhece a problemática dos surdos, está tábuia rasa. Se calhar nem tinha visto antes um surdo. Foi verdadeiramente surpreendente quando eu lhe expliquei o que era um surdo, a especificidade dos surdos, o sofrimento dos surdos, ele ficou...verdadeiramente sensibilizado. Isso é, é uma imagem que eu tenho que nunca mais na vida me hei-de esquecer, nunca na vida me hei-de esquecer.. (“..isso é um passo de gigante, porque ele quis logo tornar a cidade uma, uma...”) ..ele percebeu que nós queríamos fazer aqui a Casa do Surdo, ahh..apesar da Casa do Surdo ser a sede da associação de surdos, nós fomos muito mais..mais longe no nome. Nós vamos chamar àquele edifício a Casa do Surdo. Porque a Casa do Surdo para nós é a casa da mãe. Nós queremos que aquilo seja a casa do surdo no sentido de ser a casa da mãe, em que eles vão sentir, aquilo a que eu chamo o colinho, o bom conselho, a partilha, a felicidade, o estar ali.. (**“a orientação”**).. orientação, nos momentos difíceis vai haver lá alguém que o pode ajudar. A verdadeira, aquilo a que eu chamo a verdadeira família. Porque hoje vão surgir estudos sobre as ligações afectivas dos surdos com as suas famílias, e eu vou-lhe dizer uma coisa eehh..a maior parte dos surdos, que se assumem surdos, porque há surdos que são um bocado revoltados com a sua surdez ee, e são assim pronto. Daqueles surdos que se assumem surdos e que são felizes como são e não sei quê... Eu gostava de conhecer bem e de estudar bem a ligação afectiva com as suas famílias porque..eu tenho a profunda convicção, mas a profunda convicção que a família deles, estrutural, são os outros surdos. É esse espaço que de facto existe.. (**“..essas redes de apoio não é...”**) ..essas redes de apoio. E eu vou-lhe dizer que a minha língua materna é a língua gestual eeh, eu fui criada no meio de surdos portanto, falar, para mim, veio muito mais tarde ee.. e vou-lhe dizer com toda a honestidade, tirando as minhas filhas, a minha família é esta. Mas inequivocamente, não vale a pena....as vezes as minha filhas perguntam: “ó mãe mas porquêee?” “Expliica-nos!” Não tem explicação. Há coisas na vida que não têm explicação. (**“Está no sangue, não é.”**) Está-nos no sangue. E esta causa, não tenha a mínima dúvida, é uma causa que eu sinto..como quando a minha filha precisa de alguma coisa, eu quero ajudá-la e ajudo! Ela tem a mesma intensidade que tem esta portanto, é assim, não pode ser, isto é muito mais profundo do que o querer fazer, mas muito mais profundo, muito mais profundo mesmo. De facto temos aqui uma competência que é, pronto! ..de uma pessoa estudar

onde é que está esta competência, de onde é que ela vem, mas percebo que ela me está na massa do sangue. (“..talvez daí venha o seu forte contributo para esta causa e, e..”) e, e que sei que com eles vamos levar isto muito longe, nós vamos levar isto muito longe, sobretudo, continuo a dizer, para aquilo que é essencial para eles, coisas simples mas que eles não têm acesso. Depois quando conquistarmos essas coisas vamos querer outras, com é óbvio não é!, como é normal.”

E – “..em relação aquilo a que chamou a Casa do Surdo.. eu ouvi algumas coisas e conversando com algumas pessoas que participam aqui na associação, que também se fala que aquilo é um género de uma federação, dum..dum conjunto de associações que vão trabalhar em conjunto (“..na, na, na ,na”)...não?

e – “..vamos lá ver se a gente se entende, não senhora.. Quando nós começamos a pensar naquilo como uma associação de surdos..eeh..achamos que uma Casa do Surdo, **só** com a **nostra associação**, era pequeno de menos, nós entendemos que era necessário algo mais abrangente. Porque nós não podemos viver em ilhas, isso é uma coisa completamente ultrapassada. Os surdos a tomar conta dos surdos, depois os implantados a tomar conta dos implantes, depois temos os intérpretes a tomar conta lá das traduções, depois temos mais não sei quem a fazer não sei o quê...isso é um processo perfeitamente ultrapassado. E depois porque precisamos de ser parceiros do governo, mas inequivocamente, precisamos de ser parceiros do governo. Portanto, para que isto acontecesse, isto já foi um processo político muito trabalhado, nomeadamente com, agradeço a quem me ensinou porque...foi trabalhado com quem sabe mais do que eu, porque eu de facto há muita coisa que não sei. Então o que é que nós pensamos, pensamos que, a associação estrutural é a **nostra**, ok? Pronto, essa é a estrutural, pronto. E é, e é aquela, a “master” digamos. Depois vai existir ali a sede também da associação dos implantados, das intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e foi criada uma federação, de apoio à integração dos surdos, essa federação quer ser, e vai ser, parceira do governo para defender os interesses e tudo o que está na legislação acerca dos surdos, pronto. E a ideia da federação foi essa. Claro que os primeiros associados são os que são residentes e depois serão todos os outros que se revejam no nosso projecto. Porque nós continuamos a defender, eehh..no fundo o que nós defendemos é a inclusão do surdo na sociedade, mas o surdo, Surdo. Nós imaginamos que um dia quando formos para um hospital que, que, um casal, por exemplo, de ouvintes, que tenha um filho surdo, que logo imediatamente, passado 2h, tenha uma brochura, que é feita por nós que diga: Olhe, há surdos assim, há surdos assim e há surdos assim e há testemunhos assim, assim e assim. Que a pessoa leia e diga bom, ok, prontos, está aqui uma perspectiva para que as pessoas não ouçam só um lado da questão. Eu chamava-lhes os Surdos Anónimos. Há núcleos dos alcoólicos anónimos, dos drogados anónimos...e os surdos anónimos? Aquelas pessoas que são anónimas, não se querem mostrar para coisa nenhuma, mas que passam informação para um casal que de repente se vê com uma criança surda e que depois lhe mostram modelos, que esses modelos são excepções, e fazem da excepção a regra, e depois a senhora diz: Éh pá!..estava a

contar que o meu filho chegasse a um determinado ponto que não chegou. Pois não! Mostraram-lhe um modelo...esse não pode ser o princípio. O princípio é mostrar os modelos que são, que acontecem, para que as pessoas estejam preparadas e digam: Bom, vou fazer a opção ou não vou?.. e depois, que os ouçam na primeira pessoa. Porque é muito difícil tomar uma decisão ouvindo só uma, uma possibilidade, é mais fácil tomar uma decisão ouvindo as várias pessoas. Portanto, aí vamos fazer um trabalho, de certeza, também notável, não tenho dúvidas porque, isso é um dos nossos trabalhos que queremos fazer.”

E – “..eehh..agora só para finalizar duas, duas questões que me surgiram do seu testemunho. Quando falou que essa federação vai fazer a ponte com o governo e fazer com que seja aplicada toda a legislação que já existe... Do seu ponto de vista, acha que a legislação está relativamente bem, mas que não é aplicada na prática, ou há muitas lacunas em termos... Porque, normalmente e pela literatura lemos muitas vezes que Portugal até tem uma boa legislação para os surdos e sobre a surdez, mas depois na prática ela não é bem aplicada ou nem sequer é aplicada...”

e – “ ..Nós temos uma Resolução do Conselho de Ministros que tem uma série de medidas, não sei quantas, e que para surdos, posso-lhe dizer, tem lá umas 7 ou 8 e o que nós queremos.. eu não eehh, eu não tenho a pretensão de entre aspas querer que o legislador altere a lei, nada disso, eu só quero simplesmente que eles cumpram o que está na lei. Tentando não onerar custos, porque este não é o momento, mas com coisas simplérrimas conseguir com que o centro funcione. E vamos conseguir! Posso-lhe dizer que tenho, infelizmente não os posso divulgar, mas tenho aí parceiros já a fundo para financiar... porque como nós vamos trabalhar em dossiers eu tenho parceiros para financiar alguns dossiers. Portanto, um vai financiar a Língua Gestual, outro vai financiar, se calhar, as intérpretes..quer dizer, pronto, temos essa, essa possibilidade. Portanto, o que nós queremos é que, as medidas que têm de ser implementadas, sejam implementadas, mas que nós sejamos um dos parceiros para fazer parte da forma de implementar essas medidas. (**“Para que eles sejam, para que os surdos sejam ouvidos também, não é?”**) Para que os surdos sejam ouvidos. Claro que os surdos têm que ser ouvidos! E em certa situação parece-me ser o caminho mais claro para se fazerem e, e esta federação é uma federação muito especial porque tem os surdos, os implantados e os interpretes. Portanto, a ideia é que se defenda o denominador comum das 3, que no fundo é a defesa dos interesses do surdo. Todos nós, se nós não tivéssemos os surdos, de certeza, se não houvesse surdos, nenhum de nós faz nada. Portanto, temos que defender os interesses dos surdos, para defender os interesses, automaticamente, das instituições. Porque se não houver surdos as instituições não existem portanto, temos...e temos que estar unidas nesse sentido. Claro que cada uma vai fazer o seu plano de actividades, vai haver planos de actividades comuns, isto é, se alguém vai fazer uma acção sobre.. Posso-lhe dizer que uma das acções que nós vamos fazer e que essa vai ser, em termos de estudo, muito muito muito, é um tema fervente em cima da mesa é a questão da cultura dos surdos. Eu não acredito que haja uma cultura de surdos. Não há uma cultura de surdos. Eu

tenho a certeza absoluta que não há uma cultura de surdos! Inventaram essa e, meu Deus! Pronto, e nós queremos promover um debate com a comunidade científica.. Posso-lhe dizer que até a Amnistia Internacional está envolvida nisso...não existe uma comunidade* surda, não existe. Eu quero ver cientificamente, quem é que inventou essa da comunidade* surdos..porque então também há uma comunidade de brancos, de amarelos, de verdes de azuis, quer dizer, ..isto, isto é uma coisa. E dos que têm menos um pé, ou dos que são anões... Aquilo que eu entendo e que é para mim óbvio e lógico é, nós somos Portugueses e temos, de facto, uma identidade cultural Portuguesa. Somos Portugueses temos uma identidade cultural Portuguesa. Depois temos, especificações óbvias do caso de não ouvirmos. Uma pessoa que não ouve eh..naturalmente é desconfiada quando alguém ri, porque está a pensar: “estás a rir..estás-me a gozar ou não sei o quê..”, mas isso é porque não ouve, porque se ouvisse não teria esse handicap. Portanto, o que existe é, especificidades do facto de não ouvir, que é outra coisa completamente diferente, não é uma cultura. (“**..e de verem o mundo de outra forma..**”) Lógico, eu se não tiver dois olhos sinto o mundo de outra maneira. Aqui há dias ouvia uma jovem fantástica, que eu adoro, surda que dizia isto: “Não me deixaram ouvir..(equívoco). “Não me explicaram o som de uma gota de água, nunca me disseram que o vento fazia barulho, descobri muito mais tarde.” Isto é uma coisa potentíssima e dolorosa, uma coisa simples que a gente olha e diz: isto não é assim tão simples, é bem complicado! Portanto, está a ver, quanto a isso eu vou promover o debate porque temos que chegar a essa conclusão. Eu entendo, como de mais pessoas, que se vamos para as minorias culturais qualquer dia temos aí um Hitler a acabar com esta minoria, com aquela minoria, com aquela comunidade, com aquela comunidade, e isto temos aí um problema, aí temos um problema. Portanto, eu recuso-me a chamar uma cultura de surdos. Considero que é uma cultura Portuguesa que, sendo surdo, cego ou, não sei quê.., tem especificações óbvias de quem tem um handicap, seja ele qual for.

E – “eh.. outra questão então era: Quando me falou em relação a uma família que, de pais ouvintes, que de repente se vê deparada com um filho surdo e que não tem informação, e que não sabe o que é que tem ao seu dispor, não é, falamos disso. (“Sim.”) Vocês pretendem, enquanto associação, enquanto grupo...tratar de perto com a comunidade médica para que sejam logo ouvidos entre aspas...?”

e – “..eh..é assim, sabe que estas coisas em Portugal são muito complicadas, porque os médicos, enfim, têm uma atitude às vezes, um bocadinho, arrogante, bom, ok! O que nós pretendemos fazer é, uma parceria com os hospitais, com os centros de saúde, etc... Em que quando,.. para já temos que ver quem é o centro de atendimento, que faz o atendimento quando as crianças são detectadas, quando é detectada uma surdez, perceber quem é que trata essa situação. E percebendo quem é que trata, que eu hoje não sei se é cada um por si ou se eles têm um atendimento específico, eu acho que deviam ter, claramente, deviam estar centralizados num só sítio. Claro que me diz assim, bom!, mas a pessoa vai andar mais, ok...mas o estado tem que subsidiar esse tipo de coisas. Porquê? Porque é mais fácil ter 2 ou 3 ou 4 especialistas, num sítio,

rentabilizam mais do que ter 2 ali, 1 ali, 3 ali, etc., é muito mais complicado. Esse é um modelo que eu defendo, mas isso será matéria de discussão, estou-lhe a dizer o meu ponto de vista. Portanto, a ideia é que..eh.. sendo detectada no centro de atendimento, ou no centro local, ou no centro de saúde uma criança surda, filha de pais ouvintes, porque as filhas de pais surdos eu já nem me preocupam sequer portanto, as filhas de pais ouvintes.. A primeira coisa a fazer, imediatamente é, no meu ponto de vista, esses pais ouvirem um grupo de surdos absolutamente diferentes uns dos outros..e ouvi-los! Sentir esta..assim, o que é isto? É como uma pessoa quando descobre que é alcoólica, parece que vai para os AA, quando ela tem consciência de que é alcoólica e juntasse para ouvir os outros pareceres. Aqui, não tem nada a ver com o ser alcoólico ou ter um vício, mas é..eu vejo-me com uma criança nas mãos e só ouço o médico. Não pode ouvir o médico, tem que ouvir as próprias pessoas para ver se elas são felizes, se são bichinhos do buraco, se não se defendem, se são uns incapazes, se são capazes, saber essa coisa toda. E, depois de ouvir as várias.., olhe, eu concordo, eu não concordo, eu acho isto, eu acho aquilo.. Depois de ouvir as várias, dizer assim: Bom, agora vou pensar e vou tomar esta decisão. Depois de tudo o que ouviu. Eu acho que essa informação deve ser multifacetada, pronto. E as pessoas devem ter acesso a essa informação, pronto. E a partir daí, essa informação, que para mim será formação, e a partir daí as pessoas tomam decisões, as que acharem...eu respeito profundamente qualquer decisão, acho é que ela muitas vezes não vê o outro lado da questão.

E – “Muito obrigada pelo seu contributo.”

e – “Obrigada eu e boa sorte para o seu trabalho.”

E – “Obrigada!”

*Nota: Algumas palavras desta transcrição foram suprimidas ou **alteradas** com o único propósito de manter o anonimato da associação e do entrevistado.*

ANEXO V

ANÁLISE DE CONTEUDO 1

ENTREVISTA A1 – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categorias	Subcategorias	Excertos
A – Contributo pessoal	A1 – Função	(...), eu desde o início fui sempre o secretário da associação, ainda hoje o sou.”
	A2 – Motivos	“(…) porque era membro da Junta de Freguesia e foi a Junta de Freguesia que deu o primeiro impulso à vontade de um grupo de associados surdos, que viviam na cidade, ou por cá se encontravam para com..para fazerem uma associação.” “Foram três motivos, o primeiro porque estava na Junta de freguesia eh...o segundo porque era professor do ensino especial e o terceiro porque tenho uma irmã com um défice auditivo grande.” “(...) nessa altura era coordenador da ECAE, Equipa de Coordenação do Ensino Especial, e estava também a fazer a especialização em ensino especial e tinha, tive um ou dois alunos surdos, mas durante pouco tempo.”
	A3 – Envolvimento	“Faço parte da associação desde 2001, integrado no processo da sua criação...” “Eu fui ficando mais de apoio (...) era necessário que alguém, um ouvinte lhes desse algum suporte, sobretudo nos contactos com o meio.” “(...) apoio a associação, sou membro da direcção, assumo essa função,..assumo essa função enquanto membro deste órgão de direcção.” “Eu tenho dado o meu contributo, sobretudo, a nível da escrituração, do contacto com o exterior,...” “Eu também tenho assumido o papel de repórter nos jornais, aliás, só escrevo sobre os surdos e para quê? Porque há pessoas que sabem muito da vida dos surdos, pelo facto de lerem jornais. E quando vêem isso é um ponto forte.” “Totalmente!” (voluntário) “Não (...)” (tempo inteiro)

	A4 – Missão	“Às vezes apetece. (Baixar os braços) Mas...eu penso que, que é importante permanecer pelo facto de ser útil. Porque se eu sentisse que eles estavam autónomos e, e que a sociedade estava pronta para os receber sem problemas, eu já teria ido embora para outras coisas. Mas sinto que ainda há muito para abrir portas e abrir oportunidades a estas pessoas. Têm uma capacidade enorme de trabalho, têm uma, dentro das possibilidades e dos conhecimentos que eles têm...uma dedicação enorme. Sinto que precisavam de novas oportunidades de desenvolvimento porque, de facto, em algumas coisas eles estão limitados mas, sozinhos não se safariam e, eu se passo aqui algum tempo e se abro algumas portas é por que sinto que ainda é necessário. Era bom que não fosse mas ainda é necessário. (...) é uma luta que é para continuar e, e que não é fácil ser vencida.”
B - Actividades	B1 – Actividades desenvolvidas	“(...) temos grupo de teatro, temos actividades desportivas, temos actividades culturais e recreativas, desde os passeios para conhecer Portugal, por isso há vários projectos. “Á descoberta de Portugal” é um título que nós damos, que nos leva a conhecer várias regiões do país, todos os anos fazemos três, quatro viagens eh..com..b abrindo aos sócios e aos familiares. Temos também o festejo de datas,.. aniversários, dia das bruxas, S. Martinho, eh..festa da primavera, eh.. Os surdos fazem vários concursos, torneios desportivos, desde as cartas, ao ténis, aos matraquilhos, depois tem o futsal, depois tem a pesca desportiva. Todos os meses há sempre uma, duas ou três actividades.” “(...) onde podem ver filmes, também temos essa actividade uma vez por mês.”
	B2 – Divulgação	“(...) a associação, todos os anos apresenta aos sócios uma, um plano de actividades e um calendário. Não só os grandes, ou as grandes linhas de actuação, mas depois, mês a mês, todas as actividades que a associação vai fazendo, a associação faz um calendário...” “(...) era necessário divulgar essas, estas actividades. Daí a associação criou o seu boletim de actividades trimestral, em que...vai ao calendário e lembra os sócios de que, nestes três meses a seguir, vai ter no dia tal, uma coisa está programada e depois eles inscrevem-se para essa actividade.” “Pelo correio, os que têm email, vai agora por email, mas mesmo assim, pelo correio da uma despesa bastante grande, mas fazemos esse esforço. Fazemos não só o envio das actividades que se vão fazer, como fazemos um pequeno relato das actividades que foram feitas, porque alguns não, não vieram, não puderam vir, mas que ficam mais ou menos dentro, até para apanharem o apetite para virem para a segunda.” “Eu penso que é sempre uma porta que se tem que explorar e que está por explorar. (uso da internet para divulgar as actividades) Para compensar isso, nós utilizamos muito a imprensa regional, tanto para divulgar o que se vai fazer, como depois para fazer um relato do que se passou, para manter não só os surdos informados, mas a própria comunidade.” “O ano passado aderimos, eh..membros de uma união das IPSS's do concelho, são 32 e têm um órgão a funcionar, e que funciona como divulgação das actividades e nós estamos a utilizar já essa, essa plataforma para poder também divulgar as actividades da associação e o que é a associação, mas aqui ao nível do concelho.”

C – Novas Tecnologias		“Não. Não temos, nunca con.. abrimos, começamos a abrir uma página, mas depois não tínhamos cá nenhum especialista, não tínhamos nenhum especialista que construísse a página, sobretudo meter os conteúdos. Foi uma área em que nunca evoluímos.”
D – Associados	D1 – Números	“217 sócios.” “Todas as semanas podem..há um grupo, há um grupo de uns 30, 30 que são frequentadores habituais. 30, 35 frequentadores habituais ao nível do fim-de-semana. Alguns todos os dias que está aberto estão sempre presentes, há outros que, sobretudo sextas e sábados, o grupo alarga. Se bem que, nas actividades grandes nós costumamos juntar 70, 80. Sim, sim, duplica à vontade...” “(...) esta associação estando na cidade a maior parte dos seus sócios, não são de cá. Embora sejam os daqui que aguentam o funcionamento da associação, é uma associação quase que a nível regional...e temos surdos que vêm desde Espinho, desde Viseu, até Coimbra, Figueira da Foz eh...toda esta zona se concentram aqui.” “(...) sentimos que, há outras pessoas surdas, de outras regiões do país que costumam aparecer por cá. (...), sabem que está a funcionar a associação à sexta-feira ou ao sábado e de vez em quando aparecem um carro, ou dois, ou três, aparecem por cá. Quando há actividades participam nas actividades, quando não há estão nas actividades normais do convívio. Porque cartas nesta casa há todos os dias, e outras coisas no género.”
	D2 – Participação e Envolvimento	“Em algumas actividades sim, outras actividades não. Algumas são mais específicas para os mais novos, torneios e não sei quantos, aí vêm eles, os mais novos. Festas de aniversário, passagem d’ano, alguns passeios vêm os mais, os mais idosos também. Mas notámos que, nos últimos tempos, o número de pessoas a participar tem diminuído um pouco. (...) há a dificuldade, há a dificuldade...penso que os termos económicos devem estar desmotivar as pessoas. Nós fazemos sempre coisas, é o preço mínimo para as coisas funcionarem, e algumas até são gratuitas, mas (...) há um impedimento, o facto de a associação ter adquirido uma carrinha tem facilitado a vida a alguns, não muitos, porque não conseguimos ir a muito longe, buscar algumas pessoas para uma actividade, quando se inscrevem e não têm transporte.”
E – Associação	E1 – Criação	“Em 2000, 2000 e antes os surdos encontravam-se porque vinham às festas dos filhos. E havia um grupo, uns residentes aqui, ou no concelho, e alguns de fora e esporadicamente encontravam-se na rua, ou nas casas de cada um. E, e nós sentimos eeh...isso quando a Junta de Freguesia da qual eu fazia parte, tínhamos lançado, até para o aparecimento de novas associações na cidade, que pagávamos a escritura pública da constituição de associações, e a associação de surdos apareceu nesse contexto. (6 de Novembro de 2000) Essa é a data da escritura pública, que foi paga pela Junta de Freguesia como pagávamos as outras. Eh...a primeira sede, funcional, foi na própria Junta de Freguesia, reuniram algumas vezes.” “(...) a associação criou-se por vontade e força dos surdos, ..., os ouvintes, dois ou três ouvintes que ficaram sócios da associação desde o início, foram membros da Junta, pelo menos três membros da Junta ficaram sócios.”

	E2 – Tipo	“A associação tem um...é uma IPSS desde 2004 (...)”
	E3 – Instalações (espaço)	“Destaco a mudança para estas novas instalações. Nós vivemos durante muito tempo em instalações alugadas, numa zona onde havia cheias, e todos os anos tínhamos uma ou duas vezes que andar com a casa às costas, porque tínhamos que lavar tudo o que as cheias estragavam eeh... e depois de uma luta de vários anos com a Câmara Municipal conseguimos que nos fossem cedidas estas instalações, nas quais todas as melhorias são por conta da associação.” “Lembro-me do Dr. AF, que chegou a vir de Lisboa até aqui, dar força e entusiasmo que estava no Secretariado Nacional de Reabilitação. Dar força, entusiasmo e abrir algumas portas. Depois começou a divulgação nos jornais, da existência dos surdos. Algumas actividades que eles começaram a fazer. Houve uma pessoa da comunidade que emprestou uma pequena sala, nessa zona de cheias, que estava toda cheia de lama. Depois aquilo foi uma festa e já o princípio da união dos surdos, que fizeram limpezas, que ajeitaram eh... e depois, pouco e pouco foram construindo, a sede que era pequenina, tornou-se mesmo pequena. Então, tiveram que alugar ao senhor, aí já alugar, um espaço (...) de uma oficina que... Tivemos que pôr paredes abaixo, construir casas de banho, construir uma secretaria, organizar as coisas...e a sala de ponto de encontro era num terraço que ele tinha, que era comum a várias lojas que ele lá tinha. E aí foram dois, três anos de, de...engraçados.” “De obras, de obras, de manutenção eeh...a câmara simplesmente emprestou o espaço. E depois todo o trabalho é feito pelos surdos ou então, adquirindo alguns serviços. Também não pagamos nada, é gratuito, mas em troca tivemos que fazer todas as adaptações. Foi, porque nos deu garantias, as instalações são razoáveis eeh... fomos a instituição que deu mais movimento a este local, que estava meio abandonado e que agora já está cheio de instituições. E com as quais se pode fazer algum trabalho.” “(...) o bar, o centro de convívio, a esplanada seriam locais mais próprios para o convívio e para o encontro. Depois temos também a sala central que nós chamamos o salão, que é onde está a televisão com a sporttv (...). Onde também temos os computadores disponíveis com a internet para quem chega e quer trabalhar aqui. Depois temos uma zona mais resguardada, só pode entrar a direcção, que é onde estão guardados os documentos, chamada a sala da direcção. Depois temos uma sala projectada para formação, que seria, aproveitar aquele espaço, que nos foi cedido agora ultimamente, porque estava lá uma instituição e, que ainda não está ainda completamente equipada.”

	E4 – Organização	<i>“A associação tem um...é uma IPSS desde 2004, por isso tem toda a parte burocrática relacionada com a Segurança Social, desde ter um contabilista e contabilidade organizada. Também somos membros da Federação, por isso temos de ter planos de actividades, relatórios de actividades, contas de gerência, todo esse processo burocrático de funcionamento de uma associação, a associação cumpre!”</i> <i>“A associação está dividida em departamentos, o departamento da formação que, que eu sou o responsável e, e quando estava uma intérprete, a intérprete fazia parte desse grupo. Depois tinha o departamento desportivo e tem uma pessoa responsável pelo departamento desportivo. Depois tem um departamento cultural recreativo, no qual está englobado o grupo de teatro, eh...também há outra pessoa. Há a divulgação, boletim, divulgação, os contactos com o exterior, normalmente sou eu que, que dou os últimos retoques.”</i>
	E5 – Objectivos	<i>“O objectivo principal é dar apoio aos sócios e ocupá-los e, sensibilizar toda a comunidade para a existência de um grupo de deficientes auditivos, que existem na comunidade e que sentem dificuldades de comunicação e de integração.”</i> <i>“Esse é um trabalho que tem sido feito e penso que, um grupo grande de pessoas da comunidade, começam a olhar as pessoas surdas com alguma...eh...com outros olhos.”</i> <i>“(…), nós lutamos para que, este, ..ao menos este espaço seja um ponto de referência e, e de encontro para os surdos de, de.. desta região toda.”</i> <i>“Porque essa é uma das lacunas da vida deles, é terem locais onde se possam encontrar, usar a sua língua eh.., trocar as suas experiências.”</i> <i>“Depois, a outra parte seria muito bom mas, não vejo ainda a possibilidade de a realizar nos próximos anos. (...) ocupar e, sensibilizar e, tentar unir e, tentar dar alguma resposta propondo actividades e depois...quando, quando eles estiverem mais unidos e forem mais e, quando houver mais consciência na comunidade de que poderia haver melhor resposta para eles então, penso que surgirá um outro tipo de resposta mais, mais adaptada.”</i>

	E6 – Parcerias e Protocolos	“(…) a Segurança Social é fundamental para o funcionamento, porque temos um centro de convívio, que funciona às sextas, sábados e domingos, como funciona qualquer centro de convívio de outra IPSS. Eles vão reunindo uma vez por semana, fazem as suas actividades, com determinada área, com os idosos ou com os mais novos. Nós aqui é, como sócios temos um protocolo que nos permite, à associação, sobreviver. Depois temos também, eh..como somos membros da União Concelhia das IPSS’s, também recebemos agora, começamos a receber algum apoio, sobretudo de, de..logístico e esperamos outros apoios porque, como somos membros temos alguns direitos, as outras IPSS’s consideram-nos iguais a elas e podem-nos pois ajudar em algumas coisas que elas têm e que nós não temos e que pode ser útil. E nós é igual.” “Nós tentamos, aqui em Águeda, não viver nesta associação fechados mas, tudo o que nós temos é para nós e é para os outros.” “Sim, há, há entre as associações um intercâmbio e eles fazem, esta associação faz questão de corresponder aos pedidos. Agora, com a carrinha é muito mais fácil, antigamente era muita despesa, e também eles sentem a necessidade e o gosto de organizarem também coisas, aqui, que sejam a nível nacional. No dia 18 vamos ter o III Torneio Amizade de Pesca, em que pelo menos há quatro associações, a nível nacional, vêm à nossa cidade. (...) penso que já, já fizeram intercâmbios com todas as associações, até com Faro. (...) as...algumas porque são mais perto ou, porque têm uma actividade, por exemplo a Amadora é uma das que alinha sempre. Porto foi bastante, Guimarães, Braga ou, às vezes há mais possibilidades de ir ou não, mas Porto, Guimarães e Braga são mais perto. Também Coimbra, o grupo que está lá constituído, também temos ido...” “No âmbito do grupo de teatro, nós conseguimos adquirir uma aparelhagem e equipamento de luz que já temos disponibilizado a várias associações. E porquê? Porque nós estamos a dar em troca aquilo que temos, para depois recebermos deles “portas abertas” para outras, para outros apoios. E essa troca, temos até..fizemos até um protocolo com uma instituição que se candidatou à construção de um lar, um lar residencial eh..para deficientes e não deficientes, mas que os surdos têm já um ponto de referência aí.”
--	-----------------------------	---

	E7 – Trabalho da Associação	<i>“(…) Este trabalho que a associação faz, penso que é muito bom pelo facto de, de permitir o encontro entre as pessoas surdas. É um tempo, quando vêm à sede ou às actividades são sempre pontos fortes para a comunicação deles. Há, aqui, pelo facto de ter aqui um ouvinte na direcção, que permite fazer algum, algum, algum ponto de ligação com a comunidade.”</i> <i>“ Porque penso que é fundamental a integração das pessoas na comunidade e abrir as portas para que eles tenham acesso. Eu reparo, quando fazemos, e temos também essa como intenção, todos os anos temos um convívio, um dia, em que partilhamos com uma outra associação da comunidade. Vamos às instituições, às instalações deles, fazemos actividades, fazemos às vezes formação...”</i> <i>“E tenho notado que, quando vamos a uma actividade com uma outra instituição, as pessoas que eles começam a conhecer são pontos fortes para eles. Depois, noutras actividades ou noutras ocasiões, em que já não está a associação por detrás, mas eles encontram essas pessoas e eles agarram-se a essa experiência positiva que tiveram... que fica, dá resultados e que a eles dá segurança e às outras pessoas também.”</i>
--	-----------------------------	--

	E8 – Principais Dificuldades	<i>“A grande dificuldade que a associação tem é, não ter um membro, uma intérprete a tempo inteiro. Aliás, já várias vezes pedimos à Federação, que colocasse na associação, uma intérprete que eles costumam utilizar a nível nacional para apoio jurídico, ou outros apoios, para facilitar a vida dos surdos. Devia estar colocada pela Federação, na associação local, sempre disponível para os trabalhos a nível da Federação. O resto do tempo estaria para dar apoio ao funcionamento e organização da associação e também, ao apoio local, mesmo que não seja pedido à Federação, mas que muitas vezes..é preciso ir ao médico, é preciso ir a um serviço público.. (...), e isso faz muita falta e sentimos essa lacuna muito grande.”</i> <i>(fazia falta um departamento mais ligado à informática?)</i> <i>“Sim, sim...mas.. Há uma ou duas pessoas que sabem, como.., mais ou menos funcional, mas..penso que não têm capacidade para gerirem uma página porque depois, a nível de, da, dos textos há.. é muito difícil e, do que sai para o exterior tem que ter alguma, alguma regra de funcionamento, não pode ser lançado...e tem sido isso que tem.. Porque eu penso que, a maior parte do funcionamento desta, desta instituição é feita pelos surdos, e não tem que ser um, um ouvinte, no meu caso, tenho que dar uma ajuda, tenho que facilitar a vida, mas não posso ser o dirigente. Os dirigentes são eles e, e, e o ex-presidente, que tinha uma grande bagagem e, bastante capacidade, porque falava com relativa facilidade, desenvolvia muito trabalho e agora, esta nova equipa é mais limitada. São cumpridores do existente, mas não alargam horizontes.”</i> <i>“(...) eu sinto que continua a haver muita dificuldade, deles próprios resolverem as situações..com o exterior. (...) .eh..a associação não pode resolver os problemas que o Estado deveria resolver. A associação pode ser um meio de ajuda, as condições que nós temos como associação, permite ter aqui, algum ponto de referência para os surdos, mas não as soluções. Porquê? Se nós tivéssemos uma técnica de Serviço Social, se nós tivéssemos uma intérprete permanente, eh.. poderia, com a existência de uma carrinha, poderia, outros surdos que estão isolados nos seus concelhos, nas suas terras, podiam receber uma ajuda que nós não conseguimos dar. Nós praticamente, praticamente não passamos da vida associativa e do centro de convívio. A outra parte que seria muito útil para as pessoas surdas, essa, a associação não tem capacidade para a fazer.”</i> <i>“O que eu tenho sentido é que ela ma..tenta..sobreviver, mantendo aqui este ponto de referência. Porque já, já aconteceu que Espinho foi a baixo e, que outras associações vão passando mal, em termos de funcionamento e, nós lutamos para que, este, ..ao menos este espaço seja um ponto de referência e, e de encontro para os surdos de, de.. desta região toda. Porque essa é uma das lacunas da vida deles, é terem locais onde se possam encontrar, usar a sua língua eh.., trocar as suas experiências.”</i>
--	------------------------------	--

E9 – História / Momentos	<i>“2004, a associação entendia que estava no contexto nacional e começou a organizar o primeiro convívio nacional de surdos. Foi em Águeda que lançamos a ideia, a partir de um sócio que queria organizar sozinho e, a associação assumiu essa tarefa e reunimos em Águeda várias associações. Este ano em Coimbra, pois teve um ano que não se fez, Águeda voltou a repetir, o segundo convívio nacional, este já na zona da Bairrada, que entendemos que devíamos ir mudando de localidade e de concelho, até para dar outra visibilidade à região. Ultimamente, outras associações ou a Federação assumiram isso como uma actividade que estão a juntar no dia nacional do surdo, agora em Setembro, no dia 25 em Coimbra, é a marcha da comunidade surda e o quinto encontro nacional. Começaram em Águeda por iniciativa dos aguedenses.”</i> (Quando é que a associação de Águeda começou ou, ou ficou ligada à Federação?) <i>“2002/2003... No início foi a Associação de Surdos do Porto que nos deu algum apoio no arranque, sentimos como se fosse nossa madrinha ou padrinho e também sempre ficamos com boa ligação, porque eles têm, temos participado nos convívios e nos torneios deles e eles também vêm aos nossos.”</i>
E10 – Projectos	<i>“Nós estamos agora a lançar cursos de Língua Gestual e estamos a utilizar as instituições, porque haviam pedidos e eles estão a fazer a divulgação e vamos ver o que é que vai dar.”</i> (formação para as pessoas surdas) <i>“Tentámos, tentámos..quando, tínhamos, tivemos funcionária aqui na associação, funcionárias..estagiárias na associação, intérpretes, elas serviram para fazer esse trabalho. Seria..eram elas que faziam a ponte.”</i> <i>“Estes cursos são para a comunidade (...) são para a comunidade porque acho..pensamos que tem que haver uma arma nas mãos das pessoas da comunidade que, conhecendo a língua materna dos surdos, poderão depois abrir algumas portas em termos da comunicação, que é a grande barreira que sentem.”</i> <i>“(...) a formação exterior, a formação interna, que nós não conseguimos dar ainda...avanço a ela porque precisávamos de alguém voluntário que viesse dar formação de Língua Portuguesa. Ainda não conseguimos que os surdos se entusiasmassem para fazerem, era um gosto do antigo presidente, mas que nunca chegamos a avançar. Era a Língua Portuguesa e a informática, eram duas áreas que nós gostávamos que eles desenvolvessem.”</i>

Nota: Assim como na transcrição, algumas palavras desta grelha foram suprimidas ou **alteradas** com o único propósito de manter o anonimato da associação e do entrevistado.

ANEXO VI

ANÁLISE CONTEUDO 2

ENTREVISTA A2 – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categorias	Subcategorias	Excertos
A – Contributo pessoal	A1 – Função	<i>“Eu sou sócia fundadora da associação...”</i> <i>”...desde o princípio que me recusei a...ter qualquer cargo directivo. A questão é que a responsabilidade da associação cresceu imenso, e foi a própria direcção da associação que entendeu que eu deveria fazer parte da direcção e só nesta direcção é que passei a ser vice-presidente.”</i>
	A2 – Motivos	<i>“...a ideia surge do facto de o meu pai ser surdo e ter-me pedido que...os surdos estariam um bocadinho sem...identidade enquanto grupo e que teriam necessidade de uma associação para se reunirem. Nesse contexto, pediram-me a colaboração, uma vez que eles teriam dificuldade em fundar uma associação, se eu poderia ajudar a fundar uma associação...”</i>
	A3 – Envolvimento	<i>“...eu não gosto muito de falar na primeira pessoa, (...). O que eu lhe posso dizer é que fiz o meu melhor para que esta associação existisse, em prol do apoio a surdos.”</i> <i>“Eu diria que é a tempo inteiro. Eu despendo muito mais de 40 horas semanais na associação. (...) se diz, se eu tenho aqui um horário de manhã, de tarde e à noite, não tenho. Eu tenho uma empresa que faço a gestão e que trabalho lá a tempo inteiro e dedico, seguramente, outro tempo inteiro à associação.”</i> <i>“...a minha língua materna é a língua gestual, eu fui criada no meio de surdos portanto, falar, para mim, veio muito mais tarde (...) vou-lhe dizer com toda a honestidade, tirando as minhas filhas, a minha família é esta. Mas inequivocamente, não vale a pena...”</i> <i>“Há coisas na vida que não têm explicação. Está-nos no sangue. E esta causa, não tenha a mínima dúvida, é uma causa que eu sinto (...) isto é muito mais profundo do que o querer fazer, mas muito mais profundo, muito mais profundo mesmo.”</i>
	A4 – Missão	<i>“No dia que os surdos tiverem, Intérpretes de Língua gestual disponíveis, sem pagamento, 24 horas. No dia que os surdos consigam emprego (...) que nós possamos contribuir para que ele consiga o posto de trabalho (...). No dia que acharmos que todos os direitos dos surdos estão salvaguardados, pode crer que eu cumpro a minha missão.”</i>

	A5 – Visão	“ (...) os surdos para mim..eeeh...ss..eu costumo dizer isto que é um bocadinho ofensivo, mas eu vou-lhe dizer isto como eu sinto que é: Eles são culpados no estado em que estão... Porque eles são excelentes enquanto grupo, intergrupo, interagem... mas, no que toca a darem notoriedade aos seus direitos, às suas necessidades, a tudo isso, eles nunca o fizeram bem, nunca. ..eh.. E eu percebo porquê, porque de facto eles não têm voz, ou seja, têm uma voz física, que não é igual à minha nem igual à sua, mesmo nós, enquanto vozes, temos dificuldade, às vezes, de manifestar a nossa opinião, ainda pior a nossa opinião publicamente que é uma coisa muito difícil, pronto, já é difícil para nós. Para eles eu diria que é uma missão quase impossível, porque para nós nos expressarmos, expressarmos uma ideia, ou fazermos uma reivindicação, para alguém que tem o poder, o poder é um poder ouvinte, a pessoa tem que ter um, um...para já tem que ter perfil capaz de o fazer, pronto. Já é um perfil especial. E depois tem que ser capaz de transmitir esses conteúdos. Raros são os surdos, (...) que teriam essa capacidade, (...). E, portanto, eles esquecem os surdos todos e começam-se a, a ser mais objectivos naquilo que tem uma compensação financeira directa. E aí perdem-se porque os apoios dos surdos não têm a ver com dinheiro. Essa não é a questão. (...) Claramente, eles não dão voz porque de facto têm dificuldade em fazerem-se ouvir. Porque têm dificuldade no discurso, em articulá-lo, em explicá-lo em..., essas coisas todas.” “ (...) não existe uma cultura surda, não existe. (...) Aquilo que eu entendo e que é para mim óbvio e lógico é, nós somos Portugueses e temos, de facto, uma identidade cultural Portuguesa. Somos Portugueses temos uma identidade cultural Portuguesa. Depois temos, especificações óbvias do caso de não ouvirmos. Uma pessoa que não ouve eh..naturalmente é desconfiada quando alguém ri, porque está a pensar: “estás a rir..estás-me a gozar ou não sei o quê..”, mas isso é porque não ouve, porque se ouvisse não teria esse handicap. Portanto, o que existe é, especificidades do facto de não ouvir, que é outra coisa completamente diferente, não é uma cultura. (...) Lógico, eu se não tiver dois olhos sinto o mundo de outra maneira. Aqui há dias ouvia uma jovem fantástica, que eu adoro, surda que dizia isto: “Não me deixaram ouvir..(equivoco). “Não me explicaram o som de uma gota de água, nunca me disseram que o vento fazia barulho, descobri muito mais tarde.” Isto é uma coisa potentíssima e dolorosa, uma coisa simples que a gente olha e diz: isto não é assim tão simples, é bem complicado! Portanto, está a ver, quanto a isso eu vou promover o debate porque temos que chegar a essa conclusão. (...) Portanto, eu recuso-me a chamar uma cultura de surdos. Considero que é uma cultura Portuguesa que, sendo surdo, cego ou, não sei quê.., tem especificações óbvias de quem tem um handicap, seja ele qual for.”
--	------------	--

B - Actividades	B1 – Actividades desenvolvidas	“Neste momento, (...) fazemos muitas actividades culturais, sociais..eh..é para aí que nos viramos, isto porquê? Como deve saber, não sei se sabe, esta é uma sede provisória, não é uma sede definitiva e aqui não é possível co-habitarem várias actividades e várias acções...” “Diria que as actividades enquanto sociais e culturais, são aquilo que eu chamaria vulgarmente, enfim o que qualquer instituição, mais ou menos, faz. Portanto, aí não seremos muito diferentes...” “Em termos de actividades sócio-culturais, não temos muita inovação, nem é esse o nosso objectivo, sermos inovadores aí. O que nós queremos ser inovadores é nos serviços que os surdos tenham acesso livremente e sem pagamento.” “(…) posso-lhe dizer que essa foi a nossa grande acção do ponto de vista, da pequenez que nós éramos. Nós fomos o primeiro, a primeira entidade no Norte do país a ter RVCC's para surdos, ou seja, nós queremos provar que somos capazes de fazer coisas pelos surdos. Que éramos capazes de o fazer! (...) Ele é feito aqui em condições super mega precárias, mas não importa, agora com a nova sede (...) estaremos organizados de outra maneira e portanto, RVCC evidentemente que é para continuar. Tivemos o primeiro, digamos, o primeiro grupo, que foram 4 grupos na ordem de 8 alunos cada um portanto, temos neste momento á volta dos 30 31 e, vamos ter.. agora já temos uma turma para abrir com mais 8 quee..faremos abertura lá já na nova casa. E, e estes que estão irão também para a nova casa, irão já para a nova casa porque a continuidade do curso será lá. E vamos continuar com o RVCC porque aí.. nasceu esta, foi aqui que nasceu, aqui é o berço dos RVCC para surdos em termos do Norte do país. Nunca nada tinha, a Casa Pia é que os fazia, fora disso não havia mais ninguém que os fizesse.” “...os surdos tinham essa necessidade mas confrontados com o RVCC regular, não era possível! Porque eles não têm capacidade para fazer um RVC..! Não têm capacidade não, eles não têm a informação disponível, na língua possível, para se provar que têm capacidade para fazer um RVCC. Portanto eles precisam de.. ter os conteúdos, sobretudo, em língua gestual. Ultrapassado esse problema o RVCC está disponível, portanto, estão a fazê-lo sem problemas nenhuns.”
C – Novas Tecnologias		“...o Facebook vai ser um meio de comunicação, para massas e para os surdos. (...) vai ser fundamentalmente um meio de comunicação para o exterior, vai ser um meio de sensibilização para o exterior, porque a maior parte das pessoas não sabe o que é um surdo, (...) e de informação sobretudo das actividades que estão a decorrer, de captação, seja do que for, mas tudo muito na base da comunicação da instituição com o exterior.” “...o site vai ser um caminho directo para mostrarmos o que fizemos, o que fazemos e o que iremos fazer. Não tão de comunicação simultânea mas numa comunicação de nós para os outros.” “...só agora é que nós começamos a olhar (...) pró site (...) nós queremos, no dia 24 de Setembro, ter isso perfeitamente definido (...). (...)com a estratégia definida, com o que se pretende fazer, com os objectivos, com os executivos, todo...por dossiers.”

D – Associados	D1 – Números	<i>“Nós temos 210 sócios neste momento.” “Posso-lhe dizer que em média, nós temos, neste momento, (...) uma média de 35 pessoas. (...) por cada dia que está em funcionamento (...). (...), estou-lhe a dizer a média. (...) quando há festas e, e actividades...esse número triplica. Só para ter uma ideia, quando fiz uma acção, (...) tivemos à volta de 120 pessoas. Das quais cento e picos surdas.”</i>
	D2 – Participação e Envolvimento	<i>“Eles estão activos, no sentido, só para ter uma ideia, (...), as obras que estão a ser feitas, estão a ser feitas por 6 surdos em regime de voluntariado. (...) em total voluntariado, eles estão a fazer uma média, cada um de 40h semanais lá na obra. Em voluntariado absoluto. Eu diria, e tenho dito isto muitas vezes. Não conheço, em laado nenhum de Portugal ou da Europa sequer que, meia dúzia de surdos, ou seja de que deficiência for, se..se doam a essa obra, de uma maneira, sem nada em troca. (...) Digo-lhe, eu chego dias, que eu chego a casa e Choro!, porque aquilo é a manifestação mais linda que eu vi até hoje de espírito de grupo, de fazermos... A partir do momento que eles perceberam qual era a obra, eles estão a fazê-la, mas estão a fazê-la como se estivessem a fazer uma obra a ganhar os seus salários, bom, é uma coisa inexplicável!”</i> <i>“...com eles vamos levar isto muito longe, nós vamos levar isto muito longe, sobretudo, continuo a dizer, para aquilo que é essencial para eles, coisas simples mas que eles não têm acesso. Depois quando conquistarmos essas coisas vamos querer outras, como é óbvio não é!”</i> <i>“Eles respondem as actividades de uma forma...fora do comum, que nós ouvintes, nas nossas comunidades interventivas, dificilmente conseguimos (...). A não ser que tenhamos uma máquina publicitária fantástica.”</i> <i>“Eles estão incrédulos e como estão incrédulos, como estão habituados a ser enganados todos os dias, eles olham para isto e dizem: Será? Eu lembro-me, (...) desde 2005, que toda a gente dizia: “Ah, nunca mais vamos ter um espaço, é impossível, tal.. Quando tivemos este espaço, que não é mau de todo, acho que até é um espaço bastante digno, (...), nós dizíamos: nós, vamos para um espaço maior, mais amplo, onde possamos fazer, concretizar todos estes sonhos que temos. E os surdos diziam: Impossível, não é possível, quem nos deu isto não nos vai dar mais nada, vai-nos empaliar, vai não sei quê! Até que eu desisti dessa luta. Desisti dessa luta, quando tivemos a sede, que fizemos, que nos entregaram as chaves agora no S. João, (...), quando eles viram todos eles disseram: Eu pensei que era impossível! Se eu não estivesse aqui, com as chaves na vossa mão, eu não acreditava. Portanto é assim, mas eu respeito profundamente isso, eu sei que isso é fruto de constantemente eles serem, entre aspas, enganados. Consciente ou inconscientemente, mas eles são..”</i> <i>“(...) a maior prenda que eu podia ter recebido, que é esse empenhamento, que leva a que eu diga que eles acreditam. Claaro que eles acreditam! Há muitos que acreditam. Há outros que estão assim: Bom. Mais alguém a falar de nós. Todos falam em nós mas ninguém faz nada por nós. Este é o habitual, portanto temos que aceitar que eles estejam um bocadinho..eh..”</i>

E – Associação	E1 – Criação	<i>“...a ideia surge do facto de o meu pai ser surdo e ter-me pedido que...os surdos estariam um bocadinho sem...identidade enquanto grupo e que teriam necessidade de uma associação para se reunirem. Nesse contexto, pediram-me a colaboração, uma vez que eles teriam dificuldade em fundar uma associação, se eu poderia ajudar a fundar uma associação...”</i>
	E2 – Tipo	<i>“(...) uma das coisas que criticam um bocado a associação é: porque é que ela é uma associação de surdos de apoio a surdos? Exactamente. Porque não há instituições, que eu conheça, que são de apoio a surdos. Elas são associações que fazem coisas..mas de apoio a surdos, eu não conheço instituições portanto..a ideia era uma instituição que ajudasse os surdos no seu dia-a-dia, na empregabilidade, na necessidade de serem..de sermos parceiros,...numa possibilidade de emprego, enfim, a ideia foi muuuito mais alargada do que isso.”</i>
	E3 – Instalações (espaço)	<i>“(...)a nova sede é um espaço enfim...belo, para já, portanto, que vai dar muita felicidade às pessoas que vão trabalhar lá, porque ele é lindíssimo. É um edifício antigo em estado novo, uma coisa lindíssima, uma...uma escola, uma ex-escola (...)” “...esta é uma sede provisória, não é uma sede definitiva e aqui não é possível co-habitarem várias actividades e várias acções porque o espaço, apesar de dizerem que é grande é muito pequeno porque é uma sala única.” “...a inauguração vai ser no dia 24 de Setembro.”</i> <i>“...esta nunca foi a sede definitiva, sempre uma sede provisória, (...). Quando tivemos este espaço, que não é mau de todo, acho que até é um espaço bastante digno, este não era o definitivo, portanto, sempre chamamos a este espaço uma sede provisória, nós dizíamos: nós, vamos para um espaço maior, mais amplo, onde possamos fazer, concretizar todos estes sonhos que temos.”</i>
	E4 – Organização	<i>“Nós tínhamos prometido que: a 1ª fase era a fundação da associação, ...com as instalações provisórias. A 2ª fase seria viver nessas instalações provisórias até vir a nova sede e a 3ª fase é aquela que eu considero já o começar a rampa de lançamento que é eh.., o que serve para quê? Portanto, posso-lhe dizer que até 24 de Setembro teremos pronto o manual de procedimentos e é esse manual de procedimentos que com, os objectivos da associação, com o nosso, as nossas actividades, com tudo o que nós pretendemos fazer, vai nos dar um bocadinho o caminho, do que vamos fazer, quando o vamos fazer, em que datas o vamos fazer e portanto, e como vamos comunicar.”</i> <i>“...nós vamos funcionar um bocadinho por dossiers. O dossier comunicação vai ficar a cargo de uma pessoa que depois essa terá não sei quantas pessoas a trabalhar com ela, tudo em voluntariado e vamos escalar tudo, pequenos departamentos. Porque é mais fácil ter 20 departamentos e 20 pessoas a trabalhar cada uma no seu departamento, do que termos uma a fazer...depois haverá um coordenador, que essa coordenação não tenho duvidas nenhuma, passará por mim e pronto, vamos trabalhar por departamentos. E depois esses departamentos serão, terão alguma autonomia, dentro do que está definido em termos de estratégia, em termos de plano de acção.”</i>

E5 – Parcerias e Protocolos	<i>“(…)a primeira entidade no Norte do país a ter RVCC’s para surdos, (...)! Claro que, pronto, nós não tínhamos competências para o fazer, nós directamente, mas fizemos um acordo com uma escola, que ela sim, executou essa, essa necessidade.”</i> <i>“Posso-lhe dizer que tenho, infelizmente não os posso divulgar, mas tenho aí parceiros já a fundo para financiar... porque como nós vamos trabalhar em dossiers eu tenho parceiros para financiar alguns dossiers. Portanto, um vai financiar a Língua Gestual, outro vai financiar, se calhar, as intérpretes..quer dizer, pronto, temos essa, essa possibilidade.”</i>
E6 – História / Momentos	<i>“...começámos à volta de 2005...iniciamos todo o processo.”</i> <i>“...para quem chegou até aqui todos os passinhos foram excelentes. Eu não tenho um marco importante. O meu marco, talvez..mais emblemático pelo menos, é o facto deeee..de num curto espaço de tempo, muito curto espaço de tempo, termos conseguido sensibilizar o Dr. GP para a causa dos surdos...para uma pessoa que não tem familiares surdos, que não conhece a problemática dos surdos, está tábuia rasa. Se calhar nem tinha visto antes um surdo. Foi verdadeiramente surpreendente quando eu lhe expliquei o que era um surdo, a especificidade dos surdos, o sofrimento dos surdos, ele ficou...verdadeiramente sensibilizado. Isso é, é uma imagem que eu tenho que nunca mais na vida me hei-de esquecer, nunca na vida me hei-de esquecer..”</i> <i>“...ele percebeu que nós queríamos fazer aqui a Casa do Surdo (...) apesar da Casa do Surdo ser a sede da associação de surdos, nós fomos muito mais..mais longe no nome. Nós vamos chamar àquele edifício a Casa do Surdo. Porque a Casa do Surdo para nós é a casa da mãe. Nós queremos que aquilo seja a casa do surdo no sentido de ser a casa da mãe, em que eles vão sentir, aquilo a que eu chamo o colinho, o bom conselho, a partilha, a felicidade, o estar ali...orientação, nos momentos difíceis vai haver lá alguém que o pode ajudar. A verdadeira, aquilo a que eu chamo a verdadeira família.”</i>

	E7 – Direitos e Legislação <i>“Eu entendo que o modelo que está hoje criado, que eu conheço, que é: o surdo precisa de uma intérprete tem que requisitar, tem que pagar, para mim é um processo falido, injusto e discriminatório, portanto. Não é direito, isso é discriminação para mim, pronto.”</i> <i>“ (...) é uma federação muito especial porque tem os surdos, os implantados e os interpretes. Portanto, a ideia é que se defenda o denominador comum das 3, que no fundo é a defesa dos interesses do surdo. Todos nós, se nós não tivéssemos os surdos, de certeza, se não houvesse surdos, nenhum de nós faz nada. Portanto, temos que defender os interesses dos surdos, para defender os interesses, automaticamente, das instituições. Porque se não houver surdos as instituições não existem portanto, temos...e temos que estar unidas nesse sentido.”</i> <i>“...Nós temos uma Resolução do Conselho de Ministros que tem uma série de medidas, não sei quantas, e que para surdos, posso-lhe dizer, tem lá umas 7 ou 8 e o que nós queremos.. eu não eehh, eu não tenho a pretensão de entre aspas querer que o legislador altere a lei, nada disso, eu só quero simplesmente que eles cumpram o que está na lei.”</i> <i>“ (...) o que nós queremos é que, as medidas que têm de ser implementadas, sejam implementadas, mas que nós sejamos um dos parceiros para fazer parte da forma de implementar essas medidas. (...) Para que os surdos sejam ouvidos. Claro que os surdos têm que ser ouvidos! E em certa situação parece-me ser o caminho mais claro para se fazerem e, e esta federação (...)”</i>
--	--

	E8 – Projectos	“A nossa actividade vai-se debruçar, fundamentalmente, num centro de dia, (...) de apoio domiciliário, a surdos óbvio. (...) num serviço de intérpretes 24h, (...). (...) para mim é, é, talvez o projecto mais megalómano que nós temos. (...) professores de língua gestual disponíveis para dar cursos, também eles, quase gratuitos, (...) e tudo o resto é financiado, portanto, os cursos de língua gestual para nós são fundamentais (...). (...) no âmbito da Língua Gestual Portuguesa, ensinar língua gestual nos...restaurantes, nos cabeleireiros, ou seja, com objectivos funcionais, isto é, no restaurante nós só vamos ensinar o vocabulário que tem a ver com o restaurante (...). Quando alguém vai ao centro de saúde (...) possa, (...) fazer uma remarcação com direito a intérprete sem qualquer pagamento. Quem diz isso, qualquer outra coisa, que de facto a cidade, mesmo a própria câmara quando tiver serviços, vai apoiar os serviços, no caso dos surdos, com uma intérprete de língua gestual. Não uma intérprete para onerar custos mas em parceria com a associação portanto, eles precisam, requisitam, nós vamos lá, fazemos o serviço, fazemos a informação e vimos embora. Os bancos idem aspas, portanto, a tal cidade de acolhimento de surdos. Uma verdadeira cidade bilingue, sem dúvida!” “Quando nós começamos a pensar naquilo como uma associação de surdos..eeh..achamos que uma Casa do Surdo, com a Associação de Surdos de apoio a Surdos de Matosinhos, era pequeno de menos, nós entendemos que era necessário algo mais abrangente. Porque nós não podemos viver em ilhas, isso é uma coisa completamente ultrapassada. Os surdos a tomar conta dos surdos, depois os implantados a tomar conta dos implantes, depois temos os intérpretes a tomar conta lá das traduções, depois temos mais não sei quem a fazer não sei o quê...isso é um processo perfeitamente ultrapassado. E depois porque precisamos de ser parceiros do governo, mas inequivocamente, precisamos de ser parceiros do governo. Portanto, para que isto acontecesse, isto já foi um processo político muito trabalhado, nomeadamente com, agradeço a quem me ensinou porque...foi trabalhado com quem sabe mais do que eu, porque eu de facto há muita coisa que não sei. Então o que é que nós pensamos, pensamos que, a associação estrutural é a nossa, ok? Pronto, essa é a estrutural, pronto. E é, e é aquela, a “master” digamos. Depois vai existir ali a sede também da APAIC, a APAIC é a associação dos implantados, das intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e foi criada uma federação, de apoio à integração dos surdos, essa federação quer ser, e vai ser, parceira do governo para defender os interesses e tudo o que está na legislação acerca dos surdos, pronto. E a ideia da federação foi essa. Claro que os primeiros associados são os que são residentes e depois serão todos os outros que se revejam no nosso projecto.” “(...) o que nós defendemos é a inclusão do surdo na sociedade, mas o surdo, Surdo. Nós imaginamos que um dia quando formos para um hospital que, que, um casal, por exemplo, de ouvintes, que tenha um filho surdo, que logo imediatamente, passado 2h, tenha uma brochura, que é feita por nós que diga: Olhe, há surdos assim, há surdos assim e há surdos assim e há testemunhos assim, assim e assim. Que a pessoa leia e diga bom, ok, prontos, está aqui uma perspectiva para que as pessoas não ouçam só um lado da questão. Eu chamava-lhes os Surdos Anónimos. Há núcleos dos alcoólicos anónimos, dos drogados anónimos...e os surdos anónimos?
--	----------------	---

		<i>“Aqueles pessoas que são anónimas, não se querem mostrar para coisa nenhuma, mas que passam informação para um casal que de repente se vê com uma criança surda e que depois lhe mostram modelos, que esses modelos são excepções, e fazem da excepção a regra, e depois a senhora diz: Éh pá!..estava a contar que o meu filho chegasse a um determinado ponto que não chegou. Pois não! Mostraram-lhe um modelo...esse não pode ser o princípio. O princípio é mostrar os modelos que são, que acontecem, para que as pessoas estejam preparadas e digam: Bom, vou fazer a opção ou não vou?.. e depois, que os ouçam na primeira pessoa. Porque é muito difícil tomar uma decisão ouvindo só uma, uma possibilidade, é mais fácil tomar uma decisão ouvindo as várias pessoas. Portanto, aí vamos fazer um trabalho, de certeza, também notável, não tenho dúvidas porque, isso é um dos nossos trabalhos que queremos fazer.”</i> <i>“(...) uma das acções que nós vamos fazer e que essa vai ser, em termos de estudo, muito muito muito, é um tema fervente em cima da mesa é a questão da cultura dos surdos. Eu não acredito que haja uma cultura de surdos. (...) e nós queremos promover um debate com a comunidade científica.. Posso-lhe dizer que até a Amnistia Internacional está envolvida nisso (...).”</i> <i>“(...) O que nós pretendemos fazer é, uma parceria com os hospitais, com os centros de saúde, etc... Em que quando,.. para já temos que ver quem é o centro de atendimento, que faz o atendimento quando as crianças são detectadas, quando é detectada uma surdez, perceber quem é que trata essa situação. E percebendo quem é que trata, que eu hoje não sei se é cada um por si ou se eles têm um atendimento específico, eu acho que deviam ter, claramente, deviam estar centralizados num só sítio. Claro que me diz assim, bom!, mas a pessoa vai andar mais, ok...mas o estado tem que subsidiar esse tipo de coisas. Porquê? Porque é mais fácil ter 2 ou 3 ou 4 especialistas, num sítio, rentabilizam mais do que ter 2 ali, 1 ali, 3 ali, etc..., é muito mais complicado. Esse é um modelo que eu defendo, mas isso será matéria de discussão, estou-lhe a dizer o meu ponto de vista. Portanto, a ideia é que..eh.. sendo detectada no centro de atendimento, ou no centro local, ou no centro de saúde uma criança surda, filha de pais ouvintes, porque as filhas de pais surdos eu já nem me preocupam sequer portanto, as filhas de pais ouvintes.. A primeira coisa a fazer, imediatamente é, no meu ponto de vista, esses pais ouvirem um grupo de surdos absolutamente diferentes uns dos outros..e ouvi-los! Sentir esta..assim, o que é isto? É como uma pessoa quando descobre que é alcoólica, parece que vai para os AA, quando ela tem consciência de que é alcoólica e juntasse para ouvir os outros pareceres. Aqui, não tem nada a ver com o ser alcoólico ou ter um vício, mas é..eu vejo-me com uma criança nas mãos e só ouço o médico. Não pode ouvir o médico, tem que ouvir as próprias pessoas para ver se elas são felizes, se são bichinhos do buraco, se não se defendem, se são uns incapazes, se são capazes, saber essa coisa toda. E, depois de ouvir as várias.., olhe, eu concordo, eu não concordo, eu acho isto, eu acho aquilo.. Depois de ouvir as várias, dizer assim: Bom, agora vou pensar e vou tomar esta decisão. Depois de tudo o que ouviu. Eu acho que essa informação deve ser multifacetada, pronto. E as pessoas devem ter acesso a essa informação, pronto. E a partir daí, essa informação, que para mim será formação, e a partir daí as pessoas tomam decisões, as que acharem...eu respeito profundamente qualquer decisão, acho é que ela muitas vezes não vê o outro lado da questão”</i>
--	--	---

Nota: Assim como na transcrição, algumas palavras desta grelha foram suprimidas ou **alteradas** com o único propósito de manter o anonimato da associação e do entrevistado.

ANEXO VII

INQUÉRITO INICIAL

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Caro(a) colaborador(a).

Este inquérito insere-se no âmbito de uma dissertação de mestrado que se debruça sobre o papel que algumas associações de surdos têm na defesa dos direitos das pessoas surdas. Os objectivos deste questionário são, tentar perceber de que forma se vive a participação associativa dentro destas associações, abordar aspectos como o trabalho, a vivência escolar, a vida social e quotidiana daqueles que participam ou estão de alguma forma ligados a essas associações.

O seu contributo é muito importante, e por isso peço-lhe que colabore, respondendo às questões seguintes da forma mais sincera possível. A informação que dará é anónima, e os dados serão apenas para fins de investigação.

Gostaria ainda de solicitar o seu apoio a esta investigação de um outro modo, já que considero fundamental “passar a palavra” às pessoas da comunidade. Por isso, se conhecer outras pessoas, surdas ou ouvintes, que participem ou façam parte de alguma associação de surdos, agradecemos que lhes possa fazer chegar a informação de que este inquérito está em curso e que todas as contribuições são importantes.

Grata pela sua colaboração.

Sara Pinho

A – REGISTO BIOGRÁFICO

(Nas questões que se seguem deve assinalar, no quadro respectivo, **a opção** ou **as opções** correcta(s). (Por exemplo: Sexo: Feminino ☒ Masculino ☐))

Sexo:

Feminino ☐

Masculino ☐

Idade:

_____ anos

A sua situação:

Surdo ☐ Ouvinte ☐

Qual é o seu grau de surdez?

Profunda (mais de 90dB) ☐

O seu Pai: Severa (perda de 70dB a 90dB) ☐
Média (perda de 40dB a 70dB) ☐
Surdo ☐ Ouvinte ☐ Ligeira (perda de 20dB a 40dB) ☐

A sua Mãe: Surda ☐ Ouvinte ☐
Origem da surdez: Congénita (nasceu surdo(a)) ☐
Adquirida ☐
Com que idade ficou surdo? _____

Grau de escolaridade:

Não frequentou a escola ☐
1º Ciclo do ensino básico (1º ao 4º ano) ☐
2º Ciclo do ensino básico (5º ao 6º ano) ☐
3º Ciclo do ensino básico (7º ao 9º ano) ☐
Ensino secundário (10º ao 12º ano) ☐
Curso técnico ☐ Qual? _____
Curso superior ☐ Qual? _____
Pós-graduação (mestrado, doutoramento) ☐ Qual? _____

Qual é a sua situação profissional?

Empregado(a) ☐
Profissão actual: _____
Desempregado(a) ☐
Reformado(a) ☐
Estudante ☐
Trabalhador(a)-estudante ☐

Qual é a sua fonte de rendimento?

Emprego (salário) ☐
Subsídio ou pensão ☐
Qual? _____
Outro(s) ☐
Quais? _____

Como se desloca normalmente?

Viatura própria (conduz) ☐ Táxi ☐

Viatura de familiares/amigos ☐

Outro(s) ☐

Transporte público (autocarro, metro,...) ☐

Qual? _____

Tem dificuldades em falar e/ou em ser compreendido/a? Sim ☐ Não ☐

(Para as seguintes tarefas, por favor diga se **necessita ou não de ajuda**, e no caso de necessitar, diga se tem **ajuda disponível ou não** e ainda se a ajuda é **total ou parcial**. Ponha uma **cruz (X)** na resposta que é mais adequada para si.)

	Consegue fazer sozinho	Necessita de ajuda			
		Ajuda não disponível	Ajuda disponível	Ajuda parcial	Ajuda total
Acesso à informação					
Comunicação					
Fazer compras no supermercado					
Estar sozinho(a) por uns dias					

(Disability Assessment Schedule, OMS, 2001; POPS, Brown, 2006)

B – VIDA ASSOCIATIVA

Conhece alguma(s) associação(ões) de surdos?

Sim ☐ Não ☐

Conhece as actividades que estas associações desenvolvem?

Sim ☐ Não ☐

Já participou em alguma(s) actividade(s)?

Sim ☐ Não ☐

É actualmente associado(a) de alguma (ou algumas) destas associações?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, qual ou quais? _____

Quais os principais motivos pelos quais decidiu associar-se?

Conhecer e conviver com outros surdos e/ou ouvintes ☐

Poder partilhar uma experiência de vida ☐

Estar mais informado(a) sobre a surdez ☐

Intervir social e politicamente de modo a contribuir para um mundo menos “preconceituoso” relativamente aos surdos ☐

Ajudar outras pessoas a viverem melhor com a sua surdez ☐

Lidar melhor com a reacção das outras pessoas ☐

Encontrar um espaço onde pudesse exprimir-me mais à vontade ☐

Outro(s) motivo(s) _____

C – EXPERIÊNCIAS de PARTICIPAÇÃO

1. **Colaborou** ou esteve, alguma vez ligado(a) a:

	Nunca	Apenas pontualmente	Sim, durante:	
			Menos de 6 meses	6 Meses ou mais
a) Associações de Surdos				
b) Associações Culturais de Surdos				
c) Associações/Grupos Desportivos de Surdos				
d) Associações/Grupos de Jovens Surdos				
e) Outra(s)				
Se sim, qual ou quais?				

Qual das experiencias de participação considera ter sido **a mais importante** para si? (indicar alínea) _____

(Nas questões seguintes, registe a sua opinião, **numa escala de 1-7, circundando a opção que melhor lhe parece.**)

2. Pensando **nessa experiência de participação mais importante**, por favor responda às seguintes questões.

2.1 Como **avalia** o seu envolvimento? Esteve:

Pouco envolvida	1 2 3 4 5 6 7	Muito envolvida
-----------------	---------------	-----------------

2.2 Enquanto colaborou, **realizou alguma(s) destas actividades?**

a) Procurar informação em livros, nos *media* ou junto de pessoas mais experientes.

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

b) Participar em actividades (por exemplo: protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição, etc.)?

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

c) Organizar actividades (por exemplo: protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição, etc.)?

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

d) Organizar ou gerir uma equipa encarregue da organização de actividades (por exemplo: protestos, festas, reuniões, debates, tomadas públicas de posição, etc.)?

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

e) Tomar decisões (sozinho(a) ou em grupo).

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

2.3 Enquanto colaborou, **com que frequência sentiu que:**

a) Havia diferentes pontos de vista em discussão.

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

b) Havia reflexão e eram analisados diferentes pontos de vista.

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

c) As opiniões em conflito davam origem a novas formas de ver as questões.

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

d) Eram abordados problemas reais e/ ou do seu quotidiano.

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

e) A participação era muito importante para si, enquanto pessoa.

Pouco frequentemente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequentemente
----------------------	---------------	----------------------

Ferreira e Menezes (2001)

D – Aspectos do quotidiano (dia-a-dia)

(Nas questões seguintes, registe a sua opinião, **numa escala de 1-5, circundando a opção** que melhor lhe parece.)

Satisfação	Discordo totalmente			Concordo totalmente	
1. De uma forma geral, a minha vida é como eu quero que seja.	1	2	3	4	5
2. Estou satisfeito/a com as condições do sítio onde vivo.	1	2	3	4	5
3. Consigo movimentar-me bem no meio onde vivo.	1	2	3	4	5
4. Tenho menos problemas que as outras pessoas.	1	2	3	4	5
5. Estou satisfeito/a com as minhas relações pessoais.	1	2	3	4	5
6. Às vezes sinto-me posto de lado em situações sociais (relações entre pessoas).	1	2	3	4	5
Saúde					
7. Estou satisfeito/a com o acesso aos cuidados de saúde.	1	2	3	4	5
8. A surdez impede-me de fazer as coisas que quero.	1	2	3	4	5
Estudo e trabalho					
9. A minha escola/formação preparou-me para o que estou a fazer actualmente (agora).	1	2	3	4	5
10. O meu trabalho ou o que faço diariamente é importante para mim e para os outros.	1	2	3	4	5
Se estiver desempregado/a ou não trabalha, passe para a pergunta 14. Se não estiver a estudar ou a fazer formação, passe para a pergunta 14.					
11. Considero que sou bom/boa no meu trabalho/curso.	1	2	3	4	5
12. Os meus colegas de trabalho/curso tratam-me bem.	1	2	3	4	5

13. Estou satisfeito/a com as capacidades e experiência que tenho adquirido no trabalho/curso.	1	2	3	4	5
Vida social					
14. Participo com frequência em actividades em alguns clubes ou associações da minha comunidade (solidariedade, artísticas, religiosas...)	1	2	3	4	5
15. Estou satisfeito/a com os clubes ou associações da minha comunidade aos quais pertenço.	1	2	3	4	5
Direitos					
16. As pessoas com surdez devem ter as mesmas oportunidades que qualquer pessoa.	1	2	3	4	5
17. Se uma pessoa com surdez fizer um trabalho igual ao de outra pessoa, deverá receber o mesmo salário.	1	2	3	4	5
18. As pessoas com surdez devem ter os mesmos direitos que qualquer outra pessoa.	1	2	3	4	5
19. As pessoas com surdez devem ter direitos especiais porque são discriminadas (tratadas de forma negativa pelas pessoas e pela sociedade).	1	2	3	4	5
20. As pessoas com surdez deviam ter um representante (um lugar) nos órgãos de poder (Assembleia da República, Câmaras, Juntas de Freguesia,...) porque são uma minoria.	1	2	3	4	5
21. A sociedade ou as outras pessoas vêem de forma positiva os direitos especiais que as pessoas com surdez têm.	1	2	3	4	5
22. As pessoas com surdez devem ter condições (subsídios por ex.) para ter uma vida independente.	1	2	3	4	5
Nas próximas questões, deverá responder considerando que 1 corresponde “Decidi completamente sozinho” e 5 corresponde “Alguém decidiu completamente por mim”.					

23. Quem decidiu o trabalho ou as actividades que faz diariamente (todos os dias)?	1	2	3	4	5
24. Quem decide como gasta o seu dinheiro?	1	2	3	4	5
25. Quem decide as actividades que faz por lazer?	1	2	3	4	5

(QOL.Q, Schalock & Keith, 1993a; WHOQOL-BREF, OMS, 2004; Quality of Life Index, Ferrans & Power, 1984; Disability Assessment Schedule, OMS, 2001; EDM, Nata & Menezes, 2007)

As questões seguintes visam perceber em que medida já viveu uma experiência em que se sentiu discriminado/a por outras pessoas ou instituições.	
26. Alguma vez se sentiu discriminado/a (tratado/a de forma negativa pelas pessoas e pela sociedade)?	Sim ☐ Não ☐
27. Se sim, considera que foi discriminado/a por causa de: (pode escolher mais que uma opção se tiver sido o caso)	Ser surdo(a) ☐ Raça ☐ Idade ☐ Religião ☐ Sexo ☐ Orientação sexual ☐ Estatuto económico ☐ Outro(s) ☐ Qual ou quais? _____
28. Se sim, em que contexto(s) isso ocorreu?	Escola ☐ Emprego ☐ Família ☐ Amigos ☐ Serviços de Saúde ☐ Outro(s) ☐ Qual ou quais? _____
29. Se sim, em que medida isso o/a deixou desconfortável	Nada 1 2 3 4 5 Muito

(fez sentir-se mal)?	
----------------------	--

(EDS, Sanders, 1996)

Gostaria de acrescentar alguma informação/comentário ao questionário?

Por favor verifique se preencheu todo o questionário.

Muito obrigada pela sua colaboração!

ANEXO VIII

INQUÉRITO FINAL



Caro(a) colaborador(a).

O seu contributo é muito importante, por isso peço-lhe que responda às questões seguintes da forma mais sincera possível.

Estou, neste momento, a fazer uma investigação no âmbito de um Mestrado em Ciências da Educação, na área da Educação e Surdez, com o **objectivo** de perceber o papel que algumas associações de surdos têm na **defesa dos direitos das pessoas surdas**. Para tal decidi aplicar inquéritos a pessoas que participam ou estão de alguma forma ligadas a essas associações.

Venho assim, pedir a sua colaboração no preenchimento deste inquérito. Toda a informação recolhida será exclusivamente para este efeito e é completamente **anónima e confidencial**.

No caso de aceitar colaborar, agradeço, desde já, a sua participação.

Nas páginas seguintes vai encontrar diferentes questões. Nas primeiras deve escolher a opção ou as opções correcta(s).

Por exemplo: Sexo: Feminino ☐ Masculino ☐

Noutras deve indicar se concorda, ou não, com as frases, utilizando uma escala de 1 a 5 pontos, em que “1” significa que *discorda totalmente* e “5” que *concorda totalmente*.

Por exemplo:	Discorda Totalmente	1	2	3	4	5	Concorda Totalmente

De seguida deve indicar a sua opinião sobre algumas frases, utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, em que “1” significa *pouco frequentemente* e “7” significa *muito frequentemente*. **Por exemplo:**

Se quiser	Pouco Frequentemente	1	2	3	4	5	6	7	Muito Frequentemente

alterar a sua resposta, basta riscar e escolher a opção certa para si.

Grata pela sua colaboração.

Sara Alexandra Pinho

A – REGISTO BIOGRÁFICO (adaptado de Araújo, Cottim, Guedes e Vasconcelos)

1. Sexo: Feminino ☐ Masculino ☐
2. Idade: _____ anos
3. Você é: Surdo ☐ Ouvinte ☐
4. Se respondeu Surdo☒, qual é o seu grau de surdez?
 - a. Profunda (mais de 90dB) ☐
 - b. Severa (de 70dB a 90dB) ☐
 - c. Média (de 40dB a 70dB) ☐
 - d. Ligeira (de 20dB a 40dB)
5. Se respondeu Surdo☒, qual é a origem da sua surdez?
 - a. Congénita (nasceu surdo(a)) ☐
 - b. Adquirida ☐ Com que idade? _____
6. O seu pai é: Surdo ☐ Ouvinte ☐
7. A sua mãe é: Surda ☐ Ouvinte ☐
8. Qual é o seu grau de escolaridade?
 - a. Não frequentou a escola ☐
 - b. 1º Ciclo (1º ao 4º ano) ☐
 - c. 2º Ciclo (5º ao 6º ano) ☐
 - d. 3º Ciclo (7º ao 9º ano) ☐
 - e. Secundário (10º ao 12º ano) ☐
 - f. Curso técnico/profissional ☐
 - g. Curso superior (universidade) ☐
 - h. Pós-graduação (mestrado, doutoramento) ☐
9. Qual é a sua situação profissional?
 - a. Empregado(a) ☐ Profissão actual: _____

- b. Desempregado(a) ☐
- c. Reformado(a) ☐
- d. Estudante ☐
- e. Trabalhador(a)-estudante ☐

10. Qual é a sua fonte de rendimentos (dinheiro)?

- a. Emprego (salário) ☐
- b. Subsídio ou pensão ☐ Qual? _____
- c. Outro(s) ☐ Quais? _____

11. Como se desloca normalmente?

- a. Viatura própria (conduz) ☐
- b. Viatura de familiares/amigos ☐
- c. Transporte público (autocarro, metro, autocarro) ☐
- d. Outro(s) ☐ Quais? _____

12. Diga se precisa ou não de ajuda. Se precisar, diga se tem ajuda disponível (há) ou não. Diga se a ajuda é total (em tudo) ou parcial (em algumas coisas). **(Ponha uma cruz (X) na resposta que é mais adequada para si.)**

	Consegue fazer sozinho	Precisa de ajuda			
		Ajuda não Disponível	Ajuda Disponível	Ajuda Parcial	Ajuda Total
a) Acesso à informação					
b) Comunicação					
c) Fazer compras no supermercado					
d) Estar sozinho(a) por uns dias					

(Disability Assessment Schedule, OMS, 2001; POPS, Brown, 2006)

B – EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA (Carneiro, 2006; Ferreira & Menezes, 2001)

1. Conhece alguma(s) associação(ões) de surdos? Sim ☐ Não ☐
2. É actualmente associado(a) de alguma(s) destas associações? Sim ☐ Não ☐
3. Conhece as actividades que estas associações desenvolvem? Sim ☐ Não ☐
4. Já participou em alguma(s) actividade(s)? Sim ☐ Não ☐
5. Porque é que decidiu associar-se? *(pode escolher mais do que uma opção)*
 - a. Conhecer e conviver com outros surdos e/ou ouvintes ☐
 - b. Poder partilhar uma experiência de vida ☐
 - c. Estar mais informado(a) sobre a surdez ☐
 - d. Intervir social e politicamente de modo a contribuir para um mundo menos preconceituoso relativamente aos surdos ☐
 - e. Ajudar outras pessoas a viverem melhor com a sua surdez ☐
 - f. Lidar melhor com a reacção das outras pessoas ☐
 - g. Encontrar um espaço onde pudesse exprimir-me mais à vontade ☐
 - h. Outro(s) ☐ _____

6. Colaborou ou esteve, alguma vez ligado(a) a:

<i>(Coloque uma cruz (X) na(s) resposta(s) mais adequada(s) para si.)</i>				
	Nunca	Apenas pontualmente	Sim, durante:	
			Menos 6 meses	6 Meses ou mais
Associações de Surdos				
Associações Culturais				
Associações/Grupos Desportivos				

Associações/Grupos de Jovens				
Associações/Grupos Religiosos				
Associações de Estudantes				
Sindicatos				
Partidos Políticos				
Juventudes partidárias				
Outra(s)				
Se sim, qual ou quais?				

7. Qual das experiencias de participação pensa ter sido **a mais importante** para si?

8. Como avalia o seu envolvimento, esteve:

Pouco envolvida	1 2 3 4 5 6 7	Muito envolvida
-----------------	---------------	-----------------

9. Com que frequência participou nas actividades:

Pouco frequente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequente
-----------------	---------------	-----------------

10. Com que frequência organizou ou ajudou a organizar actividades:

Pouco frequente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequente
-----------------	---------------	-----------------

11. Com que frequência liderou uma equipa responsável por organizar actividades:

Pouco frequente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequente
-----------------	---------------	-----------------

12. Com que frequência tomou decisões (sozinho(a) ou em grupo):

Pouco frequente	1 2 3 4 5 6 7	Muito frequente
-----------------	---------------	-----------------

13. Enquanto colaborou, com que frequência:

- a. Havia diferentes pontos de vista em discussão.

Pouco frequente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequente
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	-----------------

b. Havia reflexão e eram analisados diferentes pontos de vista.

Pouco frequente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequente
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	-----------------

c. As opiniões em conflito davam origem a novas formas de ver as questões.

Pouco frequente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequente
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	-----------------

d. Eram abordados problemas reais e/ ou do seu quotidiano.

Pouco frequente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequente
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	-----------------

14. A participação é importante para si, enquanto pessoa:

Pouco importante	1	2	3	4	5	6	7	Muito importante
------------------	---	---	---	---	---	---	---	------------------

C – ASPECTOS DO DIA-A-DIA (adaptado de Loja, 20??)

C1 – Satisfação:	Discordo		Concordo		
	Totalmente		Totalmente		
1. De uma forma geral, a minha vida é como eu quero que seja?	1	2	3	4	5
2. Estou satisfeito/a com as condições do sitio onde vivo?	1	2	3	4	5
3. Consigo movimentar-me bem no meio onde vivo?	1	2	3	4	5
4. Estou satisfeito/a com as minhas relações pessoais?	1	2	3	4	5
5. As vezes sinto-me posto/a de lado em situações especiais?	1	2	3	4	5
C2 – Saúde:					

1. Estou satisfeito/a com o acesso aos cuidados de saúde?	1	2	3	4	5
2. Por causa da surdez não faço algumas coisas que quero/gosto?	1	2	3	4	5
C3 – Escola e/ou Trabalho: (Se está a estudar responda apenas às perguntas 1, 2 e 3. Se está a trabalhar responda apenas a partir da questão 4. Se é trabalhador estudante responda a todas.)					
1. Estudar é importante para mim e para os outros?	1	2	3	4	5
2. Considero que sou bom/boa aluno/a?	1	2	3	4	5
3. Os meus colegas de escola tratam-me bem?	1	2	3	4	5
4. A escola/formação preparou-me para o trabalho que estou a fazer agora?	1	2	3	4	5
5. O meu trabalho é importante para mim e para os outros?	1	2	3	4	5
6. Considero que faço bem o meu trabalho?	1	2	3	4	5
7. Os meus colegas de trabalho tratam-me bem?	1	2	3	4	5
8. Acho que recebo um salário merecido pelo meu trabalho?	1	2	3	4	5
C4 – Vida Social:					
1. Preocupo-me com o que os outros esperam de mim?	1	2	3	4	5
2. Participo em actividades recreativas, como festas, concertos, discotecas, eventos desportivos?	1	2	3	4	5
3. Estou satisfeito/a com as colectividades (associações, clubes, grupos) da comunidade, aos quais pertenço?	1	2	3	4	5

C5 – Direitos:					
1.As pessoas surdas devem ter as mesmas oportunidades que qualquer pessoa?	1	2	3	4	5
2.As pessoas surdas devem ter os mesmos direitos que qualquer outra pessoa?	1	2	3	4	5
3.As pessoas surdas devem ter direitos especiais?	1	2	3	4	5
4.As outras pessoas vêem de forma positiva esses direitos especiais?	1	2	3	4	5
5. As pessoas surdas deviam ter um lugar, ou alguém que as represente, nos órgãos de poder (Assembleia da República, Câmaras, Juntas de Freguesia...)?	1	2	3	4	5
6.As pessoas surdas devem ter condições (subsídios por ex.) para ter uma vida independente?	1	2	3	4	5
C6 – Autonomia:	Decidi Completamente Sozinho Alguém Decidiu Completamente Por Mim				
1.Quem decide o trabalho ou as actividades que faz todos os dias?	1	2	3	4	5
2. Quem decide como gasta o seu dinheiro?	1	2	3	4	5
3. Quem decide as actividades que faz por lazer (tempos livres)?	1	2	3	4	5

(Adaptado de QOL.Q, Schalock & Keith, 1993a; WHOQOL-BREF, OMS, 2004; Quality of Life Index, Ferrans & Power, 1984; Disability Assessment Schedule, OMS, 2001; EDM, Nata & Menezes, 2007)

C7 – Discriminação: (As questões seguintes visam perceber em que medida já viveu uma experiência em que se sentiu discriminado/a por outras pessoas ou instituições.)

1. Alguma vez se sentiu discriminado/a: Sim ☐ Não ☐

2. Se respondeu Sim☑, diga o motivo (porquê?):

- a. Ser surdo(a) ☐
- b. Raça ☐
- c. Idade ☐
- d. Religião ☐
- e. Sexo ☐
- f. Orientação sexual ☐
- g. Estatuto económico ☐
- h. Outro ☐ Qual? _____

3. Se respondeu Sim☑, diga em que contextos (onde?):

- a. Escola ☐
- b. Emprego ☐
- c. Família ☐
- d. Amigos ☐
- e. Serviços de Saúde ☐
- f. Outro ☐ Qual? _____

4. Se respondeu Sim☑, diga em que medida isso o/a fez sentir mal:

Nada	1	2	3	4	5	Muito
------	---	---	---	---	---	-------

(Adaptado de EDS, Sanders,1996)

Por favor verifique se preencheu todo o questionário.

Muito obrigada pela sua colaboração.

